UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

*A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na
América Latina*

Gabriela de Oliveira Piquet Carneiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política do
Departamento de Ciência Política da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutora em
Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. José Álvaro
Moisés

São Paulo
2009

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de uma tese de doutorado é uma conquista que envolve o apoio de inúmeras pessoas, sem as quais, este trabalho não teria sido possível. A tese é o resultado do acúmulo de conhecimento não apenas do aluno, mas de todos aqueles que dela fizeram parte de alguma maneira. Por isso, gostaria de agradecer imensamente a todos aqueles que me ajudaram nesta empreitada:

Agradeço a José Álvaro Moisés, meu orientador, por haver depositado uma enorme confiança em meu trabalho. Seu apoio e dedicação foram fundamentais para me ajudar a enfrentar os momentos de insegurança que me paralisavam diante das dúvidas que surgiram no decorrer da execução da tese. Foi um orientador competente e um grande amigo, desses que ficam pra toda vida mesmo, que participa dos cenários criados, que compartilha, discorda e supera dificuldades. Aprendi muito sobre ciência política, e sua visão empreendedora e vibrante deu um gosto especial à amizade que foi travada nestes últimos anos.

Não posso deixar também de agradecer à Prof.a. Maria Hermínia Tavares de Almeida pelo acompanhamento contínuo ao longo da minha formação. Fiz as minhas primeiras 'tabelas', as primeiras resenhas bibliográficas e, pela primeira vez na vida, vi alguém falar em variável dependente quando era assistente do projeto temático *Democracia e Governo*

Local. Foi uma experiência que deixou marcas profundas na minha formação.

Agradeço à Clifford Young e à IPSOS Opinion pela cessão do banco de dados Pulso Latino-americano de 2007, sem o qual não teria sido possível a realização da análise empírica central da tese. A publicitação dos microdados da pesquisa produzida pela IPSOS abriu uma janela de conhecimento novo sobre a opinião do público acerca dos atuais presidentes neopopulistas.

Agradeço aos comentários precisos que foram feitos pela professora Rachel Meneguello como reação à exposição de meu trabalho, ainda em fase muito inicial, na ANPOCS de 2007. Neste mesmo contexto tive o privilégio de receber críticas e sugestões dos professores que coordenaram o Seminário Temático no qual apresentei meu trabalho, Bruno Reis e Sérgio Arantes, e também de alguns professores que dele participaram: Cláudio Couto e Maria Rita Loureiro. Muito obrigada a todos.

Agradeço também aos professores Marcello Baquero e Julian Borba pelas críticas e sugestões realizadas no âmbito da ABCP de 2008.

Agradeço ainda ao pessoal da secretaria do DCP: Márcia, Raizinha, Ana, Vivian, Leonardo e, também, a dois caros colegas da secretaria que seguiram seu rumo em outro lugar: Fabrizia e Fabio. Meu colega de doutorado João Francisco Resende prestou uma enorme ajuda com o envio de inúmeros documentos durante meu estágio no exterior nos Estados Unidos.

Agradeço também à CAPES pela concessão de minha bolsa de doutorado durante os quatro anos normais do programa de Ciência Política e durante mais quatro meses relativos à minha licença-maternidade.

Agradeço à FAPESP e ao NUPPS pela concessão do auxílio-técnico para realização do curso intensivo de metodologia quantitativa no *ICPSR* da Universidade de Michigan, durante os meses de julho e agosto de 2006.

Por último, gostaria de fazer um agradecimento muito especial a meu marido, Leandro, pelo apoio extraordinário nos últimos meses. Após o nascimento de nossa filhinha, em fevereiro de 2007, o tempo de trabalho certamente adquiriu um novo significado. Passei a ter janelas de trabalho muito estreitas entre uma fralda e outra, e ainda faltava muito trabalho pela frente. Neste contexto de muita mudança e correria, Leandro foi, antes de tudo, um cozinheiro leal. Como pai da Manuela revelou um talento longamente guardado. Com muita serenidade me ajudou a encontrar um caminho para ser mãe e doutoranda ao mesmo tempo. Por isso, e outras coisas mais, essa tese é para você e para a Manuela.

RESUMO:

A tese analisa os determinantes do apoio político aos presidentes em seis países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, México e Venezuela) no período 1996-2004. No final da década de 90 e início da atual, os candidatos vitoriosos nesses países apresentavam algumas características comuns, como a utilização de uma retórica personalista de forte apelo carismático. A emergência do neopopulismo em vários países da América Latina tem sido descrita pela literatura de ciência política (Roberts, 1996, 2003, 2006; Weyland, 1999a, 1999b, 2001; Knight, 1998; Coniff, 1999) como o sucesso de uma estratégia política na qual um líder, geralmente com forte apelo personalista e carismático, busca apoio popular de forma quase direta, sobrepondo-se aos partidos e aos mecanismos de controle externo que definem um regime democrático. A tese investiga 1) a oferta de políticas neopopulistas – a adoção de determinadas estratégias por parte de líderes políticos -, 2) a demanda dessas políticas por parte dos eleitores e 3) o resultante processo de legitimação do neopopulismo como a principal força política contemporânea na Região.

ABSTRACT:

The thesis analyses the determinants of political support for presidents in six Latin-American countries (Argentina, Bolivia, Brazil, Ecuador, Mexico and Venezuela) from 1994 to 2004. By the end of the last decade, electoral winners show some common traits like the strong personalistic and charismatic appeals. Some of these new Latin-American leaders were described as 'neopopulists' according to political science literature (Roberts, 1996, 2003, 2006; Weyland, 1999a, 1999b, 2001; Knight, 1998; Conniff, 1999). 'Neopopulists' leaders typically seek a direct support from the public to bypass mechanisms of Democratic control. The thesis study the supply of neopopulists policies – or the political strategies adopted by some Latin-American leaders - and the public's demand for these policies, leading to the legitimization of neopopulism as the most important political force in contemporary Latin America.

**PALAVRAS-CHAVE: POPULISMO, NEOPOPULISMO, APOIO POLÍTICO,
AMÉRICA LATINA, POLÍTICA COMPARADA.**

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO:	V
ABSTRACT:	V
QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS	VII
INTRODUÇÃO	8
Uma Definição do Populismo	10
Casos e Hipóteses	15
Populistas e Neopopulistas	16
Organização da Tese	23
CAPÍTULO 1	
DEFINIÇÃO DE POPULISMO: O POPULISMO DOS ANTIGOS E O POPULISMO DOS MODERNOS.....	25
1.1. Interpretações Sobre o Primeiro Período de Populismo (1930-1970)	25
1.2. Interpretações Contemporâneas sobre o Neopopulismo (1990-2000).....	33
1.3. Populismo: Um Estilo ou Uma Estratégia Racional?	39
CAPÍTULO 2	
O POPULISMO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA	47
2.1. O Estilo Populista	48
2.1.1. Carisma	49
2.1.2. Discurso Antipolítico	54
2.1.3. Discurso Polarizador	57
2.2. As Clientelas Populistas.....	60
2.3. Populismo e suas Estruturas de Mobilização.....	65
CAPÍTULO 3	
A DEMANDA POR POPULISMO: APOIO POLÍTICO E RACIONALIDADE ELEITORAL	76
3.1. Populismo e Fraqueza Institucional	76
3.2. Populismo e Legitimidade Democrática	81
3.3. Hipóteses sobre os Determinantes da Demanda por Populismo e Definição das Variáveis	88
CAPÍTULO 4	
A ESTRATÉGIA NEOPOPULISTA EM AÇÃO	96
4.1. O Desempenho Eleitoral dos Candidatos Neopopulistas	96
4.2. Os Determinantes do Apoio aos Presidentes Neopopulistas	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
BIBLIOGRAFIA	147
ANEXOS	156

QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Quadros

Quadro 1.....	20
Quadro 2.....	85
Quadro 3.....	89
Quadro 4.....	139

Gráficos

Gráfico 1	22
Gráfico 2	129
Gráfico 3	130
Gráfico 4	135

Tabelas

Tabela 1.....	97
Tabela 2.....	101
Tabela 3.....	107
Tabela 4.....	112
Tabela 5.....	117
Tabela 6.....	122
Tabela 7.....	131
Tabela 8.....	136
Tabela 9.....	138

INTRODUÇÃO

Esta tese tenta identificar os fatores que determinaram o sucesso eleitoral da nova geração de líderes populistas na América Latina. Centro minha análise no processo de ascensão ao poder desses líderes e não na forma como os políticos populistas exercem o poder. Para entender o populismo e sua persistência na região foi necessário decompor esse vasto objeto em suas partes fundamentais e resignificá-lo como uma estratégia política específica.

Acredito que pouco conseguiremos compreender desse fenômeno se não levarmos em conta o fato de que o populismo é uma forma de fazer política associada ao emprego de um discurso característico, que recorre à determinadas estratégias de mobilização e organização com vistas a atingir clientelas e eleitores. Também precisamos inserir as novas lideranças populistas no contexto dos sistemas partidários onde atuam para que possamos entender os constrangimentos institucionais que balizam as escolhas de líderes e eleitores.

O foco da análise está voltado para os processos eleitorais e as atitudes do público que levaram ao poder Hugo Chávez, Néstor Kirchner, Rafael Correa e Evo Morales. Todos esses políticos neopopulistas disputaram e venceram eleições competitivas, assim como Lula e Felipe Calderón que completam a minha amostra de casos. Pretendo fazer uma comparação da estratégia política adotada por esses líderes e demonstrar que eles não pertencem a mesma classe de políticos.

O populismo tem sido parte essencial, embora quase sempre indesejável, de nossa modernidade política¹. São vários os motivos que me levaram considerar este problema.

(1) Há uma discussão importante em andamento na ciência política acerca dos fundamentos teóricos e empíricos associados ao conceito de populismo e também sobre sua adequação como categoria capaz de explicar alguns cenários políticos atuais. O maior desafio desta literatura parece estar relacionado, justamente, a falta de precisão do conceito de populismo. Há algumas tentativas de associar o populismo do passado – entre os anos 30 e os anos 70, e que aqui será em muitos momentos chamado de 1ª e 2ª geração – ao neopopulismo que surgiu no período de redemocratização dos anos 80 até os dias de hoje.

O populismo dos anos 30 a 70 no Brasil e na América Latina era constantemente representado na literatura de ciência política como um populismo de liderança - ou do mal exercício dessa -, das intuições que funcionavam mal, da dependência econômica, do processo acelerado de modernização, das massas desorganizadas e dos partidos criados verticalmente para dar sustentação à lideranças personalistas e mobilizadoras. Já o populismo dos anos 80 (ou neopopulismo) até a atualidade aparece num contexto fundamentalmente democrático. Houve um desenvolvimento institucional importante desde então: canais de representação de interesses que não estavam presentes antes, hoje desempenham suas funções de forma satisfatória na maioria das democracias da Região. Houve também uma mudança significativa na economia e no ‘clima’ político internacional: sindicatos perderam a importância devido a desindustrialização, o comunismo acabou e os partidos se

1 Ao longo dessa introdução sigo o esquema narrativo de Michael Mann (2008), na sua obra *Fascistas*, Ed. Record, Rio de Janeiro

desideologizaram em consequência – apenas para citar alguns dos processos mais importantes.

(2) Um outro aspecto que torna esse tema interessante é o fato do neopopulismo ser um fenômeno conformado pelo mercado eleitoral. Do lado da oferta, há o líder que procura maximizar o apoio, como em qualquer sistema político democrático. Do lado da demanda há um eleitor com interesses que participa do jogo democrático e legitima as lideranças políticas “neopopulistas” com seu voto.

(3) Novos dados e informações permitem hoje entender o que não se conhecia ou se conhecia apenas precariamente durante a fase populista dos anos 30 aos anos 70. Com base em microdados de pesquisas de opinião é possível avaliar as preferências, os valores e as atitudes dos eleitores com relação às políticas econômicas e sociais ofertadas pelos governos. Ou seja, é possível lançar luz sobre o comportamento dos eleitores e apoiadores que compõem o lado da demanda.

(4) O estudo do populismo requer a utilização de métodos combinados de pesquisa uma vez que os objetos de interesse encontram-se em espaços sociais e políticos diversos. O estilo de liderança, os programas e a estrutura organizacional dos partidos e dos movimentos e a análise da composição social de seus apoios estão entre as dimensões que devem ser investigadas (MACKINNON e PETRONE, 1998).

Uma definição do populismo

No debate sobre a ambiguidade que subsiste no conceito de populismo Laclau² é sempre lembrado por afirmar que poucos conceitos têm sido tão utilizados em análises políticas como o populismo e, ao mesmo tempo, poucos têm sido definidos com menos precisão. Na mesma direção, em um artigo publicado na folha de São

2 Populism: What's in a Name? www.essex.ac.uk/centres/theostud/onlinepapers.asp.

Paulo de 2002, Boris Fausto recorda uma observação do pensador britânico Isaiah Berlin segundo a qual, o fenômeno populista assemelha-se a um “complexo de Cinderela”: o calçado existe, a palavra populismo, sempre em busca de um pé difícil de encontrar³.

Nesta onda de contos de fadas são vários os príncipes que “carregam o sapato em busca do pé da princesa”. Nestes estudos a discussão do conceito gira em torno, basicamente, de duas visões: uma econômica - que define o populismo em termos de indisciplina fiscal e expansão de políticas redistributivas em resposta à pressão popular (DORNBUSCH e EDWARDS, 1991; SACHS, 1990) - e outra política - para a qual o populismo é definido como um estilo ou uma estratégia política na qual um líder, personalista e carismático, busca apoio popular de forma quase direta, sobrepondo-se aos partidos e projetos políticos a eles vinculados (ROBERTS, 1996, 2003, 2006; WEYLAND, 1999a, 1999b, 2001; KNIGHT, 1998; CONNIFF, 1999). Para esta literatura, o populismo é um fenômeno que ocorre, principalmente, em contextos marcados pela fragilidade das instituições representativas - onde há predominância de um sistema partidário incipiente e pouco estruturado.

Para a literatura econômica o populismo estaria condicionado à conjuntura econômica dos anos 30-70, período em que não havia as severas restrições fiscais da atualidade. Segundo esta corrente, seria um erro considerarmos a existência do fenômeno na atualidade, pois os Estados contemporâneos estão submetidos às restrições fiscais impostas pelo Consenso de Washington as quais não mais permitiriam o exercício de medidas redistributivas desenfreadas como aquelas que ocorreram no populismo de primeira geração.

3 Fausto, Boris (2002). O Sapato de Cinderela. Folha de São Paulo/Caderno Opinião. Segunda-feira, 27 de maio.

É preciso definir com mais precisão alguns dos termos que serão adotados no conceito de populismo. Alguns estudiosos recusam-se a definir o populismo em sentido genérico considerando que existem formas específicas de populismo. No entanto, o que se busca aqui é uma definição genérica que possa ser aplicada a diferentes lugares, épocas e sistemas políticos. Busca-se uma definição que possa ser utilizada ao longo do período que abrange o longo ciclo de modernização iniciado na década de 30 do século passado aos dias de hoje, sem contudo perder de vista as mudanças e as manifestações muitas vezes singulares que o mesmo fenômeno pode assumir em suas manifestações históricas.

Na literatura que define o populismo em termos políticos há espaço para se considerar tanto o contexto institucional quanto econômico. Roberts (2006), por exemplo, argumenta que o populismo é mais provável de suceder em tempos de crises econômicas, marcados por hiperinflação e desigualdades sociais exacerbadas. Somam-se à estas crises sistemas partidários incapazes de estruturar as preferências eleitorais, produzindo as condições que impulsionam o público a eleger lideranças populistas. Nas palavras do autor ,

Populist cycles typically occur during periods of political and economic transition that shift or loosen the social moorings of party systems. Populist leadership thrives when working and lower class groups are detached from existing parties and available for electoral mobilization by political newcomers. This detachment may be attributable to the emergence of new groups who have never been politically incorporated, or to the rupturing of bonds between voters and established parties. These are precisely the conditions that have existed during the critical junctures that marked the transitions from one political-economic era to another in 20th century Latin America (ROBERTS, 2006:11).

Nesta tese, adoto a definição política do populismo. Acredito que ela permita analisar o populismo como um fenômeno dinâmico o qual não se limita ao contexto socioeconômico que prevaleceu até a década de 80 do século XX. E entendo que o populismo não é um aspecto marginal do desenvolvimento das sociedades latino-

americanas. Disseminou-se em boa parte dos países mais ‘modernos’ (leia-se mais industrializados, urbanizados e com maior nível de escolaridade), como Brasil, Argentina, México e Uruguai e também nos países mais ‘atrasados’, como Bolívia, Equador, Venezuela e Paraguai.

Entendo ainda que o populismo não foi um movimento separado de outros movimentos políticos modernos na América Latina. Os populistas apenas abraçaram com maior fervor uma visão fortemente polarizadora e em alguns contextos também mais antissistêmica da política. Portanto, contribuíram frequentemente para derrubar os regimes democráticos que pretendiam expandir a aprofundar.

Líderes populistas constantemente utilizam a retórica de outros movimentos de maior consistência ideológica. Em sua trajetória recorreram ao socialismo, ao nacionalismo, ou até mesmo ao liberalismo. O populismo não é, portanto, uma força isolada na política, associa-se a outros grupos e à diferentes ideologias para sobreviver. Como fenômeno político precisamos entendê-lo em suas extensas implicações:

(1) O populismo não deve ser descartado por absurdo, contraditório ou vago. Deve ser levado a sério em seus próprios termos. Como a maioria dos políticos os líderes populistas formam um corpo heterogêneo e, poderíamos dizer, oportunista. A importância do poder para os líderes populistas acentua o seu oportunismo. Líderes populistas costumam se ver como se fossem capazes de fazer praticamente qualquer coisa para tomar o poder - o que torna, evidentemente, difícil a tarefa de identificar quais são os valores que caracterizam estas lideranças. Como querem chegar ao poder, a primeira coisa que sacrificam é a consistência de seus programas.

(2) O populismo, no entanto, apesar de sua fluidez ideológica, mostrou-se capaz de convencer várias gerações de eleitores, intelectuais e quadros partidários.

Portanto, para entender esse movimento político, é preciso levar a sério os valores que eles promovem.

(3) Devemos levar muito a sério também a base social mobilizada por estes líderes populistas e tentar verificar que tipo de clientela é atraída por eles. Não basta afirmar que o populismo recruta indivíduos marginais no mundo do trabalho ou setores periféricos que não atingiram uma verdadeira consciência de seus interesses últimos. É preciso entender, como eleitores racionais escolhem seus representantes. Devemos reconstruir essa clientela, fervorosamente voltada para os benefícios que o Estado pode produzir para entender que tipos de pessoas sentem-se atraídas pela estratégia dos líderes populistas.

(4) Também devemos levar a sério as estruturas institucionais de mobilização construídas ou capturadas pelas lideranças populistas. São hierarquizadas, centralizadas, carecem de instâncias intermediárias de controle, funcionam como um “balcão sobre uma praça” a qual acudirão as “massas” de eleitores com demandas, expectativas e disposição para desfrutar das benesses do poder de generosas políticas sociais.

(5) Devemos levar a sério também a possibilidade de que o populismo continue sendo a principal força política na próxima década como tem sido na década atual. Se entendermos as condições que possibilitam o sucesso da estratégia destes atores estaremos em condições de entender melhor o sucesso de sua persistência e suas chances de vitórias futuras. Algumas das condições geradoras da atual maré neopopulista continuam operando com todo o vigor.

Casos e Hipóteses

Teoricamente, os estudos recentes sobre o populismo desenvolveram uma discussão mais aprimorada em torno do conceito. No tocante ao aspecto empírico, porém, existe ainda uma forte tendência em se analisar o fenômeno do ponto de vista exclusivamente da oferta, ou seja, sob a ótica do estilo e das estratégias das lideranças políticas. Pouco se sabe sobre a demanda por ‘políticas neopopulistas’, sejam elas quais forem. Dado que as lideranças neopopulistas conquistaram o poder em processos eleitorais competitivos, fica evidente que uma análise focada nos eleitores é crucial para se entender o fenômeno. Sem dúvida, a carência de estudos com esta abordagem resulta, não apenas da escolha pelo enfoque da parte dos autores, mas também devido à disponibilidade limitada de microdados de pesquisas de opinião que sejam capazes de cobrir um período ainda tão recente de nossa história política.

Com o intuito de contribuir nesta direção do estudo, ou seja, na análise dos determinantes da demanda por populismo, discutirei, primeiramente, a trajetória do conceito de populismo entre a 1ª e a 3ª geração do fenômeno.

A interpretação política de populismo proposta por Weyland (1999) e Roberts (2003) é a versão adotada no meu estudo. Segundo estes autores o populismo é uma estratégia política por meio da qual lideranças mobilizam seus “seguidores”. Esta estratégia tem como objetivo estabelecer um vínculo personalista com o público de forma quase “direta”. Os partidos políticos, nesta visão, aparecem como forças secundárias de mobilização.

A abordagem proposta é comparativa e seu escopo abrange os seis países da América Latina (Venezuela, Bolívia, Brasil, Argentina, México e Equador) que foram cobertos pela pesquisa LATIN AMERICAN PULSE realizada em julho de 2007 pela empresa IPSOS PUBLIC AFFAIRS.

A hipótese a ser testada é a de que, do ponto de vista da demanda pública, os altos níveis de apoio aos presidentes neopopulistas estejam relacionados a dois fatores centrais: 1) baixa institucionalização do sistema partidário (mensurada com indicadores de legitimidade partidária e personalismo) e, 2) satisfação do público em relação ao desempenho do presidente em áreas sociais específicas.

Operacionalmente, relaciona-se a aprovação por lideranças neopopulistas com níveis de confiança nos partidos políticos e com a preferência pública por presidentes que concentrem poder no Executivo para resolver os problemas da nação. Em segundo lugar, verifica-se o impacto da avaliação positiva do desempenho do presidente em exercício (em 2007) em sete áreas sociais (saúde, desemprego, combate a pobreza, combate ao crime, controle da inflação, relações internacionais e educação).

No que tange aos períodos populistas na América Latina seguimos a classificação proposta por Conniff (1999). Segundo este autor o populismo na América Latina pode ser dividido em três grandes períodos: o primeiro abrange as primeiras três décadas do século XX; o segundo corresponderia ao apogeu do populismo, entre os anos 40 e 70 e o último período, também conhecido como neopopulismo, segue com a redemocratização, dos anos 80 em diante.

Populistas e Neopopulistas

O populismo dos anos 20-30 ascendeu na esteira da crise do liberalismo e da democracia que sucedeu a Primeira Guerra Mundial - contexto marcado pelo surgimento de ideologias antiliberais e favoráveis à presença de um Estado intervencionista capaz de promover o desenvolvimento econômico e regular os conflitos sociais (CAPELATO, 2001). Nos anos 30, os regimes fascistas lideravam o

movimento fortemente favorável à presença de um Estado forte como alternativa aos regimes liberais. Segundo Capelato, “mesmo governantes contrários ao nazi-fascismo procuraram introduzir em seus países um Estado forte, promotor da legislação social e mediador dos conflitos sociais, tendo à sua frente um líder carismático em contato direto com as massas” (CAPELATO, 2001: 128).

Na América Latina, os processos de industrialização e urbanização ocorridos neste período teriam criado as condições sóciopolíticas que foram altamente favoráveis ao surgimento de lideranças populistas (CONNIFF, 1999, ROBERTS, 2006). Com a ruptura da dominação política da oligarquia as massas de origem rural, desorganizadas, ocuparam o espaço urbano entre os anos 20 e 50. As classes média e trabalhadora que foram isoladas das formas paternalistas de controle social e político no campo foram incorporadas por instituições representativas incipientes, em um contexto onde predominavam sistemas partidários não inclusivos e uma sociedade civil ainda em gestação.

Este contexto - onde os partidos oligárquicos eram incapazes de canalizar a mobilização política de um proletariado emergente – teria aberto espaço para a entrada, na cena política, de líderes com estratégias personalistas bastante proeminentes como Perón na Argentina, Cárdenas no México, Vargas no Brasil e Haya de la Torre no Peru. Eles representam lideranças que teriam mobilizado as massas urbanas em um processo político de cima para baixo, desafiando a antiga ordem oligárquica com promessas de inclusão política, organização social e bem estar econômico para as classes menos favorecidas e de trabalhadores.

O apogeu do populismo pode ser observado entre os anos 40 e final dos anos 60. Neste período o populismo tornou-se a principal força política da região, com uma

agenda de ampliação da participação eleitoral e da cobertura dos direitos sociais (CONNIFF, 1999).

Existe de fato um certo consenso na literatura de que os populistas latino-americanos contribuíram para promover a democracia - embora nem sempre atuassem de modo democrático. Neste período são vários os exemplos de líderes que teriam marcado seus governos com estratégias e agendas de caráter populista: Vargas e Perón têm lugar na primeira fila. No Brasil, a época chegou a ser representada por alguns historiadores como o período da República Populista (CONNIFF, 1999). Outros populistas importantes deste período são os presidentes Arnulfo Árias no Panamá (1940-41, 1949-51), José Maria Velasco Ibarra no Equador (1934-35, 1944-47, 1952-1956, 1961 e 1968-72), Rómulo Betancourt na Venezuela (1945-48, 1959-1964) e Jorge Gaitán na Colômbia. Gaitán era líder do Partido Liberal Colombiano e foi assassinado no período de sua campanha à presidência para as eleições de 1950 e embora não tenha chegado ao poder Gaitán deu origem ao movimento populista conhecido como *gaitanismo*.

O final do segundo período do populismo coincide com o triunfo de Fidel Castro em Cuba nos anos 60. A crescente polarização política reduziu o espaço de manobra e negociação dos líderes populistas. Pressionados por uma esquerda crescentemente radicalizada e uma direita idem, os líderes populistas acabaram escolhendo caminhos muitas vezes contraditórios. Velasco Ibarra assumiu como ditador civil com o apoio dos militares enquanto João Goulart optou pelo discurso do confronto e pela mobilização. O resultado foi o mesmo nos dois casos e em mais uma dezena de países na América Latina: um surto de golpes militares.

Restabelecida a democracia surgiram as primeiras evidências de que o 'velho problema' voltaria a incomodar. A APRA governava o Peru e mergulhava o país em

uma profunda crise econômica cuja resposta foi a escolha do neopopulista Fujimori a frente de uma ampla coligação eleitoral; o justicialismo mostrava-se ainda forte e embora derrotado em 1983 pela UCR, saiu-se vitorioso em 1988 com Menem; no Equador o fim do breve ciclo militar fez tocar a música de sempre para uma nova geração de populistas: Roldon, Bucaram, Gutiérrez, Naboia....; no Brasil o colapso hiperinflacionário do governo Sarney produziu a liderança de Collor.

Esse populismo é diferente do antigo por várias razões que pretendo analisar nos capítulos 1 e 2. Em linhas gerais é muito mais um fenômeno político-eleitoral do que econômico. Seus primeiros líderes, como Collor, Fujimori e Menem, a princípio, pareciam não ter nenhum problema em abandonar as antigas convicções estatistas e desenvolvimentistas da geração anterior em prol de uma nova agenda econômica. Surgiram em seguida novos líderes com visões muito diferentes sobre a economia e que abraçaram imagens e propostas de esquerda.

Mas afinal quem são os líderes neopopulistas? O quadro 1 apresenta nas colunas os critérios de classificação que serão utilizados e justificados nessa tese. São cinco: (1) buscavam um forte apelo carismático na sua comunicação com os eleitores; (2) sustentavam um discurso antipolítico e; (3) polarizador; (4) buscavam o apoio de clientelas específicas; (5) recorriam a uma estrutura de mobilização vertical para chegar ao poder.

O resultado é muito simples (ver quadro 1). Segundo a definição do populismo como estratégia, Morales, Chávez, Correa e Kirchner podem ser classificados como neopopulistas: Lula e Calderón não se enquadram nessa definição. Tanto os elementos do estilo populista quanto as quatro formas de estruturas de mobilizações que podem ser utilizadas, estrategicamente, por lideranças neopopulistas (partidária, trabalhista, orgânica e eleitoral) são discutidas no cap. 2.

Quadro 1

Classificação dos Presidentes Atuantes, em julho de 2007, Segundo a Definição de Populismo Adotda

<i>Líderes que compõem a amostra</i>	<i>Elementos do Estilo Populista</i>			<i>Clientelas apoio em clientelas específicas</i>	<i>Estrutura de Mobilização Populistas</i>				<i>Estrutura de Mobilização Não Populistas</i>			
	<i>apelo carismático</i>	<i>discurso antipolítico</i>	<i>polarizador</i>		<i>orgânica</i>	<i>partidária</i>	<i>trabalhista</i>	<i>eleitoral</i>	<i>orgânica</i>	<i>partidária</i>	<i>trabalhista</i>	<i>eleitoral</i>
Evo Morales	alto	alto	alto	alto	X							
Hugo Chávez	alto	alto	alto	alto				X				
Rafael Correa	alto	alto	alto	alto				X				
Nestor Kirchner	médio	médio	alto	alto		X						
Calderón	baixo	ausente	ausente	ausente						X		
Lula	alto	baixo	ausente	ausente					X			

Um dos pontos mais difíceis dessa classificação foi o enquadramento do Presidente Lula como um líder não populista. Depois de algum tempo operando e aplicando a definição de populismo que adotei aqui a um grande número de casos, fiquei convencida do resultado encontrado. Desde o início de sua carreira Lula esteve vinculado a um claro projeto partidário. O PT conseguiu se estabelecer como um partido de esquerda moderno, de orientação a princípio socialista e depois crescentemente pragmática, que mantém relações orgânicas com o movimento sindical e com os movimentos sociais. Mas o PT também foi capaz de atrair a classe média para um projeto de conquista institucional e democrática do poder. Lula, nas cinco vezes em que foi candidato a Presidente pelo partido, foi fiel a esse projeto coletivo e recusou o atalho para o poder que eventualmente um discurso antipolítico e polarizador poderiam propiciar. Político carismático optou por não fazer de sua força pessoal a marca de sua comunicação política. Negociou seu programa de governo desde o início, comprometeu-se com a estabilidade econômica e montou uma ampla coalizão política de apoio ao seu governo. Como presidente tem sido pragmático, negociador e previsível; como líder partidário comandou um partido que nunca teve afinidades eletivas com o populismo e que consolidou uma estrutura descentralizada e institucionalizada de comando. Nenhuma dessas características é dominante nos líderes e nas organizações classificadas como neopopulistas.

Um rápido exercício empírico pode ser interessante para dar uma ideia mais clara sobre a magnitude do fenômeno neopopulista na América Latina. O Gráfico 1 reúne os resultados de 30 eleições ocorridas entre 1988 e 2007 nos seis países que compõem a minha amostra de casos. Os resultados agregados mostram que uma significativa e contínua participação de candidatos neopopulistas nos países estudados.

Gráfico 1

**Percentual Médio de Votos dos Candidatos Neopopulistas na
Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, México e Venezuela
(1988-2007 = 30 eleições; **candidatos eleitos**)**

Os mesmos critérios adotados na classificação dos seis casos principais foram seguidos no enquadramento de todos os principais candidatos à presidência nas 30 disputas consideradas. Os nomes que aparecem são dos candidatos que foram classificados como neopopulistas e que tiveram seus percentuais de votos considerados. Em média 45% dos votos recebidos no primeiro turno das respectivas eleições presidenciais foram dados a candidatos neopopulistas nos seis países da amostra. Com este apoio, quatro tornaram-se presidentes e um perdeu por menos de um ponto percentual. Esta tese pretende explicar a formação dessa nova maioria.

Organização da Tese

A tese está organizada da seguinte maneira: no capítulo 1 discuto os argumentos principais acerca do populismo que foram desenvolvidos pelos estudos de 1^a. geração, publicados entre os anos 60 e 80. Também discuto os argumentos presentes nos estudos contemporâneos do populismo, publicados entre os anos 90 aos dias de hoje. Os primeiros estudos fornecem o conhecimento elementar da problemática que se desenvolve em análises posteriores. Além de fornecer um conhecimento básico sobre os principais problemas verificados na conceituação do populismo essa discussão também justifica a hipótese geral do estudo, formulada com base na noção de populismo político.

O capítulo 2 investiga o fenômeno populista do ponto de vista da oferta e pretende sistematizar os elementos da estratégia de conquista de poder adotados pelas lideranças populistas e neopopulistas

O capítulo 3 situa as hipóteses do estudo em um campo teórico mais abrangente sobre a institucionalização do sistema partidário. Pretende-se mostrar a relação entre institucionalização do sistema partidário e populismo. São definidas as

dimensões envolvidas nas análises sobre institucionalização do sistema partidário de acordo com a sistematização elaborada por Mainwaring e Torcal (2005), segundo a qual, existem quatro dimensões da institucionalização: estabilidade na competição eleitoral, enraizamento dos partidos na sociedade, legitimidade partidária e personalismo.

O capítulo 4 é o capítulo empírico. Avalia-se tanto o retorno eleitoral das estratégias adotadas por líderes populistas e neopopulistas quanto o impacto da institucionalização do sistema partidário (legitimidade partidária e personalismo) na aprovação por lideranças populistas. A variável dependente é a aprovação do público à figura dos presidentes. As variáveis independentes abrangem dois níveis analíticos de apoio – apoio difuso, que avalia os sentimentos mais gerais dos cidadãos com relação aos líderes e às instituições e apoio específico que, por sua vez, compreende avaliações objetivas dos resultados de políticas, do desempenho de governos e de instituições.

Na conclusão discute-se as implicações dos resultados para as democracias representativas na América Latina. O populismo é analisado como uma estratégia de poder, que quando vitoriosa tende a se apoiar na legitimidade conferida pelos eleitores para concentrar poder no Executivo e erodir as instâncias de controle externo.

CAPÍTULO 1

DEFINIÇÃO DE POPULISMO: O POPULISMO DOS ANTIGOS E O POPULISMO DOS MODERNOS

Este capítulo discute as interpretações da 1ª. geração e as interpretações contemporâneas em torno do conceito de populismo. Pretendo mostrar que as interpretações da 1ª. geração de estudos do populismo apresentam uma série de fraquezas conceituais, sendo que nos estudos contemporâneos sobre o neopopulismo na América Latina houve avanços importantes que serão diretamente apresentados e discutidos no desenvolvimento desse capítulo.

1.1. Interpretações Sobre o Primeiro Período de Populismo (1930-1970)

As manifestações mais importantes do fenômeno populista na América Latina dos anos 30-70 são comumente referidas aos governos de Juan Péron na Argentina (1946-1955 e 1973-1974), Getúlio Vargas no Brasil (1951-1954), Velasco Ibarra no Equador (1934-35, 1952-56, 1960-61 1968-1972) e Lázaro Cárdenas no México (1934-1940). Certamente existem muitos eventos históricos específicos relativos aos processos políticos que marcaram a trajetória de cada uma destas lideranças antes de sua chegada ao poder e também relativos ao desenvolvimento de seus governos. Mas o que aqui nos interessa são aquelas características que cruzam estas diferenças, permitindo traçar os aspectos comuns que justificam a qualificação destes governos como populistas.

Sem a intenção de se fazer um exame exaustivo dos estudos pioneiros sobre populismo na América Latina dos anos 30-70, vejamos quais são os aspectos centrais de algumas das interpretações mais influentes do debate da 1ª. geração.

Em geral, estas interpretações tendem, em primeiro lugar, a definir o populismo do ponto de vista da composição social de seu apoio. Nesta perspectiva, o fenômeno era descrito como um movimento policlassista, apoiado nas recém chegadas massas urbanas ao mercado eleitoral, a qual era mobilizada por uma ideologia antioligárquica e nacionalista. Em segundo, exaltam o tipo de vínculo entre as lideranças carismáticas e as “massas”. Em terceiro, o populismo corresponderia a um momento específico da história marcado pela ruptura da sociedade tradicional oligárquica e - seguindo a lógica marxista de alguns autores - pelo desenvolvimento das relações e “contradições de classes” sociais e tensões entre as sociedades dependentes latino-americanas e as economias capitalistas internacionais.

Os esquemas teóricos que discutem a natureza da primeira geração de populistas na América Latina dos anos 30-70 se remetem às teorias do desenvolvimento - a teoria da modernização (GERMANI, 1973; GERMANI, DiTELLA e IANNI, 1977) e a teoria da dependência (CARDOSO e FALETTO, 2004; O'DONNELL, 1990, 1991; WEFFORT, 1965, 1967, 2003) – as quais estabelecem uma forte relação entre a política e os fatores socioeconômicos.

Para estes intérpretes do 1º. ciclo de populismo o fenômeno está associado ao processo de desenvolvimento econômico dos anos 30 – a fase de substituição industrial de importações caracterizada pelo nacionalismo político, intervenção estatal exacerbada e amplas medidas distributivas e redistributivas. Neste contexto o populismo se manifestaria em resposta à mudanças econômicas e estruturais associadas a queda da oligarquia rural, industrialização e urbanização ocorridas nos anos 30 e 60. As “massas rurais” destituídas e desorganizadas que chegavam as

idades estariam “disponíveis” para serem mobilizadas⁴ por líderes personalistas, dotados de carisma e que realizavam amplos investimentos na estrutura social do país em troca do apoio popular. Em decorrência do desenvolvimento industrial acelerado, os governos da época teriam tido as condições ideais para estabelecer uma aliança multiclassista entre os trabalhadores urbanos, a classe média e os industriais. O populismo, deste modo, traduzir-se-ia nesta formação de alianças sócio-políticas que surgiram durante os estágios iniciais da industrialização na América Latina.

Apesar de podermos efetuar algumas generalizações sobre as teorias do desenvolvimento, como o fato destas avaliarem a “superestrutura” política como resposta à estrutura dos países latino-americanos (urbanização, industrialização, estrutura de classe, etc.), cabe ressaltar a principal diferença entre elas. Para os teóricos da modernização as sociedades tradicionais agrárias teriam passado por um processo evolutivo e se transformariam em sociedades modernas. Se estas seguissem seu curso normal de desenvolvimento elas atingiriam o grau máximo de modernização representado pelo modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo europeu e norte-americano. Neste sentido “evolucionista”, o populismo corresponderia, justamente, à fase de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna - como resposta ao processo acelerado de industrialização e urbanização massiva.

A desintegração das sociedades tradicionais, para este esquema analítico, corresponde à situação relativa à participação política dos novos grupos sociais. Nesse sentido, as recém formadas massas urbanas não tinham experiência política anterior, por isso, estariam disponíveis para serem mobilizadas. No entanto, esta urbanização

4 Como lembra Weyland (2001), nem todos os líderes mobilizaram apenas os trabalhadores urbanos provenientes da migração campo-cidade. Cárdenas, por exemplo, estendeu a mobilização não somente a grupos urbanos, mas a amplos setores rurais.

massiva se somava à carência de canais institucionais que pudessem dar conta de integrar e representar politicamente este novo grupo social, gerando as condições ideais para que as lideranças antioligárquicas, carismáticas e personalistas cumprissem este papel.

O esquema analítico da teoria da dependência é crítico ao fundamento central da teoria da modernização, isto é, à suposição de que o desenvolvimento dos países latino-americanos repetia o processo histórico europeu e americano. Pelo contrário. Esta corrente adota o modelo teórico histórico-estrutural para enfatizar que a chamada “industrialização tardia” latino-americana é uma peculiaridade da região, diferente da experiência europeia do séc XIX, e que ocorre dentro de um contexto de dependência econômica com relação aos países industriais avançados. Nesta relação de dependência, que situa a América Latina no cenário internacional, de um lado há o fornecimento de produtos manufaturados à América Latina que são provenientes de países avançados, de outro, ocorre a exportação de produtos primários que a América Latina fornece ao mercado internacional.

Para esta corrente, o fenômeno populista nas economias exportadoras da América Latina seria resultado, fundamentalmente, da presença das classes médias urbanas e burguesias industriais e comerciais nos sistemas de dominação. Estes agentes enfraqueceram o poder das oligarquias e redefiniram o papel do Estado o qual passou a intervir na economia, em resposta às crises mundiais de 29, mediante a imposição de medidas protecionistas à industrialização interna.

Em suma, seja do ponto de vista da “Dependência” ou da “Modernização” o cenário histórico que propiciou o surgimento de governos populistas bastante conhecidos como os de Getúlio Vargas e Perón é aquele da fase de substituição de

importações na América Latina, o qual envolve industrialização, urbanização e enfraquecimento da oligarquia rural.

Situado o contexto, vejamos mais de perto como alguns dos principais autores destes esquemas teóricos trabalham o conceito de populismo.

Germani (1977), Di Tella (1977) e Ianni (1977) definem o populismo em termos de movimentos políticos formados por setores heterogêneos da sociedade - “intelectuais, operários emancipados, profissionais e políticos de origem pequeno-burguesa, militares e estratos da velha oligarquia em decadência econômica ou política (GERMANI, 1977: 31) – os quais se apoiam nas massas urbanas recém mobilizadas por lideranças carismáticas.

Germani (1977) nomeia estes movimentos de nacionais-populares e incorpora, em sua definição, o tipo de relação entre as lideranças carismáticas e as massas cujo vínculo estaria baseado na demagogia e no carisma do líder.

Di Tella (1977) destaca vários elementos em sua definição: a ideologia antistatus quo dos movimentos; a importância do apoio popular, de base não-operária, formada por uma *elite localizada* nos níveis médios ou altos da estratificação e que exercia grande influência nos partidos políticos; uma massa mobilizada formada da “revolução das aspirações” e uma ideologia ou um “estado emocional” difundidos, que favoreceram a comunicação entre líderes e seguidores e criaram um entusiasmo coletivo (DI TELLA, 1977: 48).

Ianni (1977), por sua vez, define o populismo como um movimento fundamentalmente de massas que aparece no centro das rupturas estruturais que acompanham as crises do sistema capitalista mundial e as correspondentes crises das oligarquias latino-americanas. (IANNI, 1977: 85). Em texto mais recente, o autor faz as seguintes observações:

o populismo latino-americano parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. A natureza do governo populista (que é onde se exprime mais concretamente o caráter do populismo) está na busca de de uma nova combinação entre tendências do sistema social e as determinações da dependência econômica (...). O populismo corresponde a uma modalidade particular de organização e desenvolvimento das relações e contradições de classes sociais na América Latina. Isto é, nos movimentos, partidos ou regimes populistas parecem ocorrer modalidades peculiares de relacionamento, coalização ou antagonismo entre classes sociais subalternas e classes sociais hegemônicas (IANNI, 1989: 9-11).

Outra definição bastante influente é a de Francisco Weffort (1965) segundo a qual populismo é interpretado como a relação direta entre líderes e massas urbanas. É uma relação política na qual a adesão das massas ao líder supõe a liberdade dos indivíduos de qualquer forma de coerção econômica e social. A liberdade individual é um elemento do conceito que o diferencia da relação existente no “coronelismo”, baseada na sujeição e dependência econômica dos setores rurais com relação ao “coronel”. Nas palavras do autor,

(...) o populismo é, no essencial, a exaltação do poder do Estado, é o próprio Estado se colocando, através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa. (...) É um fato político muito mais amplo na sociedade brasileira urbanizada e em transformação, lança raízes na estrutura social urbana que sofre o impacto do desenvolvimento capitalista (WEFFORT, 1965: 176).

Diante de todas estas interpretações fica difícil entender exatamente o que é o populismo: movimento político policlassista, movimento de massas, uma modalidade particular de organização, de relacionamento entre movimentos, partidos ou regimes populistas de coalizão ou ainda, de antagonismo entre classes sociais. Para Ianni, por exemplo, ao mesmo tempo em que o populismo é movimento político das massas e um “tipo” de relação entre as instituições e seus agentes, ele afirma que o “caráter” do populismo se exprime no governo, sem, no entanto, deixar claro que caráter é esse.

Todos estes autores, sem dúvida, pretendem abordar o mesmo fenômeno, mas a impressão é a de que em certos momentos, tratam de variáveis dependentes diferentes: movimento de massas, tipo particular de organização, de antagonismo entre classes, movimento policlassista, um tipo eclético de ideologia nacionalista e antistatus quo, que exalta os setores subalternos, um modelo de liderança personalista, etc.

Entre “movimentos políticos”, “ideologias”, “estruturas” e “superestruturas”, a relação entre lideranças - consideradas carismáticas e personalistas - e a grande maioria de “seguidores” recém chegada aos centros urbanos, percorre todas as definições - ora como a própria variável dependente a ser analisada, como vimos na definição de Weffort, ora como variável independente do populismo, seja este considerado um movimento policlassista, o governo e até mesmo o regime.

Ora, não é possível estudar um fenômeno político, os fatores relacionados com sua ocorrência sem que haja um acordo em relação à definição do objeto que se pretende avaliar. Os analistas da primeira geração parecem ter falhado, coletivamente, no seu esforço de definição do populismo, o qual era apresentado como uma síndrome político-econômica de largo espectro. Os esquemas interpretativos adotados, como a teoria da modernização e o marxismo, não permitiam identificar, adequadamente, o *output* do sistema político se pretendia explicar. Como afirma o próprio Ianni, “em geral as análises estão divorciadas umas das outras, isto quando não são contraditórias entre si (IANNI, 1989: 08)” – embora houvesse uma certa convergência com respeito ao papel da infraestrutura socioeconômica na explicação da ocorrência do populismo. Fatores como a passagem da sociedade tradicional rural para uma sociedade moderna, urbana e industrial estavam presentes em quase todos os estudos da primeira fase.

O que se nota nas definições anteriores é o fato de que estas embutem no conceito, além da relação entre líderes carismáticos e as “massas” de seguidores, os fatores, supostamente, causadores desta relação no período em questão, tais como: “a estrutura social urbana que sofre impacto do desenvolvimento capitalista”, “a existência de uma classe dirigente que perdeu sua representatividade”, “a migração campo-cidade de massas não politizadas”, “a ausência de canais institucionais eficazes de representação e absorção das demandas destes novos setores sociais”, etc.

Boa parte das limitações conceituais das interpretações do populismo dos anos 30-70 foram superadas pela literatura contemporânea sobre o populismo na América Latina. Se ainda não foi possível estabelecer uma definição precisa do conceito, na sequência há uma tentativa de solucionar esta ausência com base em discussões contemporâneas que estão focadas na questão sobre a indefinição do termo e de sua adequação aos eventos políticos mais atuais na América Latina. A definição “infrapolítica” do conceito de populismo foi abandonada nos trabalhos mais representativos da nova geração. Em uma breve exposição destes eventos retomo as imagens de líderes como Fujimori (1990-2000), Menem (1989-1999) e Collor (1990-1992), cujo estilo político (personalista e carismático) evoca imagens de líderes populistas do passado, mas cuja prática de governo se estabelece na implementação de políticas neoliberais de desregulamentação. O mesmo é possível afirmar sobre o exercício de líderes atuais como o presidente Lula, cuja retórica personalista de “líder das massas” foi amplamente comparada a de Getúlio Vargas durante as últimas eleições, em que pese as evidências de que sua política econômica e sua estratégia de governo não guardem nenhuma proximidade com quaisquer políticas reconhecidas como populistas. De outro lado, líderes como Hugo Chávez e Evo Morales, além do discurso acentuadamente mais radical de esquerda - antiamericano e orientado aos

setores mais pobres da população - lideram avanços de soluções políticas intervencionistas em seus países, aproximando-se ainda mais dos antigos líderes nacionalistas da América Latina.

É com o intuito de tornar plausível a leitura destes eventos em termos de populismo (ou neopopulismo para diferenciá-lo no tempo com relação ao período de 30-70) que alguns autores têm avançado na conceitualização do fenômeno. Enquanto a definição de populismo da 1ª. geração de estudos está atrelada a um momento histórico específico – a fase de substituição de importações e processos sociais a ela vinculados, veremos que novas interpretações, além de mais precisas, conseguem se transpor às determinações históricas do populismo de primeira geração e vincular a emergência de novas lideranças populistas a um contexto bem diferente do anterior (Pós-Consenso de Washington), marcado pela abertura econômica, austeridade fiscal e reformas orientadas ao mercado.

1.2. Interpretações Contemporâneas sobre o Neopopulismo (1990-2000)

Basicamente existem duas versões analíticas contemporâneas e concorrentes sobre a ressurgência do populismo⁵: uma **econômica** e outra **política**.

A versão econômica define o populismo estritamente em termos de sua agenda de política econômica, associando-o à expansão do déficit fiscal e à amplas medidas redistributivas que são desenhadas com vistas a atender demandas latentes dos setores de menor renda e escolaridade, mesmo que isso signifique comprometer a estabilidade macroeconômica, isto é, aumentar o endividamento público e a inflação (SACHS, 1990; DORNBUSCH and EDWARDS 1991, KAUFMAN e STALLINGS, 1991). Tratar-se-iam de governos que ampliam os gastos sociais e o investimento em

5 Utiliza-se o termo neopopulismo para diferenciar o período retratado: pós-Consenso de Washington.

infraestrutura de modo desmedido para acelerar o crescimento e a distribuição de renda em troca de apoio público.

De outro lado, a versão política foca sua atenção sobre a desinstitucionalização da autoridade ou na fragilidade das instituições mediadoras do conflito político, fundamentalmente os partidos. É a relação paternalista entre líderes personalistas e o público⁶ heterogêneo de seguidores que aparece como a característica primordial do populismo político (CONNIFF, 1999, WEYLAND, 1999a; 2001; ROBERTS, 2003).

Na visão política, o populismo é definido como um estilo de fazer política (CONNIFF, 1999; LEGLER, 2006) ou, de modo mais sistemático, trata-se de uma estratégia política (WEYLAND, 1999, 2001; ROBERTS, 2006) na qual uma liderança personalista e carismática exerce seu poder baseado num apoio direto, não-institucionalizado de uma maioria não organizada de seguidores, subordinada diretamente aos desejos de seu líder.

O fenômeno, em termos políticos, se estabelece em uma relação política em que estão presentes dois elementos centrais: uma liderança “personalista” (no capítulo seguinte definirei o que significa esse termo) e um público, geralmente, precariamente organizado de seguidores, o qual será mobilizado durante os processos eleitorais ou nos momentos de conflito com opositores.

Para a corrente econômica, as dimensões políticas do neopopulismo, como as estratégias políticas das lideranças, o personalismo, o carisma, o discurso antipolítico, bem como, o processo político de mobilização de setores subalternos de seguidores,

⁶ Deste ponto em diante, substituo o termo “massas” por público. Segundo Carlos de La Torre (2003), o termo “massas”, tão utilizado nos estudos clássicos e também nos estudos contemporâneos para se referir aos seguidores das lideranças populistas, está vinculado a uma noção de que os seguidores são desorganizados e respondem de forma imediata aos apelos e às estratégias das lideranças. Estes estudos privilegiam as ações dos líderes e não dão suficiente atenção ao fato de que o vínculo entre lideranças e seguidores também depende das respostas, interpretações e significados que os últimos atribuem às ações das lideranças. Portanto, dado que este estudo pretende contribuir na direção contrária dos estudos anteriores, prefiro adotar um termo mais neutro com o intuito de não supor que estes seguidores sejam necessariamente desorganizados. Por isso utilizarei o termo público, supondo que estes agentes são racionais, mais informados e autônomos do que “as massas” podiam ser.

não são sequer consideradas na definição do fenômeno. Nesta abordagem, a dimensão política é tratada como uma variável independente que explica a ocorrência do output de interesse: a expansão dos gastos públicos por alguns governos.

Uma síntese comparativa entre as perspectivas econômica e política do populismo é feita em termos de *inputs* e *outputs* (NAVIA, 2003). A definição econômica de populismo detém-se aos “outputs” econômicos do governo. São as políticas macroeconômicas aplicadas propriamente ditas que determinam se o governo é populista ou não. Se estas gerarem instabilidade econômica e inflação então o governo é considerado populista, não importando quais foram as estratégias políticas adotadas pelas lideranças para chegar ao poder e conquistar o apoio público. De outro lado, a definição de populismo político está centrada mais nos “inputs” do que propriamente nos “outputs”, ou seja, na estratégia da liderança de chegar ao poder e manter o apoio popular respondendo, diretamente, por meio da retórica e de métodos econômicos aos anseios da população.

O ponto crítico do “populismo econômico”, segundo a corrente política, diz respeito, em primeiro lugar, à sua generalização em relação à indisciplina fiscal resultante dos gastos exacerbados com políticas redistributivas. Nesses termos a análise empírica fica confusa pois situa sob o mesmo termo líderes muito diferentes como Juan Perón, Alan Garcia, o conservador José Sarney e o socialista Salvador Allende. Em segundo lugar, não fica claro qual é a natureza da irresponsabilidade econômica – se é fruto de uma estratégia econômica deliberada, se resulta da discordância parlamentar em aumentar a taxa pública, ou ainda, se é gerada por pura incompetência administrativa na arrecadação fiscal (WEYLAND, 2001). Em terceiro, ao focar apenas os outputs econômicos, a definição não incorpora duas

características fundamentais do populismo que se relacionam diretamente com a política: a estratégia para conquistar o poder e a relação entre o líder e as massas.

Daí a definição política ser a mais adequada para autores da nova geração que adotam uma perspectiva política, pois ela define com mais precisão o fenômeno, situando-o na esfera da dominação – a mobilização social, a competição eleitoral e o exercício de poder - e não na esfera da política econômica. Políticas redistributivistas, nessa perspectiva, passam a ser entendidas apenas como um dos instrumentos da estratégia política para atingir o propósito maior do líder populista de vencer as eleições e exercer o poder. O líder populista faz do Estado o seu patrimônio e, por meio de manipulação paternalista, recorre a utilização de recursos públicos em amplas medidas redistributivas de reparação da pobreza para assegurar a lealdade da população. Políticas econômicas, portanto, são vistas como estratégia e não como definição do populismo clássico e do neopopulismo. Nas palavras de Roberts (2006),

If populism is understood in political terms, then the economic policies adopted by populist figures are a subject of empirical investigation rather than definitional fiat. Specific policies or policy making patterns (...) can be understood as economic instruments that belong to the populist “tool kit” for mobilizing and securing popular support (ROBERTS, 2006: 06).

Vale lembrar que Francisco Weffort foi um dos autores que mais se aproximou da corrente política ao enfatizar, em sua definição, o tipo de relação (direta) entre lideranças e o público. No entanto, o próprio autor em artigo recente publicado na Folha de São Paulo (2006) não admite a possibilidade de ressurgência do populismo mesmo em países onde este parece regressar aos “moldes clássicos” do populismo nacionalista, como na Venezuela, pois a estrutura nacionalista de políticas sociais já não seria mais capaz de financiar gastos públicos desenfreados. Para Weffort o populismo seria um conceito ultrapassado na medida em que o mesmo é

condicionado por adoções de medidas econômicas estatais e intervencionistas em seus moldes clássicos, e não apenas por traços políticos. Deste ponto de vista, a onda nacionalista da década de 30 não mais poderia ser vislumbrada e comparada aos eventos nacionalistas recentes, até mesmo pela incapacidade financeira dos Estados para bancarem os altos custos de políticas de nacionalização (WEFFORT, 2006). Weffort, apesar de ser um dos pioneiros na análise do populismo político brasileiro e latino-americano, acaba delimitando sua ocorrência à estrutura econômica nacionalista do 1º. ciclo do fenômeno, seguindo a lógica da corrente econômica dos estudos sobre populismo. Sem dúvida esta é uma visão que impossibilita a realização de uma análise empírica que associe outros fatores possivelmente associados à ocorrência do fenômeno na atualidade.

Em suma, a versão econômica do populismo está centrada nas estratégias econômicas de governo – políticas macroeconômicas que geram inflação, déficit fiscal e crises de credibilidade mercados. Decorrente desta visão, os líderes populistas seriam aqueles que não adotaram as políticas neoliberais associadas ao Consenso de Washington como Raul Alfonsín (1983-1989) e José Sarney (1985-1990) colocando-os na mesma categoria analítica de lideranças populistas clássicas com características muito distintas como Juan Perón, Cárdenas, Vargas e Haya de la Torre. Do ponto de vista econômico, portanto, o populismo já não seria mais um conceito útil, pois ele contrasta com a orientação “pró-mercado” de governos dos países latino-americanos onde se constata reformas econômicas desta natureza.

A versão política, de outro lado, ao definir o populismo como estilo ou uma estratégia política de uma liderança personalista, que busca estabelecer uma relação quase-direta com a população, menosprezando o intermédio institucional, abriga em seu rótulo as já citadas lideranças populistas clássicas como também, as lideranças

que adotaram reformas econômicas liberais durante seus mandatos, tais como Menem, Collor, Fujimori e Carlos Andrés Pérez, exemplificando, deste modo, a coexistência de dois fenômenos aparentemente adversos: o populismo e o neoliberalismo. Líderes ainda mais recentes como Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, não apenas são consideradas lideranças personalistas que se lançaram como candidatos do povo, dos pobres e oprimidos, como exprimem sua aversão ao neoliberalismo e ao capitalismo norte-americanos por meio de medidas nacionalistas e estatizantes, tal como faziam os antigos líderes populistas da América Latina.

Para discutir e analisar o neopopulismo latino-americano, a tese adota a versão política do conceito e assume que populismo e neoliberalismo são fenômenos compatíveis. Embora o conceito político adotado pela corrente contemporânea privilegie as dimensões políticas - a relação direta entre lideranças e o público e a desinstitucionalização da autoridade - ela mantém seu conteúdo econômico sem condicioná-lo a qualquer fase de desenvolvimento como sustentavam alguns analistas de 1ª. geração. Nesse sentido Roberts (1996: 04) afirma:

This conceptualization presumes that populist leaders tend to design economic policies to build or sustain political support by providing material benefits to subaltern groups. The specifics of macroeconomic policy are variable; however, they may be market or state oriented, open or closed to international competition, fiscally lax or disciplined, and progressive or regressive in their overall distributive effect. This flexibility enables the populist concept to travel across different development strategies, recognizing that there exist multiple and diverse economic instruments for the cultivation of lower-class support. (ROBERTS, 1996:04).

Além disso, o conceito político liberta-nos da difícil tarefa de traçar continuidades históricas entre lideranças populistas que atuaram e atuam em contextos completamente diferentes. No pós-guerra, líderes como Perón, Cárdenas e Vargas atuaram em um ambiente de desenvolvimento econômico que já não existe mais. De

outro lado, as novas lideranças identificadas com o populismo como Menem, Fujimori, Collor de Melo, Hugo Chávez e Evo Morales exerceram e exercem seu poder em um contexto de gastos limitados pelo Consenso de Washington, embora os dois últimos busquem claramente se desvencilhar das regras impostas pelo mercado. E do ponto de vista dos esquemas explicativos mais gerais sobre o apoio político do público aos líderes populistas, se antes o foco era dado aos grandes esquemas estruturais - como processo de urbanização, queda da oligarquia e substituição de importações - no presente estão em foco as funções das instituições representativas - sua capacidade de formar preferências e controlar a mediação entre lideranças e o público.

Dentro da corrente política do populismo existem ainda alguns aspectos que precisam ser esclarecidos. Alguns autores da corrente política definem o populismo como um **estilo** de fazer política, outros acreditam que a melhor maneira de abordá-lo é como uma **estratégia** política. Essa diferença apresenta desdobramentos analíticos que são importantes, por isso, no próximo tópico esta discussão entre populismo como estilo e como estratégia é desenvolvida com o intuito de mostrar, no capítulo 2, como a oferta de lideranças populistas tem sido um fenômeno constante em nossa história política e como atuam, no presente, os presidentes que podem ser considerados populistas de acordo com a definição política adotada nesta tese.

1.3. Populismo: Um Estilo ou Uma Estratégia Racional?

Dentre os autores que adotam a definição política de populismo estão presentes duas maneiras de abordar o fenômeno; ora esse é definido como estilo de se fazer política (KNIGHT, 1998; CONNIFF, 1999; TORRE, 1997; MAYORGA, 2003; LEGLER, 2006), ora como uma estratégia de mobilização eleitoral (WEYLAND,

1999; 2001; ROBERTS, 2006). As duas abordagens se entrelaçam em muitos de seus elementos como veremos, mas é importante salientar quais são os desdobramentos analíticos que decorrem de cada uma delas para tornar possível uma leitura da realidade que seja coerente com a definição política proposta neste estudo.

Na definição que procura enquadrar o populismo como um estilo de se fazer política, são *as características expressivas do líder* que aparecem no centro da definição do conceito (de populismo) e sua identificação se faria, exclusivamente, pela verificação da presença de certas características na atuação dos líderes políticos. Entendido assim, como um estilo, algumas das características que percorrem as definições do populismo político e que parecem ser centrais na identificação do fenômeno seriam, principalmente, o personalismo, o carisma e um tipo de discurso antipolítico e polarizador⁷.

De outro lado, autores que definem o populismo como estratégia, como Roberts (2006) e Weyland (1999; 2001), concordam que lideranças populistas recorram a um determinado estilo de se fazer política, o que significa dizer que estes estudos não descartam os elementos expressivos da análise. No entanto, Weyland (2001) chama a atenção para o fato de que qualquer liderança, populista ou não, pode adotar um estilo populista, principalmente em épocas de campanha eleitoral, como o fazia com frequência o brasileiro José Sarney, sem no entanto, exercer um governo populista na prática.

Tomado apenas como um estilo de se fazer política é difícil identificar as lideranças que utilizaram o populismo como o seu principal recurso político, pois muitos políticos, principalmente em momentos de campanha eleitoral, podem ser

7 Todas estas características expressivas do estilo populista são discutidas no capítulo sobre a “oferta populista” (capítulo 2), em que são utilizadas, juntamente com outros elementos da definição de populismo para identificar lideranças populistas e neopopulistas.

confundidos com lideranças populistas ao adotar, por exemplo, um discurso polarizador do tipo, “nós” (os pobres, os descamisados, os indígenas) versus “eles” (os ricos, privilegiados, os “marajás”, a “elite branca”). Durante as campanhas eleitorais de 2002, o presidente Lula, por exemplo, foi muitas vezes comparado a Getúlio Vargas por se apropriar de um discurso que o apresentava como modelo contemporâneo de “pai dos pobres” ao lançar o bordão de campanha “Lula de novo, nos braços do povo” – exatamente como Getúlio Vargas voltava aos “braços do povo” em 1950. Mas como salienta a historiadora Maria Celina D’Araújo em entrevista à Folha de São Paulo de 02 de julho de 2006, em matéria sobre as eleições: “É consciente (...) Lula está copiando Getúlio naquilo em que ele foi mais eficiente para conseguir popularidade. Está se apropriando de uma estratégia que deu certo para Getúlio e que, por enquanto, está dando certo pra ele também”.

A historiadora antevê um importante aspecto da definição de populismo: trata-se de uma estratégia consciente que muitas vezes, incorpora aspectos expressivos de um determinado estilo de relacionamento com os eleitores e de projeção de imagem com objetivos eleitorais ou de mobilização política. Mas o que de fato irá definir esta liderança como populista não é apenas sua estratégia no momento eleitoral, mas sua persistência no governo, tornando os elementos desse estilo uma prática recorrente que poderá ter consequências importantes na política institucional do país, como veremos no próximo capítulo.

Nessa direção, Weyland (2001) argumenta que o populismo é melhor definido como estratégia, pois

[...] it encompass only leaders who base their rule on a certain power capability, not those who occasionally use their power capability [...] Under populism an individual leader seeks or exercises government power based on support from large numbers of followers. Thus elections, plebiscites, mass demonstrations, and most recently opinion polls are the crucial instruments

with which populist leaders mobilize and demonstrate their distinctive power capability. (WEYLAND, 2001:12).

De modo mais sistemático, o *populismo como estratégia* enquadra o fenômeno não apenas com base nas características expressivas do líder, mas, fundamentalmente, a partir da natureza dos vínculos que se estabelecem entre o líder político e seus apoiadores (WEYLAND, 1999a; 2001). O ponto positivo desta definição é que ela permite integrar três elementos principais: 1) o estilo político do líder (aqui entendido como parte de uma estratégia política mais ampla); 2) as características das clientelas políticas que o líder pretende mobilizar e 3) o tipo de estrutura institucional que é utilizado para servir de veículo para o líder e para atingir suas clientelas. No capítulo 2 apresento uma definição detalhada de cada um desses elementos

É importante destacar que *a natureza do vínculo* entre o líder e o público não faz parte dessa definição do conceito de populismo. O estabelecimento de um vínculo de natureza personalista pode ser entendido como o grande objetivo da liderança populista, no qual ela se apoia para se libertar dos constrangimentos institucionais que podem limitar seu poder, fundamentalmente os partidos políticos e as instâncias de controle externo do poder executivo. Esse propósito envolve a busca de uma relação direta, não programática, entre o líder e sua clientela política. Isto não significa dizer que líderes populistas não sejam capazes de estabelecer uma associação entre suas figuras e as grandes doutrinas políticas do século XX, como *socialismo*, *comunismo*, *fascismo* ou mesmo o *liberalismo*, mas isso não significa dizer que os líderes populistas sejam capazes de estabelecer relações orgânicas com essas doutrinas ou com os partidos que a sustentam. Por exemplo, Chávez, Morales e Correa podem ser representados como *usuários sincréticos* de teses de esquerda, enquanto Ménem, Collor e Fujomori podem ser descritos como usuários de teses e políticas neoliberais.

O mais importante na estratégia dos líderes populistas, no entanto, é a utilização do nome e da figura do líder como um dos elementos da doutrina com o objetivo de fortalecer a sua imagem pessoal em detrimento de qualquer forma de mediação institucional. Alguns exemplos clássicos de política personalista são os movimentos que foram fortemente associados à figura de suas lideranças como o *Peronismo*, *Getulismo*, *Adhemarismo*, *Velasquismo*, *Gaitanismo*, *Cardenismo*, etc.

Esses movimentos, assim como os atuais, não tiveram uma vertebração em instituições partidárias fortes. Embora em alguns casos os partidos tenham sido úteis no processo de mobilização - como no caso do Justicialismo e do Aprismo - estes são mantidos sempre como partidos pouco organizados e fundamentalmente sem instâncias internas de representação e controle da liderança. São organizações verticais e funcionais aos interesses de lideranças que pretendem mobilizar o apoio direto de determinadas clientelas políticas (assunto do Capítulo 2).

A principal consequência que essa *definição do populismo* tem para a presente tese é que esta permite enquadrar analiticamente as escolhas das lideranças como uma estratégia racional que tem por objetivo conquistar e manter o poder político. O populismo é, portanto, um recurso estratégico, um método ao qual algumas lideranças políticas lançam mão para maximizar o seu apoio eleitoral e exercer o poder. Esta estratégia tem vários elementos e, como vimos, o estilo é um dos recursos utilizados na mobilização de determinadas clientelas políticas (tema que será analisado nos capítulos 3 e 4).

Outro aspecto problemático da literatura que a definição de populismo como estratégia permite contornar é a visão de que o apoio aos líderes populistas pode ser atribuído exclusivamente ou prioritariamente a fatores como: 1.a falta de 'sofisticação política' (CASTRO, 1994) ou à deficiências difusas na racionalidade do eleitor

(O'DONNELL 1991; REIS, 1988 e 2000); 2. a baixa escolaridade e renda (SINGER, 2000; CARREIRÃO, 2002) ou mesmo 3. a cultura política 'personalista' ou a identificação ideológica dos eleitores (MENEGUELLO 1994; SINGER, 2002).

A tese sobre a falta de sofisticação política e sobre as deficiências na racionalidade do eleitor levantadas por Reis (1988 e 2000) e Castro (1994) sustenta que apenas uma minoria do eleitorado vota orientada por questões de natureza política e com base em uma opinião formada sobre candidatos e seus partidos. A grande maioria é desinformada e não tem opinião acerca de questões importantes do debate político. Sendo assim, seriam as imagens “difusas” e “vagas” dos candidatos e partidos que forneceriam as bases para o eleitor decidir o seu voto. Essas imagens difusas seriam criadas com base na percepção polarizada acerca dos partidos e candidatos, de modo que estes aparecem ou do lado do “povo” ou do lado do “governo”, dos “pobres” ou dos “ricos”. Como consequência desta percepção eleitoral polarizada do processo político - traduzida em termos de público-elite, pobres-ricos, povo-governo – impõem-se o populismo como uma fatalidade na política brasileira, traduzindo a insatisfação difusa e incapaz do eleitor orientar-se por um referencial de problemas específicos da política (REIS, 2000).

O'Donnell também partilha a visão de que o público tende a depositar sua confiança mais em líderes “salvadores” do que em instituições políticas. Nesse sentido, afirma que “os presidentes se elegem prometendo que – fortes, corajosos, acima dos partidos e interesses – salvarão o país. O governo deles é um governo de salvadores” (O'DONNELL, 1991: 36).

Singer (2002) verifica uma tendência populista em nossa “cultura política” tendo em vista a eleição de Collor à margem dos partidos políticos. Sua explicação enfatiza a pulverização do sistema partidário que sucedeu a abertura democrática e ao apoio do

presidente eleito de uma maioria eleitoral com baixo nível educacional. Nas eleições de 1989 apenas 40% dos eleitores declararam ter alguma preferência partidária. Eleitores menos escolarizados que antes se identificavam com o partido dos pobres (MDB) tenderiam a pautar suas decisões por uma identificação com o candidato dos pobres, contrário ao governo dos ricos. Este evento teria demonstrado que a escolha eleitoral na ocasião foi conformada por um padrão populista, isto é, marcada pela “ligação direta entre líder e massas, sem necessidade de canal partidário (1990: 151)”. Meneguello (1994) apresenta conclusões na mesma direção, identificando uma tendência personalista na disputa eleitoral também no período multipartidário (entre 1989 e 1994). Segundo a autora, o eleitor confere pouca confiança aos partidos e pouca importância ao papel desta instituição na dinâmica política. Os critérios para formação da escolha eleitoral seriam construídos com base na figura do candidato, indicando que o personalismo político manter-se-ia como parâmetro fundamental da decisão eleitoral.

Assumo, em contrapartida, que é necessário, além de analisar as características do apoio político aos líderes (tema do capítulo 3), considerar também os incentivos que são produzidos tanto pelo contexto institucional em que essas lideranças atuam, quanto pelas políticas públicas ofertadas por esses líderes. Isto significa dizer que pretendo analisar também o papel que os partidos políticos e o contexto institucional mais amplo desempenham como mediadores da decisão eleitoral para a maior parte do eleitorado e a existência de uma maioria fundamentalmente personalista.

As evidências reunidas nessa tese mostram que está em curso na América Latina um importante movimento eleitoral que tem colocado na linha de frente dos governos nacionais líderes que apostam no apelo de seus carismas, no discurso antipolítico e na polarização social. Esse estilo de fazer política engendrou uma nova

constelação de organizações políticas que foram capazes de atrair eleitores fortemente orientados pela pessoa do líder, com baixa confiança em instituições políticas - como os partidos e o Legislativo - e que se mostram também profundamente insatisfeitos com o desempenho dos políticos tradicionais. A avalanche de mudanças começou quando este estilo político, apoiado em organizações centralizadas por fortes lideranças populistas, colidiu com sistemas partidários fracos que se mostravam crescentemente incapazes de filtrar demandas, agregar interesses e produzir políticas públicas de qualidade. Estes dois elementos em conjunto – a baixa institucionalização do sistema partidário e o descontentamento generalizado com as políticas tradicionais – garantiram as bases para a configuração de uma nova maioria eleitoral na América Latina, essencialmente orientada pelo discurso populista de seus líderes, e disposta a confrontar os fundamentos da Democracia representativa tal como a conhecemos.

CAPÍTULO 2

O POPULISMO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

Este capítulo foca o fenômeno populista do ponto de vista da oferta e pretende sistematizar os elementos da estratégia de conquista de poder populista e aplicá-los tanto a exemplos de lideranças que marcaram a primeira fase do populismo latino-americano com Perón, Getúlio Vargas e Haya de La Torre, quanto aos casos recentes do chamado neopopulismo.

Como vimos no capítulo anterior, o populismo deve ser compreendido, antes de tudo, como de uma estratégia política cujo propósito é idêntico àquele almejado pelas lideranças políticas em geral: ganhar o poder político e mantê-lo o maior tempo possível. A particularidade da estratégia populista é o estabelecimento de um vínculo político de natureza personalista entre público e as lideranças, fundamentado na pessoa do líder em detrimento das instituições e também na percepção pública de que os líderes podem atuar acima das leis e das instituições públicas desde que sejam capazes de resolver os problemas da nação.

Embora muitas vezes lideranças populistas tenham se apoiado em organização como sindicatos e partidos para mobilizar seus seguidores, veremos que estes canais sempre estiveram submetidos ao poder centralizador do líder, gerando o que alguns autores contemporâneos têm chamado de subtipos de populismos.

Irei argumentar que a estratégia populista se manifesta com a utilização de recursos disponíveis em três dimensões básicas: a) Estilo, b) Clientela, e c) Estruturas de Mobilização. Na sequência discute-se a estratégia populista em torno das três dimensões propostas.

2.1. O Estilo Populista

O populismo não pode ser definido apenas em função do seu estilo específico de comunicação com suas clientelas eleitorais e políticas. Pretendo argumentar que há de fato um estilo político que pode ser associado ao populismo, mas que esse deve ser analisado no âmbito do contexto mais geral da estratégia política, essa sim, característica do populismo, a qual é adotada por certas lideranças com o objetivo de atingir e exercer o poder político. Como vimos no capítulo anterior, alguns analistas identificam as lideranças populistas a um “certo estilo” político e defendem que é possível classificar os líderes com base exclusivamente nesse critério (CONNIFF, 1999).

O critério do estilo, porém, não é suficiente uma vez que este pode ser utilizado como um recurso momentâneo durante as campanhas eleitorais por lideranças que não necessariamente irão exercer o mandato conquistado segundo essa lógica. Na minha avaliação, os líderes **populistas são aqueles que lançam mão de um determinado estilo político durante e após as campanhas eleitorais.**

Gilbert (2007), um dos autores que definem o populismo como um estilo de fazer política, defende que o fenômeno deve ser analisado a partir de quatro componentes essenciais que são:

(a) an anti-political discourse; (b) a direct bond between the leader and the people with no institutional intermediation; (c) the existence of a border that divides the society in two antagonist groups; and (d) a charismatic leader that uses propaganda to create the illusion of being the only one able to express the popular will (GILBERT, 2007: 02).

Gilbert aplica os quatro elementos na análise de três casos conhecidos de neopopulismo: Rafael Correa, Hugo Chávez e Evo Morales. Trata-se de uma grande contribuição na área, uma vez que não existem muitos trabalhos atuais preocupados

com a aplicação adequada do termo populismo na atualidade. Na sequência, boa parte dos exemplos contemporâneos voltados para a dimensão do estilo populista foi emprestada do trabalho deste autor. Entendo, no entanto, ser necessário destacar um ponto problemático dessa definição. O segundo elemento apontado, o vínculo direto entre eleitores e líderes, é um componente que diz respeito mais especificamente ao tipo de processo mobilização utilizado pela liderança, como veremos abaixo. Portanto, entendo que o estilo populista deve ser avaliado com base em três (e não quatro) elementos centrais:

- a) carisma;
- b) discurso antipolítico e
- c) discurso polarizador

Vejam, portanto, como cada um desses elementos compõem o estilo populista.

2.1.1. Carisma

A definição de carisma adotada pela maioria dos autores que utilizam esse conceito no contexto da política latino-americana tem como base a análise de Weber sobre os três tipos puros de dominação legítima analisados em *Economia e Sociedade*. Em Weber (1994), o tipo de dominação carismático é legitimado pela crença na santidade, no heroísmo ou na exemplaridade de uma pessoa. Obedece-se ao líder qualificado pelo seu carisma em função de um mecanismo básico: a confiança na pessoa do líder, em seu heroísmo, em suas qualidades pessoais insubstituíveis.

Uma boa descrição contemporânea das características de um líder carismático é feita por Connif (1999), segundo a qual:

[...] populists exhibited charisma – that is, special personal qualities and talents that, in the eyes of their followers, empowered them to defend the interests of the masses and uphold national dignity [...]. They exhibited such diverse traits as great intellect, empathy for downtrodden, charity, clairvoyance, strength of character, moral rectitude, stamina and combativeness, the power to build, or saintliness. Qualities such as these set the populists apart from and above the ranks of common politicians (CONNIFF, 1999:05).

Embora nem todas as lideranças populistas sejam capazes de expressar características tão extraordinárias, certamente todas elas compartilham uma quota de qualidades consideradas excepcionais, ou pelo menos, a mais importante de todas para obter e mobilizar o apoio de suas clientelas: a capacidade de se apresentar como locutor dos menos favorecidos, dos destituídos, dos “descamisados” e dos trabalhadores. O carisma se expressa, portanto, na capacidade de fazer com que a população se identifique com a imagem do líder, de forma direta, personalista, e sem a mediação de organizações políticas, e sem levar em conta outros aspectos que nas democracias consolidadas atuam no processo de escolha eleitoral, como a posição política ou as diferenças programáticas dos candidatos. Nesse sentido, populistas são capazes de se apresentarem como “spokesman of the people”, nos termos de Gilbert (2007), “(...) otherwise, the populist leader would be nothing more than a popular leader (GILBERT, 2007:29)”. É nesse sentido que o carisma pode ser considerado como um recurso estratégico adotado por certas lideranças políticas.

É importante matizar que, evidentemente, nem toda liderança carismática é populista (CONNIFF, 1999; GILBERT, 2007). O carisma é um dos recursos que podem ser utilizados pelas lideranças para estabelecer um vínculo personalista com o público. É um recurso muito importante na medida em que a mediação partidária é secundária no processo de mobilização, tornando o apoio da “massa” ao líder bastante volátil. Pode-se dizer que aquilo que fundamenta a força do líder, isto é, o estabelecimento de um vínculo direto com o público, é também fonte de sua

fragilidade política, pois, ao mesmo tempo em que o líder populista pode usufruir de uma alta popularidade em um contexto econômico favorável, é muito provável que em um contexto de crise este apoio venha a ser rapidamente erodido. Algumas lideranças neopopulistas, efetivamente, enfrentaram crises de popularidade na medida em que as expectativas fomentadas no público não foram atingidas, como aconteceu com Alan Garcia, Fernando Collor de Mello e Fujimori. Sem o apoio de organizações para compartilhar tomadas de decisões, as severas crises econômicas e políticas que essas lideranças enfrentaram conduziram a processos de impeachment legislativo (Collor e Fujimori), tentativas de golpe (Carlos Andrés Pérez) ou de afastamento do poder pelo poder Judiciário (Abdalá Bucaram e Carlos Andrés Pérez). É essencialmente nestas circunstâncias marcadas por crises políticas e econômicas que o carisma aparece como um recurso extremamente importante para auxiliar as lideranças políticas a manterem níveis seguros de popularidade.

Líderes populistas optam quase sempre por projetar uma imagem de ‘homem comum’, de ‘pessoa do povo’, o que os qualificaria como os mais capazes para liderar um processo de desenvolvimento econômico mais inclusivo, não importam se pela via da nacionalização e estatização de empresas estrangeiras, ou pela abertura econômica à economia global. Populistas de esquerda e direita são muitas vezes antagônicos em suas políticas econômicas, mas constantemente convergem na forma como apelam aos seus eleitores e clientelas políticas. ‘Regenerar a nação’, combater os ‘interesses de grupos privilegiados’ e acabar com as ‘instituições corruptas’ estão entre os seus bordões preferidos.

No Brasil, como afirma Fausto (2006) foi Getúlio Vargas quem inaugurou as presidências carismáticas, pois até então, segundo este autor,

os presidentes que se sucederam ao longo da Primeira República podiam prescindir desse atributo, aqui definido em sentido mais amplo, como forma peculiar de poder baseada na capacidade real ou imaginária de um líder que cria uma relação direta, maior ou menor, com seus liderados (FAUSTO, 2006: 121).

Fausto salienta que o carisma, embora, esteja associado a lideranças de regimes totalitários, tornou-se um recurso de poder fundamental em regimes democráticos por duas razões fundamentais: pela existência de uma cultura política que valoriza lideranças que se enquadram em um estilo heróico e salvador das camadas mais carentes e, também, porque a sociedade de massas combinou-se à emergência de uma “sociedade de espetáculo” (utilizando os termos do autor), constituindo um cenário propício ao surgimento de figuras políticas performáticas.

Embora o tipo físico de Getúlio Vargas não tivesse nada de excepcional, o presidente foi transformado pela propaganda em “nosso querido baixinho (...) um verdadeiro gigante pela força de vontade e pelas realizações” (FAUSTO, 2006: 123). Seu sorriso também foi tematizado, chegando a tornar-se título de um livro encomendado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para ser distribuído nas escolas: “O Sorriso do Presidente Vargas”. Pode-se dizer que esta característica performática do presidente simbolizava o estado de espírito nacional pretendido pelo grupo político de Vargas: gerar um otimismo generalizado com os rumos do desenvolvimento do país. E como um “populista autêntico”, o conteúdo de seu discurso era acentuadamente voltado à população mais carente, essencialmente aos trabalhadores – referência pouco comum nos discursos presidenciais anteriores a 1930, como lembra Fausto (Idem: *ibidem*).

Na Argentina, o maior líder populista de sua história e, talvez, um dos líderes populistas mais originais da América Latina, Juan Domingo Perón, é considerado por

alguns autores um político imbuído de um carisma genuíno. Como afirma Horowitz (1999),

Perón made intense personal appeals to unions. His charisma gave his actions a decided impact. In speaking to unions, he stressed their importance to him. 'I come to the house of the railroaders as if it were my own. I profess a profound gratitude to them, because I'm convinced that many of the successes of the Secretariat... are due precisely to the railroad workers'. He also suggested that he was almost one of them, since he was an honorary president of the largest rail union. Perón attempted to show that he cared about the workers. (HOROWITZ, 1999: 31):

Assim como os antigos presidentes populistas, lideranças neopopulistas, em maior ou menor escala, também se utilizam de uma estratégia carismática para estabelecer um vínculo direto com seus seguidores. Para alguns analistas, neste aspecto, o presidente Hugo Chávez expressaria um tipo extremo de apelo carismático, quase de caráter messiânico e religioso, pois tem recorrido crescentemente em suas campanhas políticas a apelos de transcendência da economia capitalista e da democracia representativa. O estilo de Chávez tem mesmo servido como um modelo para as estratégias de campanha e mobilização seguida por outros líderes neopopulistas da região. Além dos exemplos mais óbvios de Morales e Correa, vale lembrar a campanha bem sucedida do Cel. Lúcio Gutierrez à Presidência do Equador em 2003.

O que os políticos neopopulistas tem em comum e o que os distingue de outros políticos tradicionais não é, no entanto, o fato de disputarem o voto dos eleitores e de governarem buscando maximizar o apoio popular, mas sim o fato de executarem essas tarefas ordinárias da vida política valendo-se de mecanismos de dominação que, em alguma medida, procuram retirar do eleitor a sua capacidade de avaliação crítica dos motivos que o levaram a aderir a um determinado projeto político. Adere-se ao herói da luta contra a 'reação', ao 'redentor da pobreza', ao que

‘luta contra o imperialismo’. É neste processo de adesão a um projeto político específico que o carisma do líder mostra-se como uma qualidade capaz de preencher os atributos que foram subtraídos da *comunidade política*: a visão crítica e a capacidade de avaliação e de contestação. Mas carisma não é o único elemento distintivo do estilo político neopopulista, a visão antipolítica e a capacidade de polarização também compõem o seu núcleo-duro como veremos a seguir.

2.1.2. Discurso antipolítico

Outra característica central do estilo populista é a apropriação de um discurso, normalmente qualificado como antipolítico, ou seja, como um ataque frontal à ‘classe política’ como um todo, a qual é representada como corrupta e incapaz de atender aos interesses da população (WEYLAND, 1999; CANOVAN, 1999; LEGLER, 2006; ROBERTS, 2003).

Na engenharia da mobilização populista os adversários políticos precisam ser convertidos em inimigos, em “forças” das quais o povo precisa ser defendido. O primeiro candidato a ocupar esse papel foram as “oligarquias rurais”, contra quem as lideranças populistas modernizadoras da primeira metade do século XX dirigiram seu poder de fogo.

Na linha “antiestablishment” do discurso populista a oligarquia rural era a grande inimiga política dos populistas clássicos, pois a construção de uma nova política dependia da contenção de um grupo que, por assim dizer, possuía tendências feudais que corroíam o Estado patrimonialista, como afirma Otto Hintze (*Apud*, LAMOUNIER, 2005:105).

No Brasil, a empreitada getulista iniciada com o Estado Novo teria alterado a própria natureza do poder (LAMOUNIER, 2005), pois o poder, até então era limitado

a trocas pessoais dentro de um círculo oligárquico restrito. O Estado Novo inaugura um processo político no qual a energia vital é o apoio de massas populares à pessoa do presidente ou o culto à personalidade do chefe (D'ARAÚJO, 2000).

Mas a oligarquia não era a única inimiga política do populismo clássico. Ainda no período do Estado Novo, criticava-se as instituições representativas da democracia liberal – as organizações populares, o sufrágio ampliado, os partidos políticos e outras – e defendia-se um modelo no qual as atividades políticas devessem ser substituídas pelo corporativismo estatal imposto de cima para baixo - trabalhos técnicos em comissões e conselhos de grupos especializados, profissionais ou econômicos (D'ARAÚJO, 2000: 11-12).

Oliveira Viana, considerado nosso principal teórico corporativista, foi defensor de um Estado forte e autoritário, que pudesse ser capaz de implementar um modelo de decisão tripartite, conhecido como “corporativismo estatal”, o qual conciliava organizações sindicais, empresários e Estado. Para este autor, nosso partido era o presidente. Este era o pensamento que liderava as mentes de vários pensadores autoritários brasileiros como Francisco Campos e Azevedo Amaral, os quais, juntamente com o primeiro, compartilhavam a ideia de que “(...) os partidos políticos e a liberdade de organização política deveriam ser substituídos por câmaras e/ou setores da produção organizados e liderados por um Estado fortalecido” (D'ARAÚJO, 2000: 11).

Para os neopopulistas o papel de inimigo principal é ocupado por dois objetos difusos: a “classe política” e “as elites”. O primeiro grupo compreende os representantes no legislativo, o poder judiciário e a burocracia estatal. Como são representados como corruptos e interessados apenas em abusar do poder em benefício privado, precisam ter de alguma forma seus poderes limitados ou submetidos a um

poder Executivo (este sim o representante da vontade de mudança do povo) com poderes extraordinários (WEYLAND, 1999: 387). O segundo grupo, “as elites” tem uma definição geralmente fluida e variável. A vantagem, do ponto de vista dos líderes populistas, de não se oferecer uma definição clara dos ‘inimigos’ e de agrupá-los sob rótulos genéricos é que no exercício do governo os alvos dos ataques podem ser instrumentalizados em função da conjuntura política. Em um determinado momento o inimigo da vez pode ser um empresa privada de comunicação, em outro pode-se precisar dessa mesma empresa como aliada em uma campanha contra empresas multinacionais de algum setor no qual o núcleo dirigente tem interesse.

O discurso dos neopopulistas é, portanto, fortemente *antiestablishment* e dirigido contra as instituições políticas e sociais que dão sustentação à democracia representativa, incluindo aí os partidos, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil. Não estamos, portanto, diante apenas de um discurso ordinário que atribui ao adversário determinados erros ou mesmo a crítica de que são incapazes de executar um determinado programa político, como ocorre em qualquer disputa democrática, mas sim de iniciativas organizadas por lideranças políticas que procuram estabelecer vínculos diretos com o público (LEGLER, 2006: 07). Uma vez que os líderes populistas desejam legitimar o poder com base em sua pessoa, seu discurso normalmente é contrário a qualquer instância política que possa limitar seu poder, fundamentalmente os partidos políticos. Nesse sentido, como afirma Weyland (1999)

(...) After taking office populists have a distant if not adversarial, relationship to parties. Besides weakening opposition parties, they often refuse to join and strengthen the organizations that helped them win power and support their government. (WEYLAND, 1999: 386)

Candidatos neopopulistas, em resumo, se apresentam como “outsiders” ao sistema, “someone who is still not corrupt, and someone who belongs to ‘the people’.

(...) If all the system's maladies are endemic... then the alternative has to come from 'outside' the system" (GILBERT, 2007:09).

Para Roberts (2003), esta “política antipolítica” é a mais destacável de todas as características das lideranças populistas. Em suas palavras:

The most distinctive features of this new leadership are its implacable hostility to the political establishment and an aversion to intermediary institutions that can hold a leader accountable to mass constituencies. (ROBERTS, 2003: 36).

Uma vez identificado os inimigos resta colocar em marcha as engrenagens de sua destruição, e para atingir esse objetivo lideranças neopopulistas lançam mão de mais um recurso estratégico: um discurso polarizador. A meta é manter o público em estado de alerta, produzir continuamente um certo nível de tensão contra os inimigos das mudanças encarnadas na própria figura do líder. Não estamos diante de um exercício simples de manipulação de formas difusas de ressentimento social as quais líderes podem recorrer para reforçar suas imagens diante do público. Analisamos, a seguir, como líderes neopopulistas foram capazes de canalizar, organizar e instrumentalizar politicamente esses sentimentos do público.

2.1.3. Discurso Polarizador

Além de antipolítico, o discurso das lideranças populistas é também fortemente polarizador, antiplural e constantemente intolerante como detectaram Legler (2006), Roberts (2006) e Gilbert, (2007) na medida em que pregam uma divisão extrema na sociedade, na qual prevalece a lógica do “nós” (comumente associado ao povo, os pobres, a classe trabalhadora, os “descamisados”) versus “eles” (a elite dominante, os ricos, a burguesia, a oligarquia, os “marajás”).

Há aqui uma distinção importante que deve ser feita com relação ao discurso polarizador da esquerda socialista. A geração atual de líderes neopopulistas é uma

usuária pragmática de ideologias e mesmo de movimentos sociais (tema dos próximos itens). O discurso de classe, por exemplo, quase nunca aparece de forma clara e articulada nas manifestações políticas desses líderes. Ao lado de outras divisões que por ventura prevaleçam nas sociedades em que atuam - como a língua, a etnia, ou a religião - as divisões socioeconômicas sofrem uma série de transformações semânticas com vistas a construção de uma identidade social unificada e abrangente que servirá ao líder em suas manifestações políticas. Como afirma Gilbert (2007)

[...] It is precisely here where populist discourse has its longer lasting effects: formerly unrelated constituencies acquire the idea of belonging to one coherent entity, “the people” (and therefore the word ‘populism’). (GILBERT, 2007: 22).

Sobre esta característica das lideranças populistas Roberts (2006) afirma:

Populist leaders are often polarizing figures who generate fervent loyalties and intense opposition, particularly among elites who feel threatened by populist reforms, rhetoric, redistributive measures or mobilizational tactics. The more radical the discourse and behavior of populist leaders, the more intense the opposition, and the more likely that socio-political conflict will be channeled into extra-electoral arenas. These conflicts create incentives for populist figures to organize and empower their followers for political combat. Followers, not only vote, but they may be called upon to mobilize for rallies and demonstrations, participate in strikes and occupations, or even take up arms to defend their leader in times of peril. (ROBERTS, 2006: 17-18).

O trecho acima complementa a noção de que o discurso polarizador objetiva “destruir” o opositor com sua lógica antiplural e intolerante, uma vez que este transforma a competição, natural da política, em uma luta entre combatentes fora da arena eleitoral e, em última instância, pode até transformar seus seguidores em grupos de paramilitares.

Para Legler (2006), a natureza polarizadora do populismo, apoiada nas clivagens sociais ajuda a acirrar o conflito político, pois obriga os cidadãos a declararem fidelidade a um lado: “either for the populist leader and his movement or

against them. This can also feed perceptions of a zero-sum conflict where one side's gains are the other side's losses" (LEGLER, 2006: 08).

Uma vez que as identidades sociais são redefinidas e a fidelidade ao líder populista se estabelece, põem-se em marcha uma dinâmica polarizadora, que aumenta o poder das lideranças ao mesmo tempo em que estas promovem o acirramento do conflito entre os grupos polarizados.

[...]Once identities are redefined, a partiality claims to represent "the people", setting in motion the "us vs. them" dynamic. Therefore, it seems right to assert "populism is often divisive, polarizing, anti-plural. Born of Class, ethnic, and racial conflict, it promotes continued conflict rather than curbing it. (GILBERT, 2007:23).

Para construírem sua base social, líderes populistas polarizaram o discurso com apelo a grupos específicos em diferentes momentos históricos. Vargas, Perón, Cárdenas e Haya de La Torre atuaram na promoção da polarização entre trabalhadores e oligarquia, pois sua base social consistia, fundamentalmente, de trabalhadores, pertencentes ou não aos sindicatos.

É inegável a importância das conquistas de natureza social e política que foram concedidas a estes setores nestes regimes. É também inegável que existam especificidades na relação entre seus líderes e movimentos trabalhistas, mas é preciso ressaltar que os populistas construíram, com mais ou menos liberdade, verdadeiras máquinas estatais de caráter autoritário com uma justificativa fundamentada na proteção dos interesses dos setores que os apoiavam. Como afirma Capelato (2001), para proteger a classe trabalhadora, Lázaro Cárdenas construiu a máquina partidária e o Estado autoritário que colocou obstáculos à consolidação democrática. Lamounier (2006) também chama atenção para o caráter autoritário das "benfeitorias" de Getúlio Vargas, o qual "impôs um modelo corporativo-autoritário que deu origem a um

sistema subserviente e corrupto, do qual os pelegos foram a expressão mais típica” (LAMOUNIER, 2006: 52).

A polarização exercida por líderes neopopulista, por sua vez, tem seu apelo dirigido, como enfatizamos, a setores difusos da sociedade organizados em clientelas, sejam esses, os grupos indígenas, as ‘vítimas das políticas neoliberais’, ou ainda, os trabalhadores enfraquecidos pela desindustrialização, entre outros grupos. A organização dessas clientelas é o tema que trataremos a seguir.

2.2. As Clientelas Populistas

Que grupos sociais específicos se sentem mais atraídos pelo estilo neopopulista de fazer política? Nos capítulos 3 e 4 analiso os determinantes da demanda por populismo, primeiro do ponto de vista analítico (capítulo 3) e, em seguida, com base em dados empíricos (capítulo 4). No entanto, dados de pesquisas de opinião com o público em geral que são utilizados no teste das hipóteses não permitem a identificação e a discussão sobre o papel das ‘clientelas populistas nucleares’, ou seja, os grupos sociais específicos nos quais tem maior repercussão o estilo carismático, antipolítico e polarizador adotado pelas lideranças populistas. Portanto, pretendo responder à pergunta formulada sobre as clientelas populistas valendo-me de uma análise qualitativa dos processos de mobilização que ocorreram, sobretudo, no período mais recente do populismo.

As clientelas são formadas em decorrência de processos de mobilização que têm algumas características específicas. Notadamente ocorrem em estruturas institucionais (partidos, movimentos associações, etc.) em que predominam vínculos horizontais de lealdade e controle e que não conduzem, portanto, à formação de um consenso institucionalizado, mas sim à configuração de uma rede de fidelidades

personais que propicia a fragmentação da sociedade em grupos de interesse fracamente articulados entre si e fortemente dependentes da capacidade de coordenação da liderança que controla a estrutura de mobilização. Clientelas definem, portanto, formas de aquisição do consenso por meio de permutas que facilitam a personalização do poder (BOBBIO, MATTEUCHI, PASQUINO, 1983: 177-179). Em troca do apoio e da legitimação política, os líderes neopopulistas na América Latina têm se demonstrado capazes de ofertar um conjunto de bens e serviços públicos que são canalizados para grupos específicos. Um dos efeitos dessa estratégia têm sido a desagregação contínua dos partidos políticos que buscam uma configuração orgânica de interesses em suas estruturas de poder e representação e a sua substituição por lógicas particularistas de lealdade em estruturas fortemente hierárquicas.

Um dos exemplos emblemáticos desse processo é a ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia em 2005. Morales não foi o primeiro a tentar mobilizar eleitoralmente os grupos indígenas. Os resultados eleitorais reunidos na Tabela 2 do Capítulo 4, com os resultados eleitorais dos seis países analisados, mostram as sucessivas tentativas eleitorais, tanto no Equador, quanto na Bolívia, de mobilização dessa “clientela” em diferentes momentos. Na Bolívia, a candidatura de Morales em 2002 e 2005 foi precedida pela de Carlos Palenque pelo CONDEPA em 1993 e na eleição seguinte, também pelo CONDEPA, da “Comadre Remedios” (Remedios Loza Alvarado). Morales, em suas duas candidaturas, apelou direta e fortemente aos grupos indígenas mobilizados pelo interesse na expansão do cultivo de coca. No Equador, o *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik-Nuevo País* (MUPP), o qual contava com uma significativa participação de representantes oriundos da

Confederacion de Nacionalidades Indigenas del Ecuador (CONAIE)⁸, lançou em 1996 o candidato Freddy Ehlers à presidência da República e Luis Macas (ex-presidente do CONAIE) para a Câmara dos Deputados. O MUPP participou ainda da coligação vitoriosa que levou o neopopulista Lúcio Gutiérrez ao poder em 2002 e voltou a participar da Aliança eleitoral que levou Correa ao poder em 2005.

Os grupos indígenas configuram, como demonstram esses exemplos, uma importante ‘clientela’ para os líderes neopopulistas na Bolívia e no Equador. Uma clientela que obviamente não surgiu pronta. Foi preciso redescobri-la, organizá-la e cooptá-la para fins da conquista do poder político. Morales foi certamente o mais ágil dos líderes populistas a compreender o alcance eleitoral que a identificação com as culturas indígenas poderia propiciar. Apesar das diferenças étnicas e culturais que existem entre os grupos indígenas, tanto no Equador quanto na Bolívia, o discurso político, sobretudo de Morales, foi capaz de operar uma redução homogeneizadora nessas diferenças que foi muito bem sucedida do ponto de vista eleitoral.

Mas como isso ocorreu? Como foi possível aos líderes neopopulistas desses países andinos converter esse segmento em clientelas politicamente operantes?

Em primeiro lugar é preciso lembrar que a defesa da ampliação das franquias eleitorais é uma herança do populismo de 1ª e 2ª gerações na América Latina. A descoberta de novas clientelas, notadamente grupos específicos de trabalhadores urbanos, e a sua incorporação ao mercado político levou ao poder os principais líderes populistas do continente (Battle, Perón, Vargas, etc.). Portanto, a estratégia estava ‘pronta’, faltava encontrar apenas a oportunidade e o nicho social para aplicá-la. Para Morales e Correa foram os indígenas, para o casal Kirchner, os piqueteiros empobrecidos pelas crises da primeira metade da década, enquanto Chávez foi capaz

8 Sobre a relação entre a CONAIE e o MUPP ver: Beck e Mijeski (2001) “Barricades and Ballots: Ecuador’s Indians and the Pachakutik Political Movement”, *Estudios Ecuatorianos*, n. 1. Set, 2001.

de recrutar e formar seus círculos bolivarianos nas áreas mais pobres de Caracas e nas regiões mais atrasadas do país. Obrador, mesmo derrotado em sua campanha presidencial, mostrou-se um político local capaz de mobilizar de forma vibrante círculos de apoiadores em segmentos sociais quase intocados pela política tradicional mexicana. Chávez tem demonstrado sua criatividade política ao organizar milícias paramilitares como o grupo “Esquina Caliente” e o “Colectivo La Piedrita”, que ao lado de outras organizações similares, têm perpetrado ataques violentos a opositores do governo⁹.

Em segundo lugar, no caso específico das clientelas indígenas mobilizadas por Morales e Correa, não é possível menosprezar o papel dos interesses econômicos desses grupos na expansão das áreas de cultivo de coca. O esforço do governo colombiano em erradicar o cultivo de coca tem sido mais do que compensado pela expansão do cultivo na Bolívia, no Peru e, em menor escala, no Equador. O argumento de que a coca é uma forma tradicional de cultivo que deve ser preservada, defendido abertamente por Morales, tem servido como uma cortina eficiente para encobrir a expansão do cultivo da coca para muito além dos seus limites tradicionais (World Drug Report, 2008).

Em terceiro lugar, encontramos nesse processo de mobilização eleitoral dos grupos indígenas um exemplo claro sobre os efeitos que a lógica de clientelas têm sobre os partidos políticos que buscam, como afirmamos, uma configuração orgânica de interesses em suas estruturas de poder e representação. O MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário) foi um dos polos dinâmicos da revolução de 1952 que estendeu os direitos políticos a quase 100% da população boliviana. No entanto, o direito de voto conquistado e a incorporação social que se pretendia estender aos

⁹ No início de 2009 foram atacados a prefeitura de Caracas, o prédio da Embaixada do Vaticano e a sede da União Venezuelana de Estudantes, entre outros alvos.

segmentos indígenas da população que não falavam espanhol e que eram etnicamente diferenciados, deveria ocorrer no âmbito do processo mais amplo de emancipação da classe trabalhadora deflagrado pela revolução. Como representantes de uma classe, não como uma minoria étnica, eram instados a se mobilizar e a reivindicar a expansão de seus direitos. À esta lógica orgânica de incorporação política se sobrepôs a lealdade personificada à figura do indígena-cocaleiro, coroado *Apu Mallku*, o chefe supremo, o Rei Aymara, líder de seis sindicatos de cocaleiros.

Obviamente Morales não chegaria ao poder apenas com o apoio dos grupos indígenas. O apoio de clientelas tendentes ao nacionalismo de estado foi decisivo para o sucesso de sua empreitada eleitoral. Em um país rico em reservas de gás os setores urbanos e as classes médias mostraram-se particularmente vulneráveis ao apelo nacionalista de Morales,

Morales used his natural charisma to become the leader of six coca-growing unions. That's an influential job in a nation where nearly 70 percent of the people are indigenous and mostly poor. Therefore, certain charisma exists on him aside ethnicity, most likely his struggle for hydrocarbons nationalization and coca leaf legalization. In a country with such high concentration of natural resources (with more than 10 billion cubic meters per year, Bolivia is the second largest reserve of natural gas in Latin America after Venezuela) and such high level of poverty (64% of population lives below poverty line), the idea of natural resources being looted by transnational corporations has permeated society. (GILBERT, 2007: 31-2).

O que esta análise mais detida do processo de incorporação dos grupos indígenas ao projeto político de Morales pretende evidenciar é que a mudança no cenário político latino-americano não tem por base apenas os milhões de votos que os neopopulistas tem sido capazes de angariar com seu estilo *sui generis* de campanha eleitoral e de exercício do poder. O apoio de clientelas específicas, embora ocorra de forma diferente em cada contexto, é um elemento fundamental para o êxito de seus projetos políticos. Até aqui vimos como esses líderes empobrecem a discussão

política com seus apelos anti-institucionais, polarizam a sociedade e a fragmentam em clientelas a serviço de seus projetos políticos. Resta entender como entram em cena seus milhares de apoiadores.

2.3. *Populismo e suas Estruturas de Mobilização*

As clientelas não surgiram prontas, foram construídas, e assim também as organizações que conectaram essas clientelas em redes de apoio. Em alguns casos, partidos e organizações funcionaram como verdadeiras agências de socialização no culto ao personalismo político. Em outros casos, principalmente no período neopopulista, não houve muito tempo para se organizar mais do que incipientes movimentos eleitorais que se dissolveram ou se reconfiguraram após a vitória eleitoral. Chávez, por exemplo, foi capaz de utilizar o *Movimiento al Socialismo* (MAS) em sua primeira empreitada eleitoral, organizar em seguida o *Movimiento V República* e mais recentemente, em 2007, construir o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV).

Na larga história do populismo na América Latina é possível encontrar vários exemplos de líderes como Perón, Getúlio Vargas, Haya de La Torre e Lázaro Cárdenas, verdadeiros construtores institucionais que estabeleceram partidos de massas que dominaram a representação política de amplos segmentos do mundo do trabalho, principalmente urbanos e industriais¹⁰. Mas neste caso, é muito importante frisar que os partidos da primeira onda de populismo, entre os anos 30 e 70, embora criados verticalmente para servirem aos projetos políticos pessoais de seus líderes, foram também veículos importantes no processo de ampliação dos benefícios sociais

10 No caso brasileiro ver a análise seminal de Weffort, “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, in Revista Civilização Brasileira, n.º 2, 1965.

aos trabalhadores urbanos (e camponeses - no caso de Lázaro Cárdenas). Ou seja, eram simultaneamente vetores de mudança e de controle sobre as massas.

Uma vez no poder, em 1946, Perón dissolveu o *Partido Laborista* que o apoiou durante as campanhas eleitorais por considerá-lo ameaçadoramente autônomo. Ao limitar ao máximo a partilha do poder executivo, Perón deu aos seus diferentes governos um caráter eminentemente autoritário. Na sua primeira investidura reuniu sob seu comando os partidos que o apoiavam sob a legenda do *Partido Único de la Revolución*, posteriormente nomeado Partido Peronista em 14 de janeiro de 1947.

Mas Perón era populista e não um ditador e dependia, portanto, de sua capacidade de manter níveis seguros de apoio popular. Para tanto, assim como Getúlio Vargas e outros congêneres, consolidou sua base de apoio mediante a implantação de benefícios trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores (HOROWITZ, 1999).

Como afirma Weyland (2001), em uma política pouco institucionalizada como aquela que caracterizava a América Latina dos anos 30, os líderes populistas foram capazes de promover a incorporação inicial das massas por meio de organizações políticas, mas “they keep them under personal control and severely limit their institutionalization” (WEYLAND, 2001: 15). Ou ainda, como afirma Roberts (2006): “Given the weight of personalistic authority, partisan vehicles founded by populist movements are inevitably instruments that serve their leaders’ interests (ROBERTS, 2006: 17)”.

Uma análise mais detida das organizações políticas que deram (e continuam a dar) sustentação aos líderes populistas revela, no entanto, a existência de subtipos de populismos (WEYLAND, 2001; ROBERTS, 2006). Roberts (2006) analisa a ocorrência de quatro subtipos de populismos que tem ocorrido ao longo destes períodos. São eles: *orgânico, trabalhista, partidário e eleitoral*.

O populismo orgânico ocorre quando o líder constrói organizações na esfera civil e partidária. Este seria um tipo altamente organizado, do ponto de vista da estratégia mobilizadora. Para exemplificar este tipo de populismo Roberts cita o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). Quando Cárdenas assumiu o governo em 1934, ele deu início à transformação do antigo PNR (Partido Nacional Revolucionário) – partido criado verticalmente pelo Estado, sem uma base de massas. Essa reestruturação partidária envolveu a renomeação do partido para PRI (Partido Revolucionário Institucional) – considerado um dos partidos mais importantes do México até hoje. Formalmente, o PRI passou a representar quatro setores: sindicatos de trabalhadores (CTM), a Confederação Nacional de Camponeses (CNC), forças armadas e associações de funcionários públicos (BASURTO, 1999). Para assegurar-se do apoio, principalmente dos operários e camponeses, Cárdenas apoiou-se na realização de uma reforma agrária efetiva e na ampliação de direitos trabalhistas. Esse bloco hegemônico formado por associações secundárias na sociedade civil e por um partido com uma ampla base de massas dominaria a cena política do México nos próximos 60 anos (ROBERTS, 2006: 7).

O trabalhismo defendido por Getúlio Vargas também pode ser considerado um movimento integrante do modelo orgânico de mobilização populista. Representante de um grande projeto nacionalista e redistributivista, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) pressupunha uma forte interlocução com os sindicatos. Foi um partido ancorado no Estado, pelo Ministério do Trabalho e Institutos de Previdência Social e no movimento sindical, pelas confederações e federações sindicais. (CAMPELLO DE SOUZA, 1990; NEVES, 2001).

O populismo trabalhista, por sua vez, ocorre quando os sindicatos, e não os partidos, tornam-se o veículo principal da mobilização, deixando os partidos políticos

em segundo plano. O exemplo deste tipo de populismo é o governo de Juan Perón na Argentina (1946-1955). Durante os anos em que Perón presidiu a Argentina a organização política das massas esteve amplamente ancorada na CGT (Confederação Geral do Trabalho). Perón acreditava que a maximização de seu poder seria mais efetiva por meio de um movimento político informal que estava ancorado em sua personalidade autoritária. Ele relutava em institucionalizar uma organização burocrática, que pudesse constranger sua autonomia, tanto, que ao ser eleito em 1946, dissolveu os três partidos que o apoiaram em sua campanha presidencial (ROBERTS, 2006).

O terceiro subtipo de populismo é o partidário. Neste caso, o líder populista se utiliza do partido político como a principal estratégia de mobilização política. A *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) sob a liderança de Victor Raúl Haya de La Torre é o exemplo citado neste modelo. Haya de La Torre, embora não tenha sido eleito em nenhuma eleição, construiu um partido populista com uma extraordinária capacidade organizacional mostrando que uma personalidade carismática não necessariamente exclui a institucionalização política. Também conhecido como PAP (Partido Aprista Peruano) a APRA foi originalmente fundada com a intenção de se tornar um movimento panlatino-americano, com base em um princípio multiclassista, altamente organizado, anti-imperialista e nacionalista. De acordo com Dietz (1987) o Partido Aprista influenciou outros partidos nacionalistas e reformistas na região como o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) na Bolívia e PLN (Partido Liberação Nacional) na Costa Rica.

O último subtipo de populismo, chamado de populismo eleitoral, exclui as organizações intermediárias como estratégia de mobilização. Líderes populistas, neste modelo, mobilizam eleitores sem organizá-los em partidos e/ou associações

secundárias como os sindicatos. A relação entre lideranças e seus seguidores é direta e o apoio é conquistado, fundamentalmente, pela combinação de qualidades pessoais da liderança - como seu carisma - e pelo discurso que se contrapõe às elites estabelecidas e se compromete com promessas de distribuição de benefícios individuais ou coletivos (ROBERTS, 2006: 10). O exemplo deste populismo recai sobre a figura de José Maria Velasco Ibarra, presidente do Equador que foi eleito em cinco ocasiões diferentes entre os anos 30 e 70. Segundo Sosa-Buchholz (1999) Velasco Ibarra conseguiu organizar seus seguidores sem se filiar a nenhum partido ou movimento. Surgiu como um líder “outsider” e imparcial na cena política – imagem que o teria ajudado a convencer os eleitores de que era o único capaz de resolver os problemas políticos e econômicos deste país durante muitos anos.

Roberts relaciona os subtipos de populismo organizacionais – orgânico, trabalhista e partidário - ao primeiro ciclo de populismo na América latina, entre os anos 30 e 70 - embora o caso de Velasco Ibarra demonstre a ocorrência de um populismo baseado num vínculo direto entre o líder e as massas no mesmo período. Sobre este ponto o autor afirma que existiria uma afinidade eletiva (não uma relação causal) entre certos fatores estruturais e políticos que teriam motivado a criação de organizações intermediárias durante o primeiro ciclo de populismo. Tomando o argumento estruturalista, Roberts se volta para o processo de industrialização e os conflitos agrários do início do século XX como propulsores da formação de organizações da sociedade civil, pois este processo favorecia a concentração de grupos de trabalhadores com interesses comuns nas fábricas e disponibilizavam camponeses para serem mobilizados politicamente. Assim, para obter o apoio destes grupos, na medida em que o estado expandia suas funções desenvolvimentista, reguladora e redistributivista, as lideranças formavam relações corporativas com os

trabalhadores e camponeses para trocar benefícios materiais e barganhar direitos políticos.

Juntam-se aos fatores estruturais enunciados anteriormente certas condições, de natureza política, que teriam sido favoráveis à criação de organizações intermediárias no primeiro ciclo de populismo. Politicamente, os partidos tradicionais seriam incapazes de representar e atender as demandas da nova classe de trabalhadores que surgia nas cidades, o que tornava este segmento disponível para mobilização mediante novos partidos políticos. Nas palavras de Roberts (2006),

[...] Since workers generally did not owe political allegiance to traditional oligarchic parties, they were an untapped electoral market – a latent constituency that was amenable to mobilization by new mass parties that embraced their demands for higher wages, social benefits and organizational rights. Parties were used to mediate corporatist exchanges between states and unions, and they provided a vehicle to translate societal encapsulation into bloc votes in the electoral arena. In the pre-television era, electoral campaigns were labor-intensive affairs, and grass-roots party organs were useful for integrating new social actors and mobilizing the vote”. (ROBERTS, 2006:13)

Este argumento, que frisa os partidos como instrumentos submetidos aos interesses das lideranças populistas do passado é muito importante pois, na atualidade, partidos políticos, como veremos, não seriam mais necessários aos propósitos de presidentes neopopulistas, uma vez que a propagação da imagem e dos ideais destas novas lideranças estaria garantida pelos meios de comunicação. Para lideranças neopopulistas os partidos políticos representam verdadeiros constrangimentos institucionais aos interesses estratégicos de novos líderes populistas. Pode-se dizer que o objetivo das lideranças neopopulistas é o mesmo objetivo das antigas lideranças do movimento: fundamentar e fortalecer seu poder político mediante o estabelecimento de vínculos diretos com o público, centralizado na pessoa do líder.

Mas diferente do passado, o processo mobilizador atual é quase independente das instituições de representação política.

O ciclo de neopopulismo, por sua vez, iniciado nos anos 90, teria encontrado condições estruturais e políticas diferentes das anteriores, desta vez, favoráveis à utilização de táticas de caráter antiorganizacional, ou, de outro modo, mais propícias ao surgimento de um tipo de populismo eleitoral, com apelo exclusivo à imagem do líder carismático e antipolítico para representar o interesse público.

As presidências de Collor e Fujimori teriam tido este caráter eleitoral, cujo processo de mobilização ocorreu sem a utilização de organizações intermediárias. Tanto Collor como Fujimori criaram “partidos virtuais” para competirem eleitoralmente e ambos não realizaram nenhum esforço para consolidá-los. Fujimori também não se moveu para organizar a sociedade civil. Neste caso, atuou diferente de Collor que tentou se aproximar dos sindicatos, mas sem êxito. O *Fujimorismo*, como afirma Roberts, “was a paradigmatic case of electoral populism. The dearth of partisan organisation gave Fujimori the strategic autonomy that he needed to switch economic policies and win over elite opponents” (ROBERTS, 2006: 18-19).

De um ponto de vista estrutural, Roberts atribui a tendência antiorganizacional do neopopulismo ao enfraquecimento dos sindicatos e à diminuição das funções reguladoras e redistributivas do Estado. Sindicatos entraram enfraquecidos nas novas ondas democráticas em função da repressão dos regimes autoritários precedentes e dos deslocamentos gerados pelas crises econômicas e pela reestruturação de mercado. Além disso, a realização de reformas liberais pós Consenso de Washington tornou mais difícil a prática de trocas de benefícios materiais coletivos por apoio organizado.

Deste modo, sem a força de movimentos trabalhistas que atuavam como pilares da organização populista no passado e sem a mesma disponibilidade de

recursos para troca, as lideranças neopopulistas passaram a buscar o apoio de setores populares atomizados e pouco organizados. Ao contrário do período de SI, líderes neopopulistas têm se chocado com movimentos trabalhistas vinculados aos partidos tradicionais, relação que pode ser observada nos governos de Fujimori, Collor e Menem.

No Peru, os sindicatos se opuseram às reformas econômicas liberais impulsionadas por Fujimori, mas não eram organizados a ponto de oferecer uma resistência efetiva. No Brasil, Collor contou com franca e clara oposição do sindicalismo independente e dos movimentos sociais tradicionais, apesar das tentativas de cooptação de setores do sindicalismo com a nomeação de um ministro do trabalho ligados ao movimento sindical (Antônio Rogério Magri, ministro de 1990-92). Na Argentina, Carlos Menem conquistou a presidência com apoio do sindicato vinculado ao Partido Peronista, mas uma vez no poder, assim como Fujimori, ele neutralizou a influência deste setor no partido para impulsionar as reformas neoliberais.

Seguindo o argumento de Roberts, o neopopulismo não encontrou condições contrárias apenas aos tipos de organização secundárias, centradas nos sindicatos. Certas condições, do ponto de vista político, seriam altamente conflitivas também com a criação de estruturas partidárias. Enquanto o populismo dos anos 30 encontrava grupos politicamente disponíveis para mobilização em um ambiente precário de partidos que pudessem canalizar as novas demandas políticas, o neopopulismo se deparou com um ambiente “saturado” do ponto de vista da existência de organizações partidárias e um público previamente incorporado politicamente. Para lideranças populistas, partidos políticos somente são úteis na medida em que ajudam a disseminar sua imagem de líder “salvador” dos oprimidos. Neste caso, os partidos

criados por lideranças populistas do passado estavam, necessariamente, sob seu domínio pessoal. Sem essa função, partidos políticos são organizações que contrariam as aspirações das lideranças personalistas que têm sua legitimidade fundamentada em qualidades pessoais. Mas para a “felicidade” das lideranças neopopulistas, embora o novo ambiente democrático estivesse repleto de organizações partidárias que poderiam bloquear seu caminho, eles encontraram à sua disposição meios de comunicação, principalmente a televisão, e surveys de opinião pública que têm servido de forma tão eficaz ou ainda melhor do que os partidos populistas para capturar a demanda pública e mobilizar eleitores, principalmente em ambientes onde o público desconfia dos partidos e de outros grupos de interesse.

Do ponto de vista político o argumento de Roberts (2006) sobre os motivos que levariam as lideranças neopopulistas a abrirem mão do “investimento” em partidos políticos na atualidade está apoiada na suposição de Weyland (2001) segundo a qual as estratégias antiorganizacionais das lideranças neopopulistas seriam mais comuns em sistemas políticos mais organizados. De acordo com este autor:

“(...) in organizationally saturated polities populist leaders rise by adopting more antiorganizational tactics. They appeal to people who distrust established parties and interest groups and offer a different avenue – personalistic leadership – for “representing” those people interests. Neopopulist leaders who rise in inchoate, fragmented party systems deliberately weaken established intermediary organizations and refuse to transform their own electoral vehicles into organized parties (for example, Collor and Fujimori). In more consolidated party systems, which block the ascent of antiparty candidates, neopopulist leaders emerge by taking over parties of populist origin, undermining the established party apparatus, and subordinating these weakly institutionalized organizations to their personal control (for example, Garcia and Menem) (WEYLAND, 2001: 15)”.

Em resumo, na 1ª e 2ª geração do populismo, os partidos do governo e organizações intermediárias como os sindicatos eram fundamentais para capturar as demandas sociais e disseminar a lealdade à pessoa do líder. As manifestações de

massas organizadas pelos partidos permitiam que houvesse uma troca entre os “inputs” sociais e “outputs” políticos que fortaleciam a relação entre as lideranças e as massas; ou seja, ao mesmo tempo em que as massas tinham um canal para expressar suas demandas o líder personalista expressava seu carisma e sua capacidade de atender aos apelos sociais.

Nas novas democracias latino-americanas, porém, novos recursos políticos são utilizados para estabelecer a relação quase-direta entre as lideranças populistas e os eleitores, tornando o papel dos partidos menos essencial na comunicação entre estas e a população. Com a disseminação dos meios de comunicação e o desenvolvimento de pesquisas de opinião, candidatos e lideranças políticas têm um acesso contínuo e mais preciso às preferências e interesses de distintas clivagens sociais, não necessariamente organizadas. Na atualidade, como afirma Raquel Meneguello (1998),

o processo de formação de preferências políticas passa a buscar parâmetros em um amplo campo homogêneo de informações, através do qual dá-se a percepção das questões e temas públicos, e não mais a partir de linhas de opinião estruturadas sobre as clivagens ou interesses específicos organizados, estabelecidos tradicionalmente pelas organizações partidárias(MENEGUELLO, 1998: 26).

O ambiente político, na América Latina, contaria com organizações políticas incipientes - incapazes de organizar as preferências da população. Na América Latina contemporânea, os sindicatos, por exemplo, raramente se estendem além de um setor privilegiado de força de trabalho com um emprego permanente e registrado na economia formal. As organizações sindicais já não são mais representativas de um grande número de trabalhadores informais que possuem contratos temporários ou não possuem contratos de trabalho. Do ponto de vista da opinião pública, os partidos políticos não estão institucionalizados na sociedade, como demonstram muitas pesquisa sobre a confiança do público em partidos políticos. Por isso, os líderes

populistas precisam ter a ratificação do público com relação à sua liderança – um voto de confiança em sua pessoa, baseado em suas qualidades singulares e não em sua afiliação organizacional, posição institucional ou programática.

Essa característica institucional combinada com a disseminação dos recursos políticos de informação tornou o cenário político latino-americano o ambiente ideal para o surgimento de novas lideranças populistas. Novos líderes populistas veem as estruturas partidárias institucionalizadas como constrangimentos de sua autonomia política e não encontram funcionalidades nestas estruturas uma vez que podem se comunicar diretamente com o público. A utilização de partidos políticos pode ocorrer de forma meramente instrumental, para conquistar a presidência, mas uma vez no poder, presidentes populistas não desenvolvem os partidos, ou então, buscam enfraquecê-los onde eles são mais fortes.

Este capítulo procurou demonstrar que o populismo pode ser entendido como uma estratégia política de mobilização. Embora em alguns poucos casos a mobilização política populista tenha envolvido canais intermediários de representação (principalmente na 1ª e na 2ª geração), o que caracteriza essa estratégia é o estabelecimento de uma relação política direta entre eleitores, clientelas e lideranças a qual é fundamentada na imagem pessoal do líder político. Os elementos do estilo populista, o apelo carismático, o discurso antipolítico e polarizador, são fatores fundamentais na configuração desses tipo de vínculo. Chegamos ao ponto, portanto, de dirigirmos nosso olhar para o momento em que ocorre o encontro entre a estratégia e o contexto institucional em que irá se desenvolver.

CAPÍTULO 3

A DEMANDA POR POPULISMO: APOIO POLÍTICO E RACIONALIDADE ELEITORAL

Este capítulo discute, teoricamente, as suposições teóricas que embasam as hipóteses sobre a demanda por populismo. Discutirei a seguir os fatores que estão associados ao apoio do público por lideranças neopopulistas. Considero três hipóteses que estabelecem que o apoio a estes presidentes depende dos seguintes fatores: 1) a baixa confiança nos partidos políticos; 2) a preferência por líderes fortes que se apresentam como capazes de se sobrepor ao status-quo institucional; 3) a avaliação (positiva) do público com relação ao desempenho dos presidentes nas áreas sociais.

3.1. Populismo e Fraqueza Institucional

A debilidade de sistemas partidários é um dos principais fatores associados à ocorrência do neopopulismo segundo a versão política do fenômeno (ROBERTS, 1996; WEYLAND, 1999a, 1999b; NAVIA, 2003). Roberts e Weyland, por exemplo, sustentam que onde as instituições partidárias são fracas o populismo é uma tendência perpétua, fundamentalmente em períodos marcados por crises ou por transformações sociais profundas das novas democracias. Nestes contextos, os partidos são tidos como incapazes de estruturar o comportamento político e de estruturar as preferências dos eleitores.

O populismo pode ser, assim descrito, como uma estratégia eleitoralmente viável sempre que certas condições prevalecerem no sistema de partidos. Um sistema eleitoral fraco, a alta volatilidade e a falta de enraizamento social dos partidos, entre outros fatores institucionais, são lidos pelos líderes políticos como indicadores da oportunidade de estabelecer vínculos diretos com os eleitores, de ofertar uma imagem

antissistêmica, de engajarem-se em apelos carismáticos, e de apresentar propostas de alívio da pobreza no centro de seu discurso político.

Nesta perspectiva institucionalista, o estudo de Weyland (1999a) sobre o “populismo neoliberal” na América Latina e também em países do Leste Europeu relaciona a ocorrência do fenômeno na atualidade com a existência de partidos incipientes e de altos índices de volatilidade eleitoral, situando-os em contextos presidencialistas, semipresidencialistas e parlamentaristas. O autor verifica que em países presidencialistas e semipresidencialistas com presidentes fortes, envolvidos por um sistema partidário instável, há um ambiente muito favorável ao surgimento de líderes populistas (referindo-se a Menem, Collor e Fujimori na América Latina e Yeltsin, Kuschma e Walesa na Europa do Leste).

Em que pese as diferenças de abordagem presentes nos estudos neoinstitucionalistas (cuja perspectiva pode ser histórica, sociológica ou da escolha racional, segundo Hall e Taylor, 1996) os estudos sobre o neopopulismo, em sua versão política, embora não deixem explícito, parecem adotar a suposição geral do neoinstitucionalismo segundo a qual as instituições políticas são fatores de constrangimento e moldagem das ações (NORGAARD, 1996).

Alguns estudos institucionalistas que não abordam diretamente o neopopulismo argumentam que seria em uma órbita de fragilidade institucional das novas democracias - isto é, partidos débeis, sistema partidário incipiente, sistema eleitoral permissivo, sistema de governo presidencialista com alta fragmentação partidária - que o populismo encontraria terreno fértil para se desenvolver, pois estas instituições seriam permeadas por uma tradição “privatista” que viabilizam a manifestação de escolhas personalistas, orientadas não aos partidos, mas às pessoas

dos políticos (GEDDES, 1991, 1994; MAINWARING, 1991; MAINWARING, 1999; MAINWARING e TORCAL, 2005).

Geddes (1991, 1994), enfatiza o papel da “engenharia institucional” latino-americana e como esta contribui para esclarecer o comportamento dos governos em termos de políticas redistributivas, clientelistas e populistas, com vistas a assegurar êxitos eleitorais.

A despeito das diversas instituições políticas que possam ser vislumbradas para análise do populismo, como o presidencialismo e o tipo de sistema eleitoral, o que é possível identificar nos estudos sobre neopopulismo é o fato de que uma instituição em particular, o sistema partidário, é o alvo privilegiado na abordagem sistêmica do fenômeno.

Diversos estudos têm apontado que a América Latina estaria impregnada de sistemas partidários pouco institucionalizados o que aumentaria a chance do público em eleger lideranças populistas, principalmente em momentos de crises econômicas e políticas, uma vez que os partidos políticos não cumpririam a função de estruturar a preferência política da maioria da população.

Por institucionalização entenda-se o “processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, senão universalmente aceita (MAINWARING e TORCAL, 2005: 254)”. As evidências mais comuns desta dinâmica institucional são comumente analisadas em torno das quatro dimensões da institucionalização dos sistemas partidários que são sistematizadas por Mainwaring e Torcal (2005), quais sejam: a) a estabilidade nos padrões de competição entre partidos; b) o enraizamento dos partidos na sociedade; c) legitimidade partidária e d) personalismo.

Roberts e Wibbels (1999), Mainwaring e Torcal (2005) e Mainwaring e Zoco (2007) têm demonstrado que os sistemas partidários de países menos desenvolvidos economicamente são menos institucionalizados, condição que tem favorecido o surgimento de lideranças *outsiders* na política, embora esta relação não seja o foco central da análise destes autores.

Mainwaring e Torcal (2005), utilizando dados de democracias industriais avançadas e de países menos desenvolvidos comparam empiricamente a institucionalização do sistema partidário com base em quatro aspectos do comportamento eleitoral: a) estabilidade na competição (medida pela volatilidade eleitoral); b) enraizamento social dos partidos na sociedade (mensurado pelo voto aos partidos tal como expresso pelos respondentes e pelo voto ideológico/programático medido pela escala esquerda-direita de 1 a 10); c) legitimidade aos partidos (quando os atores consideram os partidos parte necessária da democracia) e d) personalismo (indicado pela porcentagem média do voto obtida por candidatos *outsiders*). Com base nestes indicadores os autores verificam que a institucionalização dos sistemas partidários é menor em democracias menos desenvolvidas, pois os índices de volatilidade são maiores, os vínculos ideológicos entre eleitores e partidos são menores e, na mesma direção, os vínculos entre eleitores e candidatos são mais personalistas. Todas essas características, segundo os autores, são preocupantes, pois são inimigas da *accountability* eleitoral e da representação política, podendo abrir caminho para o autoritarismo (como o de Fujimori em 92) ou para a erosão do regime (vide Chávez desde 1998). Nas palavras destes autores, a

(...) fraca institucionalização tem consequências negativas para a *accountability* eleitoral. Sistemas pouco institucionalizados são mais vulneráveis a permitir que políticos anti-partidos cheguem ao poder, causando efeitos adversos na democracia, como, por exemplo Fujimori no Peru entre 1990-2000, e Hugo Chavez, na Venezuela de 1998 até o presente (MAINWARING e TORCAL, 2007: 251).

Na esteira do argumento de que a instabilidade do sistema partidário é uma característica que viabiliza o surgimento de lideranças populistas, alguns estudos recentes têm associado o neopopulismo especificamente à instabilidade na competição partidária mensurada pelos índices de volatilidade eleitoral (como por exemplo, Roberts e Wibbels, 1999; Mainwaring e Zoco, 2007). Operacionalmente, estes estudos têm tomado os índices de volatilidade eleitoral como variável dependente para analisar as diferenças observadas na estabilidade da competição eleitoral na América Latina e no mundo. Dentre os vários problemas associados à instabilidade na competição eleitoral parece ser corrente a ideia de que altos índices de volatilidade eleitoral estão relacionados à onda neopopulista, pois, como afirmam Mainwaring e Zoco (2007),

In party systems with persistent high volatility, political outsiders come to power more easily. Political actors are less certain about the parameters of the game. Political outsiders with ambivalent (or worse) attitudes toward democracy come to power, as did Hugo Chávez in Venezuela in 1998 and Alberto Fujimori in Peru in 1990. Both presidents emasculated checks and balances and presided over the degradation of democracy in their countries. (MAINWARING E ZOCO, 2007:04)

Mainwaring e Zoco (2007) analisam dados sobre a volatilidade eleitoral de 47 países em vários anos eleitorais, incluindo várias democracias avançadas e democracias e semidemocracias pós-78. Os autores constatarem que há diferenças marcantes nos níveis de volatilidade eleitoral entre novas e velhas democracias. Novas democracias apresentam índices muito maiores de volatilidade. Nessa mesma linha de argumento Roberts e Wibbels (1999) afirmam que a América Latina vivencia uma crise de representação política observada com o surgimento de presidentes neopopulistas, geralmente *outsiders* políticos que adotam posições antipartidos. Esta crise decorreria em parte dos níveis extremos de volatilidade eleitoral que caracterizam a região.

Na perspectiva institucionalista, o populismo parece surgir como uma dinâmica inevitável sempre que o sistema partidário for pouco institucionalizado. Este tipo de abordagem concentra-se sobretudo nos determinantes da ‘oferta de populismo’. Roberts, (2003 e 2006) e Weyland (1999a) tem procurado investigar, por exemplo, não só a emergência do neopopulismo como uma consequência da fraqueza do sistema de partidos como também o papel que as as lideranças neopopulistas, estrategicamente, desempenham na desorganização desse sistema.

O meu objetivo, no entanto, é a realização de uma análise empírica focada no outro lado da equação, isto é, no lado da demanda por populismo. Apresento a seguir uma discussão sobre os determinantes individuais do apoio às lideranças populistas, aspecto até aqui pouco explorado pela literatura. Ao deslocar o foco da investigação do fenômeno para o nível individual não pretendo abandonar a perspectiva de que o comportamento dos eleitores é emoldurado por instituições as quais produzem incentivos que são racionalmente decodificados por esses eleitores. No entanto, esse deslocamento no nível de análise acarreta novos problemas teóricos – como o problema da legitimidade - e metodológicos como veremos no item a seguir.

3.2. Populismo e Legitimidade Democrática

As tentativas de se utilizar esse tipo de modelo sobre os determinantes individuais do apoio político no estudo do populismo na América Latina são ainda pouco numerosos. Destaca-se nesse conjunto o artigo recente de Seligson (2007) que realiza um estudo empírico sobre o papel da identidade ideológica do público em quatro dimensões do apoio político: a) a escolha presidencial, b) legitimidade ao

regime democrático, c) atitudes de tolerância política e d) a preferência por lideranças fortes. O estudo tem por base o “AmericasBarometer” (LAPOP) de 2006.

Entre os resultados mais importantes o autor conclui que, embora haja uma disseminação de governos de esquerda na América Latina, os eleitores da região encontram-se mais à direita do que eleitores de outras regiões do mundo. Eleitores identificados com a esquerda tendem a apoiar menos o regime democrático, são menos tolerantes e preferem lideranças mais fortes. Com relação à escolha presidencial, o papel da ideologia varia entre os países latino-americanos, mas não é descartado como fator da escolha. Um outro dado interessante indica que existe baixa confiança nas instituições da democracia liberal, principalmente os partidos, mas quando os entrevistados são perguntados se a democracia poderia existir sem os partidos políticos (o que Seligson chama de indicador de sentimento populista), apenas uma minoria de 44% (sic) acredita que sim. No final do artigo Seligson apresenta uma escala de populismo elaborada a partir de cinco itens do questionário e a relaciona com educação, status econômico e idade. Este dado seria muito interessante se o autor tivesse detalhado como a escala de populismo foi construída, mas infelizmente o artigo não conta com esta informação. O autor apenas conclui que este “*populist feeling*” é maior entre os indivíduos mais pobres, menos escolarizados e mais jovens.

O estudo de Seligson recorre, portanto, ao problema da legitimidade tal como formulada por Easton (1965)¹¹ e atualizada na literatura recente sobre a legitimidade

11 Data dos anos 60 alguns dos estudos pioneiros mais importantes sobre a relação entre legitimidade política e estabilidade de sistemas políticos representados pelas obras de Lipset, *Political Man* (1961) e de Easton, *A Systems Analysis of Political Life* (1965). No primeiro, Lipset discute o processo histórico segundo o qual a legitimidade política promove a democracia. Define a democracia como um sistema político desenhado para que haja alternância de poder e influência de grande parte da população nas decisões políticas que conduzem as escolhas de seus governantes. Esta definição implica que haja um corpo específico de crenças de que as instituições democráticas são legítimas, isto é, possuem valor em si mesmas e são consideradas corretas e apropriadas. Sem esta condição, na qual valores democráticos tornam-se consensuais entre os atores,

dos sistemas políticos por Norris (1999), Gunther e Monteiro (2003) e Moisés (2005b). Como foi destacado, Seligson oferece uma tentativa de explicar a ocorrência do neopopulismo na América Latina com base em conceitos que estão no *core* da literatura sobre o apoio político e a legitimidade dos regimes.

Desde a publicação de *A Systems Analysis of Political Life* em 1965, disseminam-se os estudos empíricos sobre o problema da legitimidade política nas democracias que defendem a ideia de que um dos aspectos cruciais da “qualidade” e da consolidação do regime democrático é a construção do apoio atitudinal estável ao regime entre seus cidadãos¹². No Brasil o maior representante desta abordagem é Moisés (2005), autor que vem desenvolvendo inúmeros estudos sobre a desconfiança dos cidadãos em instituições democráticas. Com relação à suposição teórica de Easton acerca da adesão do público às instituições Moisés (2005: 22) sintetiza,

[...] Nesse caso, os membros da comunidade política são vistos como se identificando com as instituições porque aprenderam a fazê-lo através de processos sucessivos de transmissão de seu significado de geração em geração, mas principalmente, porque suas experiências concretas, ao longo de sua vida adulta, qualifica-os para avaliar racionalmente o seu desempenho. Essa avaliação incluiria a percepção de resultados decorrentes do desempenho das instituições, a exemplo de avanços sociais ou econômicos, mas, uma vez que essa avaliação passasse a fazer parte da rotina das pessoas, levaria à percepção da diferença entre desempenho específico e funções permanentes das instituições. O público reconheceria e avaliaria criticamente as instituições a partir do que aprendeu que é a sua missão fundamental, reagindo a elas de acordo com essa percepção”.

Em seu esquema sobre o bom funcionamento dos sistemas políticos, cuja dinâmica é observada em termos de *inputs* e *outputs*, Easton destaca o apoio do

permitindo um jogo pacífico de poder, a democracia pode tornar-se caótica. Daí a preocupação do autor em analisar a natureza autoritária dos setores de classe média e operária e também as tendências eleitorais nas democracias ocidentais.

12 Ver, por exemplo, a série de artigos organizadas por Norris (1999) em *Critical Citizens*, o livro organizado por Nye et al (1997), o artigo de Pharr, Putnam e Dalton (2000) e Dalton (2004). Estes estudos, principalmente focados em democracias mais antigas, demonstram quedas na confiança dos cidadãos em instituições democráticas devido ao aumento de cidadãos críticos. Sobre as democracias da chamada “terceira onda” um bom exemplo é o livro de Linz e Stepan (1996) e o artigo de Gunther e Monteiro (2003).

público (*input*) orientado à três dimensões do sistema político, sendo estas a **comunidade política**, o **governo** e o **regime**. O autor classifica a natureza deste apoio em duas categorias: o *apoio específico* e o *apoio difuso*. O apoio específico se refere à satisfação pública com a performance dos governos e dos líderes políticos e o apoio difuso diz respeito às orientações mais profundas relacionadas ao sistema, que dizem respeito ao “estado da mente” ou a um conjunto de atitudes e valores orientados ao sistema político como um todo, independente da performance de um governo específico. Nesse sentido, o apoio orientado à comunidade política é aquele que se traduz no sentimento de identificação entre os membros do sistema, como pertencentes a um todo e capazes de contribuir, pacificamente, com esforços coletivos pela execução de demandas. Trata-se ainda dos sentimentos dos cidadãos com relação ao Estado-Nação, ou às fronteiras territoriais que servem de parâmetro para a formação de sua identidade coletiva. O apoio ao regime, por sua vez, diz respeito à legitimidade atribuída às regras do jogo, às crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições da democracia representativa constituem a mais apropriada estrutura de governo, independente do desempenho de governos e lideranças.

Baseados no esquema de Easton, Norris (1999) e Dalton (1999) aprimoram a discussão em torno das múltiplas dimensões do conceito de legitimidade e elaboram 5 aspectos de orientação política que corresponderiam a 5 níveis analíticos da legitimidade, podendo estes ser avaliados em termos de apoio específico e difuso. O Quadro 2 classifica os objetos relativos ao apoio político segundo duas dimensões: o tipo de apoio e O nível em que a análise é desenvolvida.

Quadro 2

Níveis de análise da legitimidade política*

Nível de análise	Apoio difuso	Apoio Específico
1. Comunidade Política	Orgulho nacional Identidade nacional	Melhor nação para viver
2. Princípios do Regime	Valores centrais da democracia	Democracia é a melhor forma de governo
3. Desempenho	Normas de participação e Direitos políticos	Avaliação dos direitos Satisfação com a democracia
4. Instituições	Expectativas institucionais Apoio aos partidos Expectativas de resultados	Julgamento do desempenho Confiança nas instituições Confiança no sist. partidário
5. Autoridades	Sentimento relacionado às lideranças políticas e identificação com partidos	Avaliação dos políticos

* Ver figura 1.2 de Norris (1999) p. 10 e tabela 3.1 de Dalton (1999), p. 58.

Uma discussão em torno da validade/confiabilidade desta desagregação analítica tem sido alvo, principalmente, de estudos de Konberg e Clark (1992), Gunther e Monteiro (2003), Dalton, (2004), Meneguello (2007), Selingson et al. (2006). Embora este ponto seja importante, ele não é tratado nessa tese, pois sua complexidade mereceria um tópico empírico à parte na tentativa de reproduzir a problemática em torno da validade de cada medida. Por hora, cabe ressaltar que parece haver um amplo reconhecimento da importância de desagregar a legitimidade em distintos níveis analíticos, pois alguns estudos indicam que as dimensões do apoio

são empiricamente distinguíveis, como é demonstrado em Konberg e Clark (1992) (cf.:SELINGSON et al., 2006: 6-7)¹³.

O modelo que testo no cap. 4 sobre os determinantes empíricos do apoio aos líderes populistas explora a relação entre o apoio aos presidentes, legitimidade das instituições políticas e o apoio ao ‘personalismo’ por parte do público. Analiso ainda, como os incentivos gerados pelas políticas públicas são percebidos e avaliados pelo público e convertidos, por sua vez, em apoio político aos líderes.

Esta conexão entre o nível micro do comportamento individual e o desempenho macro do sistema político aparece em vários trabalhos desde Sartori (1968, 1972), que estabelece uma diferença entre sistemas eleitorais e partidários fortes e fracos. Um sistema partidário forte é aquele que apresenta um máximo de consolidação estrutural, sendo esta compreendida com base nos votos orientados aos partidos e não às pessoas dos políticos. Um sistema partidário fraco, por sua vez, seria aquele em que se constata a predominância do candidato em relação ao partido, aquele em que há a predominância do personalismo. Mainwaring e Torcal (2005) discutem criticamente a definição de sistema partidário institucionalizado apresentada por Sartori e propõem que a institucionalização refere-se

a um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida se não universalmente aceita (...) Desse modo um sistema partidário institucionalizado é aquele em que os atores desenvolvem expectativas e comportamentos na premissa de que os contornos e as regras fundamentais da competição e do comportamento partidário prevalecerão no futuro previsível (MAINWARING e TORCAL, 2005: 254).

O conceito de democracia delegativa formulado por O’ Donnell (1991) é outra referência importante no debate sobre a institucionalização dos regimes democráticos

13 Embora o problema da validade das dimensões não seja discutido aqui, o QUADRO 1 do ANEXO apresenta o resultado dos fatores obtidos após análise fatorial com rotação Varimax para as variáveis incluídas na análise. Observa-se que, de fato, elas compõem dimensões distintas do apoio conforme a classificação dos níveis de análise observada no quadro 3.

na América Latina. O'Donnell (1991) foca seu olhar sobre a fragilidade institucional destas democracias:

uma democracia não institucionalizada [...] caracterizada pela fraqueza e pela baixa densidade de suas instituições. Outras instituições, não formalizadas, mas fortemente atuantes – especialmente o clientelismo, o patrimonialismo e, certamente, a corrupção – tomam o lugar daquelas, juntamente com vários padrões de acesso direto e altamente desagregado ao processo de tomada de decisão e de políticas públicas. [...] Mesmo que a democracia delegativa pertença ao gênero democrático, seria difícil encontrar algo mais estranho, quando não hostil, à construção e ao fortalecimento de instituições políticas democráticas. (O'DONNELL, 1991: 31-33)

Neste trecho o autor lança as bases de um estudo posterior, no qual chama a atenção para um tipo de instituição informal que exerce grande influência em novas poliarquias. Refere-se ao clientelismo e, numa forma mais geral, o particularismo, entendido pelos vários tipos de relações não-universalistas, desde as relações particularistas hierárquicas, a patronagem, o nepotismo, os favores e jeitinhos e ações corruptas (O'DONNELL, 1996). Essas características, juntamente com a grande distância entre normas formais e o funcionamento da maioria das instituições políticas, todas elas, compatíveis com eleições institucionalizadas, resultariam em poliarquias informalmente institucionalizadas, onde os indivíduos tornam-se cidadãos somente em relação a uma instituição – as eleições – que funciona de acordo com o que suas normas formais prescrevem.

Dado que o populismo na sua definição política, tal como apresentada e discutida no capítulo 1, é uma estratégia que tem maiores probabilidades de prevalecer em ambientes pouco institucionalizados, pretendo verificar em que medida a baixa institucionalização partidária, mensurada com base em duas variáveis atitudinais relacionadas à institucionalização, legitimidade partidária e personalismo (como atributo dos eleitores, tal como realizado por Maiwaring e Torcal), afeta o apoio do público aos presidentes.

3.3. Hipóteses sobre os Determinantes da Demanda por Populismo e Definição das Variáveis

A medida de legitimidade partidária que irei utilizar é a confiança nos partidos (medida de pesquisas de opinião com eleitores) e a medida de personalismo tem por base a questão sobre o apoio do público à ideia de que um líder forte pode desrespeitar as regras para solucionar os problemas da nação. Na análise empírica dos seis países considerados utilizo também algumas medidas de apoio à instituições como o Congresso.

Em seus estudos sobre o apoio à democracia Norris et ali (1999) e Moisés e Carneiro (2008) argumentam na mesma direção de que é preocupante a tendência de queda verificada no apoio às instituições intermediárias como o parlamento e os partidos. A erosão da legitimidade dessas instituições pode levar, na visão de Norris, a ocorrência de golpes, ao aguçamento de conflitos étnicos, ou a vitória de partidos extremistas (NORRIS, 1999: 02). Moisés e Carneiro analisam os dados do Latinobarômetro que mostram que a mediação das instituições tipicamente democráticas é ainda pouco valorizada e que elementos da tradição política latino-americana como o populismo continuam presentes no público (MOISÉS e CARNEIRO, 2008: 39).

As hipóteses que pretendo testar sobre o apoio do público aos líderes neopopulistas relacionam as duas dimensões anteriormente discutidas sobre a legitimidade e o personalismo e explora também a importância do ‘desempenho do presidente’ como um fator de atração de clientelas específicas do eleitorado por parte desses líderes.

O Quadro 3 resume conceitualmente o nível de análise e as modalidades de apoio que sustentam as hipóteses sobre os determinantes da ‘demanda por populismo’ entre o público.

Quadro 3

Bases conceituais das Hipóteses sobre a ‘Demanda por Populismo’: Nível de Análise e Modalidade de Apoio

Nível de análise	Apoio difuso	Apoio Específico
1. Instituições e Políticas	Apoio aos partidos: não confia em partidos e no Congresso	Julgamento do desempenho do governo: satisfação com políticas de combate à pobreza, transferência de renda e outras de tipo ‘pork barrel’.
2. Autoridade e Legitimidade	Sentimento relacionado às lideranças políticas: líder forte pode desrespeitar as regras para solucionar os problemas da nação.	Avaliação das lideranças (Variável Dependente): Aprovação do desempenho dos presidentes.

Com base nessas dimensões foi possível formular as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: a aprovação aos líderes neopopulistas é maior entre aqueles que não confiam nos partidos políticos.

Hipótese 2: a aprovação aos líderes neopopulistas é maior entre aqueles que têm preferência por líderes fortes que se apresentam como capazes de se sobrepor ao status-quo institucional.

Hipótese 3: a aprovação aos líderes neopopulistas é maior entre aqueles que priorizam os resultados das políticas sociais.

Essas hipóteses foram diretamente inspiradas pela literatura relativamente recente (NEWTON, 1999; DALTON 1999; DELLA PORTA, 2000; NEWTON e NORRIS, 1999 e 2000) que analisa os determinantes do apoio às instituições políticas

democráticas (NORRIS, 1999), à líderes políticos (HOLMBERG, 1999) ou confiança em autoridades políticas (DALTON 1999). Esses autores utilizam em seus modelos variáveis explicativas que medem tanto atributos institucionais do sistema político (o tipo de sistema eleitoral, de sistema partidário, de arranjo federativo, etc.), quanto variáveis de atitude do público (confiança política) e de desempenho do governo (sua responsividade, eficácia e transparência política).

Norris (1999) afirma, por exemplo, que uma teoria sobre a formação de uma cultura de confiança nas instituições políticas deve situar as atitudes individuais no contexto institucional, pois este retrata nossa experiência política acumulada. Segundo a autora, os sentimentos gerados por experiências institucionais acumuladas referem-se, fundamentalmente, ao jogo de alternância de partidos no poder. Nesse sentido, as experiências de derrotas e vitórias sucessivas dos partidos gerariam orientações em direção ao regime; assim sendo, uma pessoa apoiará mais positivamente um sistema político se as regras do jogo permitirem que o partido de sua preferência tome o poder. De outro lado, ao presenciar a derrota de seu partido em eleições sucessivas ela provavelmente sentirá que sua capacidade de influência está excluída do processo decisório – o que resultaria em um sentimento de insatisfação com as instituições políticas. Por outro lado, se os arranjos institucionais tiverem sucesso em viabilizar o canal entre o governo e a população, estes serão capazes de promover um apoio difundido às instituições políticas.

Apoiada nas suposições do estudo de Anderson e Guilory (1997) o objetivo de Norris (1999) é testar se o desenho institucional de tipo consensual (LIJPHART, 1984) maximiza o número de “vencedores” do contexto eleitoral, o que produziria níveis mais altos de confiança institucional quando comparado aos resultados produzidos pelos arranjos de tipo majoritário, em que a coalizão vencedora é sempre

menor do que no arranjo consensual. A importância do arranjo institucional de tipo consensual como um freio ao neopopulismo será retomado na conclusão.

O estudo de Anderson e Guilroy compara satisfação com a democracia entre sistemas majoritários e consensuais de países da Europa Ocidental. As hipóteses centrais deste estudo definem duas suposições gerais: a) o apoio ao sistema é influenciado pelo fato de a pessoa estar entre os ‘perdedores’ ou entre os ‘vencedores’ das eleições e b) este processo é mediado pelo tipo de democracia (majoritária ou consensual, nos termos de Lijphart).

Para Anderson e Guilroy, segundo Norris (1999), em democracias majoritárias, os vencedores que apoiam o partido do governo expressam muito mais satisfação com a democracia do que os perdedores. De outro lado, em democracias consensuais a satisfação com a democracia é mais bem distribuída entre vencedores e perdedores, pois ela proporciona maior inclusão de minorias políticas junto ao processo decisório.

A questão central do apoio aos líderes neopopulistas pode estar, portanto, relacionada à experiência dos eleitores enquanto “perdedores” ou “vencedores” no sistema político. Assim, quanto maior o número de vencedores, melhor será considerado o desempenho institucional e maior será a confiança nas instituições e nos líderes políticos no Executivo.

O teste empírico dessa hipótese realizado por Norris (1999) avalia primeiramente como a performance governamental (medida por “índices de satisfação com a democracia”) varia com os níveis de direitos políticos e liberdades civis (mensurados pela Freedom House) nas 25 maiores democracias do mundo (com população superior a 3 milhões de habitantes). A hipótese central é que a confiança nas instituições políticas varia entre os “perdedores” e os “vencedores” do sistema

político. O resultado esperado é que a confiança nas instituições seja maior entre os “vencedores”.

Por último, a autora analisa o impacto de cada arranjo constitucional sobre a confiança política. Espera-se que a confiança sofra o impacto positivo do sistema parlamentar em vez do presidencialismo; do federalismo, em vez do Estado unitário; do multipartidarismo moderado ou bipartidarismo face ao pluripartidarismo; de um sistema eleitoral proporcional e não majoritário ou misto. Todas estas configurações institucionais, que normativamente, reforçam e têm correlação com a confiança, diminuiriam a diferença na satisfação política entre perdedores e vencedores, pois estes são mecanismos que protegem a representação política dos perdedores (ou das minorias).

Os resultados empíricos apresentados por Norris (1999) confirmam as principais hipóteses formuladas. Com base no modelo de regressão logística múltipla, o qual leva em conta todas as variáveis citadas anteriormente e inclui variáveis de desenvolvimento (PIB per capita) e de cultura política (índice de pós-materialismo) para efeito de controle dos resultados, Norris conclui que a chance de ocorrência do apoio e confiança nas instituições políticas é, de fato, maior entre os vencedores do sistema político e que vivem em democracias com uma forte tradição de liberdades civis e direitos políticos. A segunda conclusão, relativa ao impacto do desenho do sistema político na confiança, apenas o parlamentarismo e o sistema partidário moderado aumentam a chance de ocorrência de confiança institucional. As demais variáveis institucionais também são estatisticamente significantes, mas essas influenciam a confiança em sentido inverso, ou seja, diminuem a chance de sua ocorrência.

Resta ainda justificar a terceira hipótese sobre a importância do desempenho do presidente no apoio aos líderes. Para Della Porta (2000), o desempenho político é a variável independente central na determinação da confiança política por parte do público. A medida de desempenho utilizada pela autora é o índice da Transparência Internacional sobre a percepção da corrupção (TI) de países europeus de 1980 a 1997, sendo que a variável de confiança foi extraída do Eurobarômetro de 1976 a 1995. Della Porta sugere a existência de uma relação aparentemente inversa entre corrupção e confiança no governo. Entretanto, essa relação não apresenta um sentido de causalidade facilmente detectável. Ao contrário, a desconfiança e a corrupção interagem mutuamente. A corrupção parece reduzir a confiança nas instituições representativas e partidos políticos, sem influenciar, necessariamente, a confiança em instituições privadas e interpessoal. Os resultados empíricos confirmam a hipótese de que existe uma correlação entre percepção da corrupção e satisfação com a democracia.

Apesar dessa aparente correlação entre corrupção e satisfação com a democracia, Della Porta chama a atenção para os dados oficiais sobre a corrupção italiana. A insatisfação com a democracia quando comparada aos dados oficiais sobre a corrupção não torna a relação diretamente inversa. Durante a década de 80, enquanto a percepção sobre a corrupção aumentava, a insatisfação com a democracia diminuía. Uma explicação possível seria atribuída a existência de dois tipos de desconfiança que podem tomar rumos distintos. A primeira se refere à desconfiança ideológica no regime democrático, a qual tende a diminuir mesmo entre os opositores do governo; por outro lado, a desconfiança instrumental, relacionada ao desempenho e à eficácia do governo democrático, tende a aumentar, mesmo entre os indivíduos que pertencem e apoiam o governo.

Um outro ponto destacado por Della Porta se refere à confiança interpessoal e nas instituições. De acordo com os dados do Eurobarômetro, a confiança interpessoal aumentou na Itália, Alemanha e França, entre 1976 e 1993 em oposição a tendência verificada na confiança no governo. Por esse motivo, a autora sugere que a corrupção não afeta a confiança da mesma maneira. A corrupção parece reduzir a confiança em instituições representativas e partidos políticos sem influenciar a confiança em instituições privadas e a confiança interpessoal.

Uma vez constatada a influência da corrupção política sobre a confiança no governo, Della Porta sugere que isso ocorre na medida em que a corrupção prejudica o desempenho da administração pública, diminuindo a eficácia e a eficiência na entrega de bens públicos (DELLA PORTA, 2000: 218).

É com base, portanto, nesta perspectiva que toma a confiança política e o desempenho do governo como variáveis explicativas do apoio aos líderes que ocupam o Executivo que se desenvolve a análise empírica desta tese. A seguir apresento as variáveis e as amostras que serão utilizadas e no capítulo 4 discuto os resultados empíricos do modelo. A medida de desempenho político foi obtida a partir de questões que medem a satisfação com políticas públicas e a medida de confiança política avalia a atitude do público diante dos partidos e políticos “tradicionais”. A variável dependente indica a aprovação do governo do presidente. Essa medida, ao meu ver, é uma medida de apoio ao governo do presidente, o que por sua vez será interpretada como uma medida de identificação com a coalizão de “vencedores” no sistema político em determinado momento do tempo (NORRIS, 1999).

Os dados disponíveis para avaliar os determinantes do apoio aos presidentes Hugo Chávez, Morales, Rafael Correa, Lula da Silva, Felipe Calderón e Néstor Kirshner são provenientes do LATIN AMERICA PULSE realizada pelo instituto

IPSOS entre os meses de junho e julho de 2007. Em que pese as limitações analíticas que acompanham a comparação de apenas 6 países da América Latina, a amostra compreende todos os casos que foram cobertos pela pesquisa mencionada. Além desta pesquisa recorre-se também a alguns dados do Latinobarômetro de 1996 a 2004 que contribuem para avaliar as hipóteses apresentadas.

Para os propósitos da discussão empírica da tese, as variáveis selecionadas da pesquisa de opinião LATIN AMERICA PULSE em torno da avaliação de objetos do sistema político estão situadas no quarto e no quinto níveis de análise relativos ao apoio específico e difuso direcionado às instituições e autoridades, como indicado no Quadro 2.

CAPÍTULO 4

A ESTRATÉGIA NEOPOPULISTA EM AÇÃO

Este capítulo aborda dois aspectos empíricos fundamentais da tese. Primeiro analiso a evolução do quadro eleitoral nos seis países que compõem a minha amostra e em seguida pretendo investigar os determinantes do apoio do público ao líderes políticos que atualmente exercem o poder nesses países.

4.1. O Desempenho Eleitoral dos Candidatos Neopopulistas

Compilando fontes diversas de dados secundários organizei um conjunto de tabelas com os resultados eleitorais de 30 eleições ocorridas entre 1988 e 2007 nos seis países da amostra. Estes dados servirão de base para análises que serão feitas país a país, das transformações sofridas nos sistemas partidários e que impactaram de diferentes formas no desempenho dos candidatos neopopulistas na região. Após cada tabela analiso brevemente a evolução do quadro partidário de cada país com o foco específico na participação de candidatos e partidos populistas.

O Partido Justicialista é talvez uma das expressões mais persistentes e bem sucedidas do populismo latino-americano. A Tabela 1 mostra a forte presença do partido nas cinco eleições presidenciais ocorridas entre 1989 e 2007. Vitorioso em quatro dos cinco pleitos ocorridos foi praticamente guindado a posição de força hegemônica da política argentina após a crise que afetou o governo da Union Cívica Radical. Trata-se de um partido que foi capaz de renovar, durante três gerações, suas lideranças e mesmo o conteúdo do seu discurso político. Embora modificado e renovado, o justicialismo foi capaz de manter uma estrutura fortemente hierárquica, personalista e centralizadora que serviu a seus novos líderes após a transição para a democracia na década de 80 .

Tabela 1

Resultados das Eleições Presidenciais na Argentina (1989-2007)

(***Candidatos neo-populistas*)

(1o. Turno)

<u>Ano</u>			
Candidato	Partido		% Votos
<u>1989</u>			
Carlos Menem**	PJ		46,0
Eduardo Angeloz	UCR		36,0
Outros			18,0
<u>1995</u>			
Carlos Menem**	PJ		47,5
José Octavio Bordón	FREPASO		27,8
Horacio Massaccesi	UCR		16,2
Outros			8,6
<u>1999</u>			
Fernando De La Rúa	UCR		48,5
Eduardo Alberto Duhalde**	PJ - AlConcejust		38,1
Domingo Felipe Cavallo	Accion por la Republica		10,9
Outros			2,5
<u>2003</u>			
Carlos Menem**	PJ - Frente por la Lealtad		23,3
Nestor Kirchner**	PJ - Frente por la Victoria		22,0
Ricardo Lopez Murphy	Mov. Federal Recrear		16,4
Elisa Carrió	ARI		14,2
Outros			24,2
<u>2007</u>			
Cristina E. F. Kirchner**	PJ - Frente para la Victoria		44,9
Elisa M.A. Carrió	Confed. Coal. Civica		23,0
Roberto Lavagna	Al. Concertacion UNA		16,9
Outros			15,3

Sigla dos Partidos Políticos (data de fundação entre parêntesis)

*Acción por la República - Accion por la Republica (1997)**FREPASO - Frente País Solidario (1994)**AlConcejust.- Alianza Concertación Justicialista por el Cambio**Alianza - Alianza Trabajo, Justicia y Educación**ARI - Afirmación para una República Igualitaria (2002)**PJ - Partido Justicialista (1947)**Recrear - Mov. Federal Recrear (2002)**UCR- Union Civica Radical (1891)*

Fontes:

Political Database of Americas:

<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Arg/arg.html>

Sob a liderança de Menem o discurso antiestablishment do partido tornou-se maleável ideologicamente. Como presidente eleito, Menem implementou desde seu primeiro mandato (1989-1994) uma agenda de ajuste macroeconômico sem precedentes na história do partido, tradicionalmente ligado a uma forte visão nacionalista e estatista. A abertura econômica, a paridade cambial e o programa de privatização, significaram mudanças importantes na história do partido. No plano político, Menem manteve-se fiel ao estilo populista do justicialismo, mas construiu sua liderança pessoal em confronto direto com os setores tradicionais do peronismo, representados principalmente por Duhalde – chefe do partido em Buenos Aires que obteve a nomeação do partido em 1999 para se candidatar à presidência - e pela *Corriente Peronista* lançada por Kirchner quando este era ainda governador de Santa Cruz. Menem limitou também a influência dos sindicatos e enfrentou significativos protestos trabalhistas durante o seu governo (ROBERTS, 2007: 14). Embora o justicialismo de 1ª e 2ª geração possa ser classificado como um tipo de *populismo trabalhista*, em função da importância que os sindicatos tinham no partido, após o período sob a liderança de Menem, não houve uma recomposição significativa da base sindical do partido. Nesse sentido, classifico o justicialismo atual como a expressão de um *populismo partidário* (ver tabela 1).

A tomada do partido justicialista por Néstor Kirchner após o fracasso de Duhalde nas eleições de 1999, e sua nomeação como candidato à presidência em 2003 marcou definitivamente a inflexão do campo populista argentino e o retorno do discurso nacionalista e estatístico que caracterizou a atuação política do PJ ao longo de sua história. Kirchner foi capaz de revigorar o justicialismo e reconduzi-lo ao poder, manobrando de forma competente o partido para eliminar a influência de rivais como Menem e Duhalde, obtendo assim o controle pessoal sobre a fragmentada

máquina partidária. Durante o seu mandato como presidente foi capaz de restabelecer a ordem política e administrar uma razoável recuperação econômica com medidas que o colocaram em sintonia com o estatismo professado por outros neopopulistas da região: decretou o não pagamento da dívida externa, desafiando abertamente as recomendações do FMI e arriscando a credibilidade do país junto aos credores internacionais; reestatizou algumas das empresas privatizadas, e foi capaz de neutralizar os protestos sociais que se massificaram durante o governo De la Rúa (ROBERTS, 2007: 16). A sua popularidade elevada no final do mandato e o controle quase total sobre o partido justicialista abriram caminho para o lançamento da candidatura de Christina Kirchner em 2007.

O estilo populista seguido por Néstor Kirchner na sua ascensão ao comando do justicialismo e suas estratégias de mobilização e confrontação durante sua presidência têm claros antecedentes na sua carreira política. Como governador de Santa Cruz, Kirchner (o seu primeiro mandato teve início em 1991), introduziu emendas na constituição provincial com o objetivo de permitir reeleições indefinidas. Em 1995 foi efetivamente reeleito governador e novamente em 1999, permanecendo no cargo por 12 anos. No seu segundo termo como governador começou a se afastar politicamente de Menem, que na altura ocupava tanto a presidência da república quanto a direção do PJ, e organizou um movimento próprio no partido justicialista, a *Corriente Peronista* de orientação mais a esquerda, que serviu de sustentação a sua candidatura a presidência em 2003.

Tabela 2

Resultados das Eleições Presidenciais na Bolívia (1989-2005)

(**Candidatos neo-populistas)

(1o. Turno)

<u>Ano</u>		
Candidato	Partido	% Votos
<u>1989</u>		
Gonzalo Sánchez de Lozada	MNR	25,7
Hugo Banzer Suárez	ADN	25,2
Jaime Paz Zamora	MIR	21,8
Outros		27,3
<u>1993</u>		
Gonzalo Sánchez de Lozada	MNR	35,6
Hugo Banzer Suárez	AP (ADN + MIR)	21,1
Carlos Palenque Aviles **	CONDEPA	14,3
Outros		29,1
<u>1997</u>		
Hugo Banzer Suárez	ADN-NFR-PDC	22,3
Juan Carlos D. Saucedo	MNR	18,2
Remedios Loza Alvarado **	CONDEPA	17,2
Jaime Paz Zamora	MIR	16,7
Outros		25,7
<u>2002</u>		
Gonzalo Sánchez de Lozada	MNR	22,5
Evo Morales**	MAS	20,9
Manfred. Reyes Villa **	NFR	20,9
Jaime Paz Zamora	MIR	16,3
Outros		19,4
<u>2005</u>		
Evo Morales**	MAS	53,7
Jorge Quiroga	PODEMOS	28,6
Outros		17,7

Sigla dos Partidos Políticos (data de fundação entre parêntesis)

ADN - *Acción Democrática Nacionalista* (1979)CONDEPA - *Conciencia de Patria Movimiento Patriótico* (1989, teve seu registro cancelado em 2002)MAS - *Movimiento al Socialismo* (1997)MIR - *Movimiento de Izquierda Revolucionário* (1971)NFR- *Nueva Fuerza Republicana* (1993)MNR - *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (1942)PODEMOS - *Poder Democrático y Social é basicamente uma continuação da ADN* (2004)PRE - *Partido Roldosista Ecuatoriano*

Fontes:

Corte Electoral Nacional: <http://www.cne.org.bo/>

O retorno ao poder dos peronistas em 2003 e sua permanência tem sido facilitada pela forte fragmentação da oposição, em particular pelo enfraquecimento da UCR após o colapso econômico de 2001- 2002. É neste cenário de crise aguda do sistema de partidos que os Kirchners preparam-se para exercer a sua hegemonia no justicialismo.

Nas eleições gerais da Bolívia de dezembro de 2005 Evo Morales foi vitorioso com maioria dos votos (53,7%) sustentada no setor camponês-indígena. Nunca, desde a consolidação da democracia, um candidato havia tido uma vitória eleitoral tão significativa (MAYORGA, 2003).

Este grande apoio pode ser interpretado como decorrente das constantes denúncias do líder acerca da situação de pobreza e exclusão histórica deste setor da população e, também, pela forma como ele tem recuperado os referenciais identitários indígenas (VILLA e URQUIDI, 2006). Morales teria ajudado a impulsionar sua ascensão presidencial como líder de inúmeros protestos ocorridos durante a década de 90 em defesa dos direitos dos plantadores de coca e também pela valorização da identidade indígena, fatos que teriam possibilitado a emergência do *Movimiento ao Socialismo* (MAS) como um movimento político de expressão nacional (LAMEIRÃO, 2008).

De acordo com Mayorga (2003), até o final dos anos 90 o sistema de partidos na Bolívia mostrou sinais de consolidação como resultado de uma combinação entre estabilidade e intercâmbio entre três partidos tradicionais – o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e a *Acción Democrática Nacionalista* (ADN) - e a emergência de novas forças partidárias – o *Consciencia de Patria* (Condepa) e *Unidad Civica Solidariedad* (UCS).

O Primeiro, MNR, foi fundado no ano de 1942 e participou ativamente da revolução de 1952 que deflagrou uma série de reformas políticas, sociais e econômicas no país, como a reforma agrária, o sufrágio universal, a reforma na educação, entre outras. O MNR sofreu no entanto profundas transformações em sua linha política até converter-se em um partido de centro-direita, sobretudo a partir dos anos 90 com os governos de Sánchez de Lozada em 1993 e em 2002. Lozada promoveu um amplo programa privatizações que incluiu as empresas de estradas de ferro (ENFE), de telecomunicações (ENTEL), de eletricidade (ENDE), petróleo (YPFB) e também a cia. de aviação boliviana (LAB).

O MIR, de orientação socialista, foi fundado em 1971 como base de apoio ao governo de esquerda do General Juan José Torres. Cumpriu um papel importante na transição democrática, opondo-se intensamente à ditadura de Hugo Banzer Suárez (1971-1978).

A ADN é um partido de direita criado em 1979 em torno da figura do ex - ditador Banzer que organizou o partido com vistas a participar das eleições nacionais que sucederam ao seu período como ditador. Em 1997 foi eleito por via Constitucional e, uma vez no governo, foi responsável por violentos protestos e mobilizações que resultaram em várias mortes na zona de Chapare, onde Evo Morales liderava os sindicatos de produtores de Coca.

O Condepa e a UCS por sua vez eram partidos essencialmente populistas, cujo traço central se caracterizava na personalização da representação política, no clientelismo e na promoção de novas identidades e demandas sociais, principalmente associados aos movimentos indígenas (MAYORGA, 2003:103). Tratam-se de organizações que dificilmente podem ser definidas por questões programáticas. São partidos que serviram de plataforma para políticos carismáticos, como Carlos

Palenque e Max Fernández, respectivamente. Ambos foram empresários do setor de comunicação que ingressaram na arena eleitoral após terem sua imagem divulgada nos meios de comunicação¹⁴.

Nos anos 80 Palenque fundou o “Sistema de Radio y Televisión Popular (RTP)” e conquistou a audiência em um programa (Tribuna Libre del Pueblo) que promovia o diálogo com a população mais carente. Compunham o cenário do programa “el compadre” que organizava as campanhas de ajuda aos necessitados e a “comadre” Remedios Loza, locutora aymara, quem se encarregava de ajudar o “compadre” nas tarefas sociais, e candidata à presidência em 1997.

Palenque concorreu às eleições em 1989, obtendo o 4º lugar. Em 1993 obteve 14.3% dos votos, conquistando o 3º. lugar. Faleceu em março de 1997 e em seu lugar o CONDEPA lançou a “comadre” Remédios Loza, quem obteve o 3º lugar com 17.2% dos votos.

A importância da Condepa e da UCS caiu muito no final da década de 90. Em 2002 tornaram-se partidos marginais, num cenário que mostrava a força dos novos movimentos políticos, embora ainda em um sistema partidário em que o MNR desempenhava um papel central (em 2002 Sanches de Lozada venceu as eleições com 22.5% dos votos, Tabela 2). Nas eleições de 2002, o *Nueva Fuerza Republicana* (NFR), *Movimiento al Socialismo* (MAS) e o *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP) ocuparam o espaço eleitoral do Condepa (MAYORGA, 2003: 116). Os resultados nacionais colocaram Evo Morales (MAS) em segundo, com 20.9% dos votos e Manfred Villa (NFR) em terceiro, com 20.9% dos votos (Tabela 2).

Nos anos seguintes Evo Morales apoiou-se em sua herança étnica¹⁵ para obter apoio de uma população composta por uma maioria indígena (aproximadamente

¹⁴ Palenque ficou conhecido nos anos 60 como integrante do grupo folclórico “Los Caminantes”.

70%) e bastante carente. Morales foi coroado *Apu Mallku* – o líder supremo da população indígena nos Andes em Janeiro de 2006. Para alguns analistas, a utilização deliberada deste simbolismo para exercer o poder é, indubitavelmente, uma atitude de natureza populista (GILBERT, 2007).

O presidente boliviano tem seguido o mesmo caminho dos neopopulistas anteriores, Chávez e Correa, com a instauração da Assembleia Constituinte em torno de seis meses após tornar-se presidente, em janeiro de 2006. O projeto da Carta Constitucional, elaborado por legisladores de seu partido em dezembro de 2007, será posto em votação mediante refendo popular previsto para ocorrer no dia 25 de janeiro deste ano.

Embora pesquisas de opinião indiquem que existe uma forte tendência favorável ao “SIM”, seja qual for o resultado, parece que este será acompanhado de muita tensão política. A Carta encontra forte oposição na parte Leste da Bolívia, mais rica, onde há um forte movimento em prol de maior autonomia – e até independência – do governo Central. Esta oposição tem acusado Evo Morales de querer implantar o “Socialismo Indigenista” no país¹⁶.

Para Gilbert (2007), o discurso antipolítico de Evo Morales deve ser matizado, pois ele não atacaria a classe política como um todo como os discursos de Chávez e Correa. Morales teria surgido, claramente, como uma liderança *outsider*, e seu empenho em defender os direitos indígenas muitas vezes foi entendido como antipolítico e anti-institucional. Mas seu grande inimigo, segundo Gilbert, sempre foi o neoliberalismo e a política de livre mercado.

15 Juan Evo Morales Ayma é de origem ameríndia, da etnia aymará estabelecida desde a época pré-colombiana no sul do Peru, na Bolívia e no Chile.

16 Boicot y tensiones en Bolivia BBC Mundo. 04 de janeiro, 2009. In: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7810000/7810711.stm

Nonetheless, Morales' discourse cannot be properly understood as anti-political since his condemnation rarely involves the whole political class. Instead, Evo Morales has opposed an economic model (neoliberalism) and a particular way of living (western modernity) (GILBERT, 2007: 11).

Mas esta não é a palavra final deste autor, pois considera que o discurso de Morales dá sinais ambíguos, ora se posicionando contra todos os setores que oprimiram os índios durante 500 anos de submissão, ódio e marginalização, ora pregando a necessidade de refundar a Bolívia unindo todos os setores do país.

[...] it must be recognized that Evo Morales' discourse hardly fits the "anti-political" category as conceptualized above. Some speak of "indigenous populism". I believe it is misleading. In order to avoid overstressing the concept, we should content with acknowledging Morales' discourse is "something else" than anti-political. (GILBERT, 2007: 12).

Seja como for, Morales tem radicalizado mais seu discurso visto que a Constituição está prestes a ser votada em referendo e tem havido uma oposição fervorosa na região. Recentemente afirmou que poderá implementar a Constituição por decretos supremos caso a oposição boicote sua implementação no Parlamento. Analistas afirmam que a implementação da Constituição por decreto poderia colocar em discussão sua legitimidade.¹⁷

17 Constitución "por decreto" BBC Mundo. 12 de janeiro, 2009. In: http://news.bbc.co.uk/1/hi/spanish/latin_america/newsid_7825000/7825477.stm

Tabela 3

Resultados das Eleições Presidenciais no Brasil (1989-2005)

(***Candidatos neo-populistas*)

(1o. Turno)

<u>Ano</u>			
	Candidato	Partido	% Votos
<u>1989</u>			
	Fernando Collor de Mello **	PRN	30,5
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	17,2
	Leonel Brizola **	PDT	16,5
	Outros		35,8
<u>1994</u>			
	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	54,3
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	27,0
	Enéas Carneiro **	PRONA	7,4
	Outros		11,3
<u>1998</u>			
	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	53,1
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	31,7
	Enéas Carneiro **	PRONA	11,0
	Outros		4,2
<u>2002</u>			
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	46,4
	José Serra	PSDB	23,2
	Anthony Garotinho **	PSB	17,9
	Outros		12,5
<u>2006</u>			
	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	48,6
	Geraldo Alckmin	PSDB	41,6
	Heloísa Helena	PSOL	6,8
	Outros		3,0

Sigla dos Partidos Políticos (data de fundação entre parêntesis)

PRN - *Partido da Reconstrução Nacional (1989)*PSDB- *Partido da Social Democracia Brasileira (1988)*PRONA - *Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1994)*PSOL - *Partido Socialismo e Liberdade (2005)*PSB - *Partido Socialista Brasileiro (1986)*PT - *Partido dos Trabalhadores (1980)*

Fontes:

Dados Eleitorais 1945-2006: <http://jaironicolau.iuperj.br/banco45.html>

O período democrático de 1946 a 1964 no Brasil foi caracterizado pela presença de líderes e partidos de forte orientação populista, à direita e à esquerda (WEFFORT, 1965, 1967, 2003; FAUSTO, 2006; FERREIRA, 2001)

O regime autoritário iniciado em abril de 1964 teve, no entanto, uma característica que o diferenciou dos outros regimes autoritários da região e que afetou profundamente o caráter do sistema partidário e político desse período: um novo sistema partidário foi organizado durante as duas décadas de vida do regime autoritário. Embora fortemente controlado pelo regime, esse sistema foi capaz de gerar alguma identificação com os eleitores e, principalmente, foi no âmago desse sistema que o pacto pela transição para uma nova fase democrática foi forjado (KINZO, 1988). Por meio desse duplo mecanismo de produção de apoio e de acomodação das elites no âmbito do sistema partidário, o regime autoritário foi capaz de operar um deslocamento do populismo de sua posição de elemento central do sistema político brasileiro. As legendas partidárias que eventualmente foram resgatadas do período 1946-64 perderam seu conteúdo próprio (como no caso do PTB) e as lideranças que atuaram na fase democrática de 46 e na oposição ao regime militar, como Tancredo Neves e Ulyses Guimarães entre outros, acomodaram-se, durante a fase de transição, à legenda do MDB e não se empenharam posteriormente em resgatar suas antigas legendas e programas políticos.

As bases dessa superação foram também de natureza socioeconômica. O regime militar brasileiro operou grandes transformações da estrutura social e econômica do país. Neste período ocorreu “a transformação de uma sociedade majoritariamente rural em outra, predominantemente urbana, a uma velocidade ao que se estima sem precedente na história mundial moderna” (SANTOS, 1985: 234). A partir de 1974, o regime militar iniciou um longo e controlado processo de

restabelecimento dos direitos civis e políticos: em 1982 foi eliminado o sistema bipartidário que funcionava desde 1966; o primeiro presidente civil após o golpe de 1964 foi eleito indiretamente em 1985 sendo que em 1988 foi proclamada a nova Constituição democrática do país. As primeiras eleições diretas para presidente pós-64 foram realizadas em 1989 (a última havia sido em 1960).

A eleição de 1989 transformou-se em uma grande janela de oportunidades para os candidatos que até então atuavam nas franjas do sistema partidário. Na classificação de MAINWARING e SCULLY (1995) o Brasil apresentava na altura um dos sistemas partidários menos institucionalizados da América Latina. E a crise hiperinflacionária e a estagnação econômica geradas durante os governos do Gal. Figueiredo e José Sarney produziam incentivos importantes ao voto de protesto. Até então desconhecido na política nacional, Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, organizou o incipiente PRN (Partido da Reconstrução Nacional) e buscou alcançar notoriedade por sua luta contra a corrupção no seu Estado natal.

Collor era a expressão acabada do neopopulismo que se apresentava no início da década de 90, como Menem e Fujimori (e posteriormente Gutiérrez), apostou na abertura econômica, na privatização de empresas estatais e em um plano heterodoxo para controlar a inflação; no campo político organizou um movimento eleitoral cujo único propósito era conferir-lhe maioria no Congresso e se apresentou aos eleitores com um discurso marcadamente antipolítico, embora abstratamente polarizador. Seus opositores no primeiro turno foram Lula e Brizola.

Brizola era o único representante do populismo da antiga geração no cenário político pós-abertura. Sua tentativa de retomar o controle da sigla PTB fracassou em decorrência de uma manobra do regime militar e malograram também seus planos de organizar um novo partido que servisse ao seu projeto político pessoal de tornar-se

uma liderança nacionalmente reconhecida. Seu fraco desempenho na eleição de 1989 reduziu-o a um figura regional sem um papel relevante nos governos democráticos pós 1982. Esse foi efetivamente o último suspiro do antigo populismo na vida política brasileira.

O PT de Lula, em contrapartida, era a melhor expressão da profundidade das mudanças ocorridas durante o regime militar. Desde sua fundação o PT conseguiu se estabelecer como um partido de esquerda moderno, de orientação a princípio socialista e depois crescentemente pragmática, com relações orgânicas com o movimento sindical e com movimentos sociais predominantemente urbanos, mas que também foi capaz de atrair a classe média para um projeto de conquista institucional e democrática do poder.

O PT era, no entanto, um partido ainda pequeno que nas eleições de 1982 obteve uma votação nacional de apenas 3,5%¹⁸ e sua estrutura interna democrática, federativa e descentralizada não foi exatamente funcional no momento de enfrentar a disputa no segundo turno das eleições nacionais. O PT não surgiu como uma legenda associada a um projeto político de uma liderança específica, como foi o PRD de Cuauthemoc Cárdenas, que na primeira eleição nacional que disputou obteve 31% dos votos (Tabela 5). O PT teve um crescimento orgânico ao longo de todo o período democrático em que atuou. Recebeu 3,5% dos votos nacionais em 1982, 6,9% em 1986, 10,2% em 1990, 13,1% em 1994, 13,2% em 1998, 18,4% em 2002 e 15,0% em 2006. Os resultados nas eleições presidenciais (Tabela 3) mostram como efetivamente o PT transformou-se em um dos polos do atual sistema multipartidário.

Apesar de ter empreendido algumas ações que poderiam vinculá-lo a opção mobilizadora e de confronto que outros partidos de esquerda adotaram na região

18 Total de votos recebido em todos os estados nas eleições para Câmara de Deputados em 1982 (http://jaironicolau.iuperj.br/jairo2006/port/cap2/votos/cap2_1982.htm)

(como o fato de não ter assinado a Constituição de 1988 e a campanha “Fora FHC”), o PT optou ao longo de sua atuação democrática por um crescente comprometimento com a estabilidade política e, mais recentemente, com a manutenção das políticas macroeconômicas que garantiram o controle da inflação.

O partido foi, portanto, o grande adversário do neopopulismo no sistema partidário pós-82, uma força de estabilização e de enraizamento do sistema partidário. Enfrentou testes importantes contra os neopopulistas Collor e o ex-governador Anthony Garotinho. No entanto, o teste mais difícil para o partido ocorreria após a vitória de Lula em 2002. Até que ponto o PT seria capaz de controlar o Presidente que adquiriu uma força eleitoral consideravelmente maior do que o partido? Diante de um eventual cenário de crise política ou econômica não seria possível que o Presidente optasse por uma estratégia neopopulista de mobilização? Como Chávez e Morales poderia usar o poder do estado para organizar um novo movimento político de apoio ao seu governo, convocar plebiscitos e polarizar a sociedade? Optaria por fazer do seu carisma o principal instrumento de seu exercício do poder?

Deixo para a conclusão uma tentativa de articular essas perguntas às evidências e hipóteses que, espero, possam contribuir para se entender a dinâmica do neopopulismo na América Latina.

Tabela 4

Resultados das Eleições Presidenciais no Equador (1988-2006)

(***Candidatos neo-populistas*)

(1o. Turno)

<u>Ano</u>			
Candidato	Partido	% Votos	
<u>1988</u>			
Rodrigo Borja Cevallos	ID	24,5	
Abdalá Bucaram Ortiz **	PRE	17,6	
Sixto Durán-Ballén	PSC	13,0	
Outros		44,9	
<u>1992</u>			
Sixto Durán-Ballén	PUR	32,9	
Jaime Nebot Saadi	PSC	25,1	
Abdalá Bucaram Ortiz **	PRE	22,0	
Outros		20,0	
<u>1996</u>			
Jaime Nebot Saadi	PSC	27,2	
Abdalá Bucaram Ortiz **	PRE	26,3	
Freddy Ehlers**	MUPP	20,6	
Outros	DP	26,0	
<u>1998</u>			
Jamil Mahuad	DP-UDC	35,3	
Alvaro Naboia Ponton**	PRE	26,9	
Rodrigo Borja Cevallos	ID	15,9	
Outros		21,9	
<u>2002</u>			
Lucio Gutiérrez**	PSP- MUPP	20,4	
Alvaro Naboia Ponton**	PRIAN	17,4	
León Roldós Aguilera **	Movimiento Ciudadano	15,4	
Rodrigo Borja Cevallos	ID	14,0	
Outros		32,7	
<u>2006</u>			
Alvaro Naboia Ponton**	PRIAN	26,6	
Rafael Correa**	Alianza PAIS	22,9	
Gilmar Gutiérrez**	PSP	17,6	
Outros		32,9	

Sigla dos Partidos Políticos (data de fundação entre parêntesis)

ID - *Izquierda Democrática* (1970)PRIAN - *Partido Renovador Institucional de Acción Nacional*MUPP - *Movimiento Plurinacional Pachakutik-Nuevo País* (1995)PSP - *Partido Sociedad Patriótica 21 de Enero* (--)DP-UDC - *Democracia Popular-Unión Demócrata Cristiana* (1964)PUR - *Partido de Unidad Republicana* (1992)PSP - *Partido Social Cristiano* (1951, como *Movimiento Social Cristiano*)

Fontes:

Political Database of Americas: <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Ecuador/ecu.html>

O populismo não é um elemento marginal no sistema político equatoriano, ou mesmo um acontecimento excepcional em sua história. É claramente a força predominante que o articula.

O líder fundador desta tradição moderna é Velasco Ibarra, presidente do Equador durante cinco mandatos entre 1934 e 1972, um período de 40 anos no qual foi a figura dominante da política nacional. Exerceu o governo constitucionalmente durante nove anos, mas conseguiu terminar o seu mandato uma única vez (1952-1956) e no seu último governo em 1968 deu um golpe com o apoio dos militares e tornou-se um ditador civil (TORRE, 1993: 64)

Em sua trajetória política, Velasco Ibarra, organizou não propriamente um partido mas uma máquina política personalista e clientelista, a *Concentración de Fuerzas Populares*, que tinha sua principal base nos trabalhadores da agroindústria da região de Guayaquil no litoral. Depois de perder o controle sobre o CFP em meados da década de 50, articulou-se aos conservadores do *Movimiento Social Cristiano (MSC)*, e ao direitista *Acción Revolucionaria Nacionalista Ecuatoriana (ARNE)*, um agrupamento de nacionalistas e anticomunistas. O carisma e o nacionalismo foram suas marcas; cresceu politicamente apoiado na agroindústria e durante seu período de maior influência durante os anos 50, seguiu uma política de substituição de importações que gerou algum incremento na indústria e nos serviços (TORRE, 1993: 157).

A descoberta de enormes reservas de petróleo no final da década de 60 colocaram o Equador entre os maiores produtores mundiais do produto. O impacto do petróleo no orçamento público, no entanto, ocorreu apenas no início da década de 70, quando Velasco Ibarra deixava o poder como um ditador civil derrubado por um

golpe militar (1972). O caminho estava, assim, aberto para a próxima geração de populistas.

Jaime Roldos foi o primeiro presidente eleito após o período autoritário terminado em 1979. Organizou o seu próprio partido, o *Partido Pueblo, Cambio y Democracia*, (PPCD) e durante a sua curta presidência engajou-se em contendas internacionais com os EUA e com o vizinho Peru. Morreu prematuramente em um acidente aéreo em 1981. Seu estilo carismático e sua retórica nacionalista foram tão marcantes que o PPCD foi renomeado como *Partido Roldosista Ecuatoriano*. Abdalá Bucaram, cunhado de Roldos, foi guindado a posição de líder do PRE e concorreu à presidência da República pelo partido em 1988, 1992 e em 1996 quando finalmente acabou eleito. Conhecido como - e autoproclamado - “El Loco”, dirigia seu discurso contra a ‘oligarquia tradicional’ e apelava aos setores populares em apoio ao seu projeto político. Sob o lema “La fuerza de los pobres”, apresentou um plano ambicioso de investimento público no qual se destacava a sua promessa de construção de habitações populares subsidiadas em até 75% pelo Estado. Foi destituído pelo Congresso por incapacidade mental um ano depois de sua posse (TORRE, 2000)

O Congresso Nacional destituiu também o presidente Jamil Mahuad, eleito no ano de 2000 pela Democracia Popular, um agrupamento de centro esquerda de orientação econômica liberal. E também não terminou o seu mandato o neopopulista Cel. Lúcio Gutierrez, líder de uma revolta militar contra Mahuad. Com a empreitada militar Gutierrez angariou apoio suficiente junto aos setores de esquerda pra ser eleito presidente pela aliança MUPP- PSP. Sua principal promessa era dar um fim às políticas ‘neoliberais’ de seus antecessores. No entanto, rompeu sua aliança com os partidos de esquerda que o apoiavam e alinhou-se ao Partido Social Cristão (com quem também rompeu em 2004). Com o apoio do PSC deu continuidade às políticas

econômicas que havia prometido destruir e ampliou a cooperação política e econômica com os EUA. Foi deposto sob a alegação de enriquecimento ilícito pelo Congresso em 2005.

O forte desempenho eleitoral de partidos e coligações sem nenhuma tradição política como o PRIAN, fundado pelo magnata da banana Álvaro Noboa, o MUPP e as alianças eleitorais Movimiento Ciudadano e Alianza Paiz indicam a profundidade da crise do sistema partidário equatoriano. Nas eleições de 2002 os novos agrupamentos políticos obtiveram 53% dos votos e 67% em 2006 (Tabela 4). É nesse contexto de crise que Rafael Correa afirmou a sua liderança (LAMEIRÃO, 2008).

Rafael Correa tornou-se uma figura política nacional no Equador durante os quatro meses em que atuou como ministro da Economia durante a presidência de Alfredo Palacio em 2005. Sem vínculo com partidos políticos (a Alianza Pais não lançou candidatos ao legislativo, uma manobra bem sucedida que permitiu transformar a eleição presidencial em um plebiscito Constituinte como veremos) lançou-se como candidato antissistema, e declarou guerra contra a “corruptocracia” e a “partidocracia” do sistema.

Correa has led the war against “partidocracy” in the form of frontal harassment against traditional parties (the Partido Social Cristiano, Izquierda Democrática, and Democracia Popular), but also new political forces such as the Partido Renovador Institucional Acción Nacional (PRIAN) led by Álvaro Noboa, and the Sociedad Patriótica (PSP), led by former President Lucio Gutiérrez.³¹ Correa’s lack of support in the Congress and his own strategy of refundación republicana led him to refuse proposing any candidates for congressmen. As a consequence, Correa faces an uncomfortable situation where the President has absolutely no support in the Congress, making him impossible to advance any of his policies without resorting to the people as the original source of power and legitimacy. (GILBERT, 2007:40).

No plano externo, Correa segue o modelo consagrado por Chávez e Morales, com repetidas demonstrações de hostilidade ao Fundo Monetário Internacional, aos EUA, ao Banco Mundial e ao presidente da Colômbia Álvaro Uribe, o representante

da direita política na região. Outro elemento importante em sua retórica é o apelo aos movimentos e à identidade indígena, apesar de carecer de laços efetivos tanto com os movimentos indígenas quanto com a cultura desses povos. Durante a campanha declarou que seu governo seria “el gobierno de los indígenas”¹⁹, e após eleito, antes de sua posse oficial, recebeu, ao lado de Chávez e Morales, o bastão de mando indígena em uma cerimônia realizada no povoado andino de Zumbahua, próximo a Quito.

Durante sua campanha eleitoral prometia que as mudanças seriam efetivadas com o estabelecimento de uma nova Constituição, o que efetivamente ocorreu. Logo após assumir a presidência, dissolveu o Congresso no qual não tinha representantes e convocou um plebiscito para decidir sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte, proposta aprovada por referendo popular com 81% dos votos favoráveis em abril de 2007. A Assembleia foi instalada em novembro deste mesmo ano e em julho de 2008, votou e ratificou o projeto final de reforma da Carta.

Rafael Correa obteve sua grande conquista no final de setembro de 2008, com a aprovação popular da nova Constituição no Equador. Foi uma vitória sem sócios. Por quanto tempo Correa exercerá o poder é ainda uma pergunta em aberto. No entanto, a lógica plebiscitária que têm permitido a Chávez e Morales alongarem o tamanho dos seus mandatos saiu vitoriosa desse primeiro e importante teste. Simón Pachano, pesquisador da FLACSO, resume bem o quadro: “no ha habido un liderazgo de esta naturaleza desde los años 70 en que terminó la vida política de Velasco Ibarra”²⁰.

19 “Correa recibe bastón de mando indígena”, BBC Mundo, 14 de janeiro, 2007. In: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_6261000/6261789.stm

20 Correa, el gran triunfador BBC Mundo. 29 de Setembro, 2008. In: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7642000/7642941.stm

Tabela 5

Resultados das Eleições Presidenciais no México (1988-2006)

(***Candidatos neo-populistas*)

<u>Ano</u>			
	Candidato	Partido	% Votos
<u>1988</u>			
	Carlos Salinas	PRI	50,48
	Cuahtémoc Cárdenas**	FDN	30,95
	Manuel Clouthier	PAN	17,11
	Outros		1,5
<u>1994</u>			
	Ernesto Zedillo	PRI	48,7
	Diego Fernandez de Cevallos	PAN	25,9
	Cuahtémoc Cárdenas**	PRD	16,6
	Outros		8,8
<u>2000</u>			
	Vicente Fox	PAN	42,5
	Francisco Lebastida	PRI	36,1
	Cuahtémoc Cárdenas**	PRD, PT, PPS	16,6
	Outros		4,7
<u>2006</u>			
	Felipe Calderon	PAN	35,9
	Manuel Lopez Obrador**	PRD, PT e Conv.	35,3
	Roberto Madrazo	PRI	22,3
	Outros		6,5

Sigla dos Partidos Políticos (data de fundação entre parêntesis)

Alianza Mexico - PRD, PT, PPS

Convergencia - *Convergencia por la Democracia* (1999)

FDN - *Frente Democrática Nacional* (1987)

PAN - *Partido Acción Nacional* (1939)

PRD - *Partido de la Revolución Democrática* (1989)

PRI - Partido Revolucionario Institucional (1929 como Partido Nacional
Revolucionário e em 1946 como PRI)

PT - *Partido del Trabajo* (1990)

Fontes:

Instituto Federal Electoral: <http://www.ife.org.mx>

O populismo mexicano tem raízes profundas no partido que por mais de 70 anos governou o país. O PRI não foi apenas o principal agente do processo de expansão dos direitos sociais e políticos ao longo de todo o século XX, como também abrigou as lideranças que realizaram as reformas políticas e econômicas populistas a partir dos anos 70. O presidente Luis Echeverría (1970-1976) representa o marco dessa mudança. Nacionalizou a exploração de minérios e a indústria elétrica, redistribuiu terras e, nas relações externas, assumiu uma linguagem de confrontação com os EUA e de apoio a ícones da esquerda socialista na altura como Salvador Allende e a OLP, autorizada a abrir um escritório na Cidade do México (TELLO, 1975; STANLEY, 1975). A trajetória populista do PRI seguiu sem mudanças sob a liderança de José López Portillo (1976-82), cujo período na presidência coincidiu com a descoberta de grandes reservas de petróleo no litoral do México. Seu lema era “¡Vamos a administrar la abundancia!” (GUNSON, 2004). Porém no último ano de seu governo, diante da queda internacional do preço do petróleo e de uma massiva fuga de capitais do país, decretou a moratória da dívida externa e a estatização do sistema bancário, que levou o México a uma década de estagnação econômica.

A principal força de oposição de esquerda ao PRI, o Partido de la Revolución Democrática (PRD), surgiu com o fim da abundância populista de Echeverría e López Portillo, e foi organizado a partir da dissidência interna *Corriente Democrática*, liderada por Cuauhtémoc Cárdenas, um dirigente partidário com décadas de serviço prestado ao PRI. Filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas, ele serviu ao partido como senador entre 1974 e 1980 e como governador entre 1980 e 1986 (Perfil biográfico do Centro de Investigación de Relaciones Internacionales y Desarrollo, 2008). Sua primeira candidatura à presidência em 1988 foi pela Frente Democrático Nacional e em 1989 fundou o PRD pelo qual concorreu sucessivamente à presidência da

República em 1994 e 2000 (Tabela 5). Apesar de ter obtido um desempenho surpreendente em 1988, não conseguiu passar da terceira colocação nas eleições seguintes. Durante o período de organização do PRD e até o surgimento de López Obrador como governador do DF, Cárdenas manteve o partido centralizado em torno de sua liderança e fiel ao seu projeto eleitoral.

López Obrador, que sucedeu a Cárdenas no comando PRD e como candidato à presidência em 2006, também é um egresso do PRI. Saiu em 1988 para se juntar à *Corriente Democrática* de Cárdenas e em 1994 concorreu pela primeira vez ao cargo de governador no seu estado natal, Tabasco, sendo derrotado pelo candidato do PRI. Sua carreira como um político nacional teve início em 1996 como defensor do direito de grupos indígenas que reivindicavam da PEMEX indenizações por danos ambientais. Neste mesmo ano foi eleito presidente do PRD com o apoio de Cárdenas e em 2000 foi eleito governador do Distrito Federal de onde saiu para ser candidato à presidência em 2006.

Como governador do DF, Obrador implementou programas sociais focalizados em grupos sociais vulneráveis como mães solteiras, idosos e deficientes físicos e mentais e fundou uma nova universidade na cidade do México. Suas iniciativas a frente do governo da Capital consolidaram sua reputação nacional e alavancaram sua campanha presidencial em 2006. López Obrador, foi antes de tudo um político eclético que além de produzir programas sociais e de se apoiar em uma retórica de estilo marcadamente populista, foi capaz de adotar medidas que o afastaram do universo simbólico da esquerda; contratou o ex-prefeito de Nova York, R. Giuliani, como consultor para estabelecer um programa de combate à desordem no estilo do ‘Tolerância Zero’ e restaurou o centro da Cidade do México em parceria

com o megaempresário Carlos Slim Helú, que incluía um programa de expropriações, restaurações e de abertura de novas áreas de residência e comércio voltadas para grupos de alta renda. Os esforços na área de segurança pública não produziram, no entanto, os resultados esperados e Obrador enfrentou uma grande manifestação de protesto popular contra a onda de crimes. A resposta de Obrador aos manifestantes deu o tom de como seria a sua malograda campanha presidencial: desqualificou os manifestantes como representantes das elites, e os chamou de *pirruris* (algo como ‘fresco’, ‘delicado’ em português) (Diário de México, 26 de Junho de 2004).

O estilo neopopulista efetivamente marcou a candidatura de López Obrador à presidência em 2006. Em seus discursos como candidato²¹ o bordão “Por el bien de todos, primero los pobres” apresentado em seu *Proyecto Alternativo de Nación*, defendia que era necessário “poner fin al estado de privilegios”, acabar com a corrupção e o “saqueo patrocinado desde la Administración federal”. Apresentava ao seu eleitores a sua proposta sobre como deveria ser enfrentada a corrupção do governo: como o problema começa no topo da estrutura pública, no Executivo Nacional, a corrupção deveria ser ‘varrida’ “como se barren las escaleras, de arriba para abajo”. Assim como fez Lázaro Cárdenas quando foi presidente do México na década de 30, propôs o corte de seus próprios vencimentos com o argumento de que isto ajudaria a “recortar drásticamente los gastos corrientes” do governo (www.gobiernolegitimo.org.mx/).

No plano econômico, defendeu a ideia de que o México deveria adotar um ‘modelo de desenvolvimento próprio e alternativo de nação’, comparou-se a Benito

21 Após derrota eleitoral nas eleições presidenciais de 2006 López Obrador organizou o site Gobierno Legítimo de Mexico (<http://www.gobiernolegitimo.org.mx/>) no qual reúne notícias, pronunciamentos e todos os seus discursos feitos durante a campanha, classificados por mês, dia e local onde foram feitos.

Juarez em sua missão de defender o México das ameaças externas, se opôs ao Tratado de Livre Comércio com os EUA e investiu contra o ordenamento jurídico do país. Após sua derrota por uma diferença de apenas 0,6 ponto percentual, acusou o presidente Fox de ter interferido no processo eleitoral e o seu partido PAN de ter fraudado votos. Mesmo após a recontagem parcial dos votos nas áreas onde havia maior suspeita de fraude, Obrador não reconheceu a derrota e desde então tem alimentado um cenário de confrontação e questionamento ao presidente eleito. Mobilizou apoiadores nas fileiras do PRD e tentou impugnar as eleições sob a acusação de fraude, proclamou-se finalmente o "presidente legítimo de México" tomou "posse" em um comício no Zócalo e convocou um boicote à posse de Felipe Calderón.

A trajetória do PRD e de seus candidatos, Cárdenas e Obrador, ilustra de forma adequada o populismo de tipo partidário descrito no capítulo 2. Não podemos perder de vista, no entanto, que o PRD é o partido mexicano que mais se aproximou do modelo de um partido de esquerda moderno capaz de atrair a classe média para um projeto de conquista institucional e democrática do poder. No entanto, a liderança de López Obrador foi decisiva na conversão do partido a uma visão meramente estatista da política, orientado à confrontação e disposto a conquistar o poder pela via da mobilização direta.

Tabela 6

Resultados das Eleições Presidenciais na Venezuela (1989-2005)

(***Candidatos neo-populistas*)

<u>Ano</u>			
Candidato	Partido	% Votos	
<u>1988</u>			
Carlos Andrés Pérez**	AD	52,8	
Eduardo Fernández	COPEI	40,4	
Teodoro Petkoff	MAS	2,7	
Outros		6,8	
<u>1993</u>			
Rafael Caldera**	Convergencia Nacional	30,5	
Claudio Fermin	AD	23,6	
Oswaldo Alvarez Paz	COPEI	22,7	
Andrés Velásquez	Causa R	22,0	
Others		1,3	
<u>1998</u>			
Hugo Chavez**	MVR, MAS, PPT, PCV, MEP, SI, IPCN	56,2	
Salas Romer	PRVZL-AD-COPEI-PQAC	34,0	
Outros		3,9	
<u>2002</u>			
Hugo Chavez**	MVR, MAS, PCV, MEP, SI, IPCN, AA, GE	60,3	
Arias Cardenas**	Causa "R", MIN, MDD	37,5	
Claudio Fermín	Encuentro Nacional	2,7	
<u>2006</u>			
Hugo Chavez**	MVR	62,8	
Manuel Rosales	UNT	36,9	
Outros		0,3	

Sigla dos Partidos Políticos (data de fundação entre parêntesis)

AA- *Accion Agropecuaria* (--)AD - *Acción Democrática* (1941)

COPEI - Comité de Organización Política Electoral Independiente (1946)

Causa R - Causa Radical (1971)

Convergencia Nacional - *Convergencia Nacional* (1993)

Encuentro Nacional - Encuentro Nacional (--)

GE - Genie Emergente (--)

IPCN - *Independiente por la Comunidad Nacional* (--)MAS - *Movimiento al Socialismo* (1971)MEP - *Movimiento Electoral del Pueblo* (1967)

MIN - Movimiento de Integridad Nacional Unidad (1978)

MVR - *Movimiento V República* (1997)PCV- *Partido Comunista de Venezuela* (1931)PPT - *Patria para Todos* (1997)PSUV - *Partido Socialista Unido de Venezuela* (2008)UNT - *Un Nuevo Tiempo* (1999)SI- *Socialista de Izquierda* (--)

Fontes:

Political Database of Americas: <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Venezuela/ven.html>

Nas últimas eleições internas do PRD em 2008 os dois candidatos à direção nacional enfrentaram-se com projetos claramente antagônicos. O candidato de orientação social-democrata, Jesús Ortega, foi derrotado por Alejandro Encinas, um partidário de López Obrador, que aposta no caminho da mobilização social como forma de paralisar o governo do PAN. O caminho está aberto, portanto, à liderança fortemente personalista de Obrador e ao seu discurso polarizador.

O início do neopopulismo na Venezuela pode ser vislumbrado com a segunda vitória de Carlos Andrés Pérez pela *Acción Democrática* (AD), com 52.8% sob seu concorrente Eduardo Fernadez pelo *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) que terminou o ciclo eleitoral com 40.4%. Em sua segunda administração (a primeira foi entre 1974-1979) Pérez combinou um estilo populista de discurso e apelo carismáticos com a adoção de medidas econômicas neoliberais, aos moldes de novos populistas como Menem, Collor e Fujimori. Em maio de 1993, tal como Collor, Pérez foi destituído do cargo sob a acusação de malversação de dinheiro público. Em fevereiro de 1992, um grupo de militares contrários às políticas adotadas por Pérez tentou dar um golpe militar prometendo restaurar o patriotismo e defender os interesses dos pobres. Os comandantes deste grupo se automearam *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*, do qual fazia parte o tenente-coronel Hugo Chávez. O nome deste movimento, fundado em 1983, reflete o aniversário de 200 anos de Simón Bolívar no ano de sua fundação, cujas ideias influenciaram fortemente o movimento.

Embora a tentativa de golpe tenha sido fracassada, Chávez ascendeu como uma figura heroica e carismática aos olhos da nação. Ficou preso durante dois anos e, em 1997, transformou o *Movimiento Bolivariano* em *Movimiento V República* (MVR) em referência às três Repúblicas fundadas por Bolívar e em sequência à quarta, que

emergiu com a Independência. Em dezembro de 1998 concorreu à Presidência apoiado pela coligação de esquerda e centro esquerda – o *Polo Patriótico* – organizada em torno do MVR.

Em 1993 Rafael Caldera, ex-líder do COPEI e ex-presidente da República entre 1969 e 1974, conquistou a presidência pela Convergência Nacional com 30,5% dos votos. Cabe destacar que este presidente, embora não possa ser considerado um *outsider* do sistema, elegeu-se com um discurso eleitoral que investia contra a “partidocracia” dominante. Esta foi a primeira vez, desde o estabelecimento do *Pacto de Punto Fijo*²² que nem a AD nem o COPEI – conseguiram eleger seus candidatos presidenciais. No entanto, dados da composição Legislativa deste mesmo ano mostram que AD e COPEI, embora com uma força menor do que em anos anteriores, obtiveram juntas 54,7% das cadeiras na Câmara de Deputados. Para Amorim Neto (2002) a vitória de Rafael Caldera constituiu “o ponto de inflexão a partir do qual se daria a derrocada definitiva do sistema político estabelecido pelo Pacto de Punto Fijo” (AMORIM NETO, 2002: 08). Nos anos posteriores ao surgimento do MVR este percentual diminuiu consideravelmente como mostra o autor. Em 1998, a AD continuou com o maior número de cadeiras na Câmara, com 33%. O COPEI no entanto, ficou em terceiro lugar, com 14% perdendo para o MVR, que em seu primeiro ano obteve 24,5% das cadeiras. A maior queda obtida pela AD e COPEI pode ser observada na ANC, quando não conseguiram eleger nenhum membro. Nesta ocasião, o MVR elegeu 67,9% dos constituintes. Nas eleições gerais de 2000, AD e COPEI juntas obtiveram 22,4 % de cadeiras, enquanto o MVR conquistou 47,3 % das cadeiras.

22 De acordo com Amorim Neto (2002: 4) o Pacto de Punto Fijo foi um acordo estipulado pela AD, COPEI e URD antes das eleições gerais realizadas ao final de 1958. O acordo estipulava que seus signatários se comprometeriam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a estabelecer consultas interpartidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidade política.

Segundo López Maya (2004) Chávez utilizou-se de uma arma poderosa durante as campanhas eleitorais quando incorporou o termo “el pueblo” em seu discurso político para se dirigir ao seu público-alvo. A autora salienta que o conceito “el pueblo” é carregado de identidade histórica para os venezuelanos de baixa renda, produzindo autoestima e esperança nesta camada da população. Além disso, acrescenta que os *Bolivarianos* e, principalmente, Chávez,

(...) linked the people to the great achievements of the nineteenth century, particularly independence and the Federal War, and repeatedly depicted the *el pueblo* as brave, noble, beautiful, and valiant – the main actor of the history. (LÓPEZ MAYA, 2004: 84).

Antes de ser eleito em 1998, o presidente Hugo Chávez considerou que os quarenta anos de democracia venezuelana não podiam ser considerados democráticos e definia o regime que havia prevalecido até então como um pacto de elites que deveria ser eliminado. Preso pela tentativa de golpe, foi anistiado pelo presidente Caldera e, quando em liberdade, lançou-se na política com um discurso marcadamente antissistema. Pregava a necessidade de dissolver o Congresso e convocar uma Assembleia Constituinte com vistas a formar um "gobierno bolivariano de salvación nacional".²³

A vitória eleitoral de Hugo Chávez em 05 de dezembro de 1998 (Tabela 6) sobre seus oponentes foi avassaladora: recebeu 56.2% dos votos válidos. E com esse apoio vindo principalmente das camadas de baixa renda e de alguns setores de classe média radicalizados, o candidato iniciou o que acredita ser a refundação da Venezuela.

23 Chávez, diez años en el poder. BBC Mundo. 07 de Dezembro, 2008. In: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7769000/7769014.stm

Escolheu um caminho diferente de Fujimori e Collor, e imbuíu-se de promover uma agenda de esquerda de orientação estatista e militarista. Seu discurso atingiu em pouco tempo uma grande parte dos setores insatisfeitos com os políticos tradicionais, os quais eram percebidos como corruptos e ineficientes. De acordo com Roberts, no caso Venezuelano, “Chávez proved to be a master of ‘politics of antipolitics’” (ROBERTS, 2003:36).

Em termos institucionais, os partidos tradicionais perderam muita força com a vitória eleitoral de Chávez. De acordo com Amorim Neto (2002), o que ocorreu sob a presidência de Chávez foi “uma ruptura institucional completa, uma quebra definitiva das regras do jogo político vigentes desde 1958” (AMORIM NETO, 2002: 02). Na Venezuela AD e COPEI foram as principais forças políticas que governaram durante as quatro décadas que antecederam o atual regime. A AD, partido de centro-esquerda com uma base eleitoral multiclassista, foi o maior partido do Congresso até 1998. O COPEI, por sua vez, é um partido democrata-cristão, considerado de centro-direita, com apelo multiclassista e composto por grupos conservadores, a Igreja Católica e o empresariado.

Pouco antes de terminar seu primeiro ano de mandato em 1999, Hugo Chávez dissolveu o Congresso e convocou uma Assembleia Constituinte, conseguindo aprovar as propostas de reformas em referendo popular. Em virtude da nova Carta aprovada foram realizadas novas eleições presidenciais e legislativas em 30 de julho de 2000. No plano Executivo, após um ano e meio de mandato, os resultados destas eleições gerais reforçaram ainda mais o efeito da força carismática e polarizadora de Hugo Chávez, com uma vitória que atingiu 59.8% dos votos.

Em 2007, o presidente enviou à Assembleia um novo projeto de reformas para alterar alguns pontos da Constituição de 1999. Fundamental para o presidente parecia

ser o item em que propunha a possibilidade de reeleições indefinidas, mas, desta vez, a proposta não foi aprovada no referendo popular ocorrido no final deste mesmo ano.

Exatamente um ano depois, Chávez retoma esta discussão e afirma que pretende governar até 2019. O líder afirma que a Emenda Constitucional que eliminará os limites à reeleição do presidente deva ser aprovada o mais tardar em fevereiro deste ano.²⁴

4.2. Os Determinantes do Apoio aos Presidentes Neopopulistas²⁵

No tópico anterior, analisamos o retorno eleitoral das estratégias adotadas por líderes neopopulistas em 30 eleições ocorridas entre 1988 e 2007 nos seis países em estudo. Com base nos critérios discutidos no capítulo 2, quatro dos seis presidentes eleitos até 2006 podem ser considerados neopopulistas: Evo Morales, Rafael Correa, Hugo Chávez e Néstor Kirchner, enquanto Lula e Calderón não se enquadram no conceito formulado.

Este item avalia os determinantes do apoio do público a estas lideranças. Verifica-se em que medida este apoio está condicionado pelos seguintes fatores: 1) a baixa institucionalização do sistema partidário - medida pela confiança em partidos políticos; 2) o personalismo político – medido pelo apoio à líderes fortes e 3) o desempenho do presidente – medido pela satisfação com políticas em sete áreas sociais. Esses três fatores foram medidos com base na percepção do público, como foi justificado no capítulo 3.

24 Venezuela: enmienda con fecha. BBC Mundo. 02 de Dezembro, 2008. In: http://news.bbc.co.uk/1/hi/spanish/latin_america/newsid_7759000/7759907.stm

25 A elaboração das variáveis e questões do survey que serviram para realizar a análise estão detalhadas na tabela 1, encontrada no ANEXO.

Os dados utilizados nessa análise são provenientes da pesquisa Latin American Pulse realizada pela IPSOS em julho de 2007 nos seis países considerados (Argentina n=1200; Brasil n = 1000; Bolívia n= 601; Equador n = 1078; México n = 826; Venezuela n=1000). As amostras probabilísticas por quota são representativas da população com 16 anos ou mais dos respectivos países. Adicionalmente utilizei na Tabela 7 variáveis do Latinobarômetro coletadas entre 1996 e 2004.

O gráfico 2 ilustra os índices de aprovação pública destes presidentes. Tanto a média quanto os índices por país indicam que, de fato, os presidentes têm apoio de uma maioria, indicando um otimismo generalizado com o desempenho destas novas lideranças. A aprovação de Rafael Correa é a mais alta (75%) seguida de Néstor Kirchner (70,5%). Embora alguns indicadores²⁶ demonstraram queda no apoio eleitoral a este último presidente no final de seu mandato, sua imagem foi positiva o suficiente para que ele tenha sido o principal cabo eleitoral da primeira-dama Cristina Kirchner nas últimas eleições presidenciais. O índice de aprovação de Hugo Chávez também contribui muito para representar uma maioria otimista com o desempenho dos presidentes nos 6 países pesquisados pela pesquisa *Latin America Pulse*.

26 Ver os resultados da pesquisa Poliarquia divulgada no artigo do Estado de São Paulo de 15 de outubro/2007, Caderno Internacional, p.A10.

Gráfico 2

Fonte: *IPSOS Latin America Pulse – junho/julho2007*

Vale destacar que existe uma diferença entre os percentuais de apoio ao presidente e apoio ao governo como podemos observar no gráfico 3 (em todos os países, as diferenças entre as médias foram testadas com $p < 0.01$). Quando os entrevistados são perguntados se aprovam o governo do presidente, os índices percentuais médios são maiores do que a aprovação orientada ao governo em geral, mostrando que a avaliação do público à figura da pessoa do líder é diferenciada da imagem do governo enquanto instituição. Essa diferenciação é importante porque na tese, a variável dependente selecionada é, justamente, o apoio do público à pessoa do presidente.

Gráfico 3

Fonte: *IPSOS Latin America Pulse – junho/julho 2007*

À que se pode atribuir parte da explicação do apoio presidencial? As duas hipóteses iniciais do estudo afirmam que os presidentes neopopulistas teriam maior apoio de um público que confere baixa institucionalização ao sistema partidário. Deste modo, este público apresentaria uma orientação política de tipo personalista – orientada a lideranças políticas fortes, capazes de atuar acima das instituições para resolver os problemas do país. Os atuais presidentes personificariam esta preferência por lideranças “inovadoras”, eficazes no combate à pobreza e contrárias às instituições “corruptas”, implicando na disseminação da aprovação popular à figura do presidente. Além disso, este público que aprova a atuação de presidentes neopopulistas atribuiria pouca confiança nas instituições mediadoras fundamentalmente os partidos políticos.

A tabela 7 apresenta os percentuais médios de apoio à instituições da Democracia (veja nota da tabela com a indicação dos anos considerados em cada pesquisa), como os partidos políticos, o Congresso Nacional e as regras constitucionais (Leis) e, também, percentuais de apoio à concentração política de poder nas mãos dos presidentes em 16 países da América Latina. O objetivo desta tabela é reunir um conjunto de indicadores sobre a principal característica da “orientação populista”, relativa ao apoio pela “desinstitucionalização” da autoridade.

Os percentuais médios indicam a presença de uma desconfiança média disseminada em partidos políticos na América Latina. Também indicam que esta tendência parece estar acompanhada de uma orientação favorável a presidentes que se sobreponham às leis, partidos e Congresso Nacional em caso de necessidade.

Tabela 7

Percentuais médios de apoio às instituições representativas e lideranças políticas.

	Não confia em partidos (1)		Não confia em partidos (2)		Presidente não deve limitar-se às leis (3)		Presidente não deve limitar-se às leis (4)		Presidente deve deixar de lado partidos e Congresso (5)		Democracia sem Congresso (6)	
	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Argentina	84	10551	85	1141	31	1137	51	1044	36	1106	29	4250
Bolívia	88	7826	79	588	45	1091	69	570	47	1057	37	3461
Brasil	82	9503	79	980	60	892	83	961	52	888	43	3265
Colômbia	85	9394			55	1069			63	1036	54	3667
Costa Rica	78	7644			47	905			32	912	22	3647
Chile	76	10496			46	1057			36	1031	29	4140
Equador	89	9422	90	1068	61	1078	84	1057	60	1123	65	4340
El Salvador	76	7520			58	800			45	785	27	3129
Guatemala	83	7153			33	854			35	859	38	3231
Honduras	78	7708			35	935			35	934	26	3520
México	76	10929	74	798	33	1148	60	756	24	1115	35	4456
Nicaragua	81	7749			50	930			38	932	27	3622
Panamá	77	7687			42	914			45	912	47	3655
Paraguai	80	5208			29	583			39	557	39	2134
Perú	83	9795			43	1050			28	1047	30	3725
Uruguai	66	10454			25	1074			18	1055	17	4208
Venezuela	81	10767	75	953	32	1105	67	965	30	1154	50	4175
Total	80	149806	81	5528	43	16621	69	5353	39	16504	36	62626

Fonte 1 : Latinobarometro, 1996-2004 para (1); 2002 para (3); 2002 para (5); 1997, 2000, 2001 e 2002 para (6).

Fonte 2: IPSOS - Latin America Pulse, junho/julho de 1997 para (2) e (4).

Com relação à confiança institucional é notável como são altos os percentuais de respondentes que afirmam não confiar em partidos políticos. Esta afirmação é válida para toda América Latina. Com exceção do Uruguai, com uma média de 66%

de respondentes que não confiam em partidos; em todos os demais países os percentuais ultrapassam 70%, atingindo quase 90% na Bolívia e no Equador. Essa tendência na desconfiança partidária é verificada tanto na média do Latinobarômetro de 1996 a 2004 quanto na pesquisa mais recente da IPSOS de 2007.

No Latinobarômetro de 2002 há uma variação percentual maior entre os países quando os entrevistados são questionados se o presidente pode ignorar as Leis em caso de dificuldades. Nesta pesquisa, Equador e Brasil lideram o *ranking* de respostas afirmativas a esta questão com 61% e 60% de concordância, respectivamente. El Salvador, Colômbia e Nicarágua seguem a lista dos países cuja maioria dos entrevistados afirma que o presidente pode desobedecer as leis em caso de dificuldades. Os demais países encontram-se abaixo de 50%. Os dados da pesquisa realizada pela IPSOS em 2007 sobre uma questão muito semelhante revelam que a maioria dos entrevistados nos 6 países da amostra afirma que o presidente pode desobedecer as Leis para ajudar os pobres. Equatorianos e brasileiros novamente lideram o *ranking* de apoio ao “presidente sem Leis” com 84% e 83%, respectivamente. Seguem a lista de apoio com a maioria dos entrevistados Bolívia (69%), Venezuela (67%), México (60%) e Argentina (51%).

Outra questão que indica o apoio do público a presidentes com forte concentração de poder, pergunta aos entrevistados se eles concordam com que o presidente deixe de lado partidos e o Congresso Nacional em caso de dificuldades. Os países cuja maioria concorda com a afirmação são Colômbia (63%), Equador (60%) e Brasil (52%).

A última pergunta da tabela aplicada pelo Latinobarometro em 1997, 2000, 2001 e 2002 mostra a percepção que os entrevistados possuem sobre a relação entre a democracia e as instituições representativas. Ela pede que eles escolham entre duas afirmações: a primeira afirma que “sem Congresso Nacional não pode haver democracia” enquanto a segunda coloca que “pode haver democracia sem Congresso Nacional”. A média percentual dos anos em que a questão foi aplicada indica que a maioria dos entrevistados no Equador (65%), na Colômbia (54%) e na Venezuela (50%) escolheu a segunda afirmação, ou seja, optou por uma democracia sem Congresso Nacional. Panamá e Brasil, embora com percentuais abaixo de 50% demonstram um grande apoio a uma democracia sem Congresso com 47% e 43% respectivamente.

Qual é a conclusão que podemos tirar desses resultados agregados? Embora sejam apenas descritivos, eles sugerem que existe uma tendência generalizada de apoio do público latino-americano a uma democracia “desinstitucionalizada”, na qual o papel dos partidos como instituições mediadoras do poder público tem pouca importância na Região. Também é possível afirmar que o personalismo é bastante evidente em alguns países, pois são altos os índices em torno do apoio a presidentes que não tenham o poder constrangido pelas leis para resolver os problemas da nação. Essa afirmação é válida, sobretudo, para o Equador e o Brasil, países cujas médias percentuais de apoio à “presidentes sem leis” ultrapassam 60% em ambas amostras. Brasileiros e equatorianos também estão entre os menos simpáticos ao Congresso Nacional.

Constatado esse “perfil populista” do público de alguns países da América Latina, marcado pela baixa legitimidade partidária e pelo forte personalismo, pergunta-se: é possível que a aprovação dirigida aos presidentes neopopulistas atuais

possa ser explicada, em parte, por esse aspecto do *apoio difuso*, relativo aos partidos e aos líderes? Acredita-se que sim, que este “perfil populista” da opinião pública seja um componente importante para explicar sua adesão aos presidentes neopopulistas. Mas esta não seria a única explicação. O apoio a estes presidentes também pode ser atribuído a uma segunda dimensão relativa ao *apoio específico* - situada anteriormente no quadro teórico das dimensões da legitimidade - aqui representado pela satisfação com a execução de políticas públicas. A hipótese relacionada com esse aspecto do apoio prevê que a aprovação aos presidentes neopopulistas também esteja condicionada à execução de políticas, principalmente, orientadas ao combate à pobreza.

Sobre esta segunda hipótese, o gráfico 4 a seguir mostra, primeiramente, quais são os cinco problemas considerados mais graves no país. Violência e desemprego se destacam entre os problemas. Na Venezuela, mais de 70% dos entrevistados considera a violência o pior problema do país. Na Argentina, a violência também ocupa o primeiro lugar na gravidade de problemas para mais de 50% dos entrevistados. Mais de 60% dos bolivianos, por sua vez, destaca o desemprego como problema mais grave. Desemprego é o segundo problema mais grave para 44% dos argentinos e 59% dos venezuelanos.

Gráfico 4

Fonte: *IPSOS Latin America Pulse – junho/julho 2007*

A primeira impressão que surge com estes resultados é a de que as políticas de combate à violência e desemprego seriam decisivas ao apoio presidencial. Mas como veremos adiante, são as políticas de combate à pobreza que mais influenciam neste apoio.

Para testar ambas hipóteses - de *apoio difuso* e *específico* na aprovação aos presidentes - foram elaborados modelos individuais de regressão logit com base na pesquisa *Latin America Pulse* de 2007 que podem ser verificados na tabela 8. A atualidade destes dados permite associar a percepção do público sobre as dimensões selecionadas do populismo com os presidentes neopopulistas atualmente em exercício.

Tabela 8

Modelos múltiplos (regressão logit) de aprovação aos presidentes, satisfação com o desempenho do presidente em 7 áreas (apoio específico), apoio a partidos e personalismo (apoio difuso).

está satisfeito com:	Lula		Calderón		Kirchner		Morales		Chavez		Correa (a)	
	OR	sig	OR	sig	OR	sig	OR	sig	OR	sig	OR	sig
1.combate a pobreza	3,000	**	2,050	**	2,064	**	2,055	**	3,686	**	3,379	**
2.combate ao desemprego	1,637		1,534		2,638	**	1,749		3,832	**	1,339	
3.política de segurança	2,245		1,489		1,346		1,252		1,297		1,223	
4.política de educação	1,451		1,600	*	1,364		1,068		2,317	**	1,477	
5.combate à inflação	2,975	**	1,164		1,625		1,701		0,533	*	1,842	**
6.saúde	1,156		1,629	*	1,455		1,678		2,141	**	1,083	
7.relações internacionais	1,098		1,316		3,170	**	4,162	**	2,211	**	2,361	**
Não confia em partidos e políticos tradicionais	0,753		2,119	**	1,033		2,314	**	1,953	**	0,809	--
Um líder forte precisa estar acima das leis para ajudar os pobres	2,094	**	0,867		1,226		1,457		2,264	**	1,421	
N	790		596		859		459		852		968	
log	-423,377		-331,967		-412,392		-234,693		-310,133		-407,092	
Pseudo R2	0,1965		0,143		0,2067		0,2602		0,4196		0,2566	

*p<0,05 **P<0,001

Fonte: IPSOS Latin America Pulse - junho/julho 2007

Notas: (a) No caso equatoriano, optamos por rodar dois modelos: o primeiro contém a variável sobre confiança em partidos e políticos tradicionais. O segundo modelo, OR (2) não contém esta variável dado que o percentual relativo aqueles que NÃO CONFIAM, atinge 90% dos respondentes. Isso limita severamente a capacidade de predição a variável.

Com relação à primeira hipótese de *apoio difuso*, a baixa confiança em partidos políticos tem significância estatística na Venezuela, na Bolívia e no México. Isso quer dizer que a chance de aprovação dos presidentes destes países é, mais ou menos, duas vezes maior entre os indivíduos que não confiam nos partidos políticos. Com relação à segunda hipótese, sobre o impacto do personalismo no apoio, encontramos significância estatística no Brasil e na Venezuela ($p < 0,001$). Nestes dois casos, a chance de aprovação dos presidentes Lula e Hugo Chávez é duas vezes maior entre os indivíduos que apoiam a ideia de que um líder forte possa atuar acima das leis. Na Argentina, ao contrário do que se esperava, o que está em jogo na aprovação presidencial não inclui a capacidade do líder de se sobrepôr às instituições, tampouco a importância que os indivíduos atribuem aos partidos políticos. A aprovação do presidente Kirchner é maior entre os indivíduos satisfeitos com a política de combate à pobreza, entre os que aprovam as políticas de redução do desemprego e estão satisfeitos com a imagem do presidente no exterior.

O caso do Equador exige um cuidado metodológico adicional: a desconfiança em partidos atinge 90% dos entrevistados no país (Tabela 7). Esse resultado indica que não há confiança sistêmica nos partidos políticos nesse país, o que está de acordo com o que a hipótese estabelecia de que, quanto maior a desconfiança nos partidos, maior a probabilidade de que o público venha a manifestar preferência por neopopulistas. A suposição subjacente é que esta relação ocorre tanto no nível sistêmico quanto no nível individual. Ou seja, a hipótese pode ser testada, supõe-se, nos dois níveis. No entanto, como a desconfiança nos partidos atinge mais de 90% da população, quando procuramos testar a hipótese no nível individual não há casos suficientes para se estimar um modelo que tem a desconfiança como variável explicativa, embora o efeito da desconfiança seja exatamente aquele estabelecido pela hipótese. Por esta razão optei por rodar um modelo com a variável explicativa e outro sem essa variável. Os resultados aparecem na Tabela 8. Em ambos modelos a aprovação é maior entre os indivíduos satisfeitos com políticas de combate a pobreza, controle da inflação e com a política externa.

Em geral, os modelos demonstram que o tema do combate à pobreza é um fator determinante do apoio às lideranças avaliadas pelo público. A satisfação com as políticas de segurança, ao contrário, não está relacionada ao apoio ao presidente em nenhum grupo.

A Tabela 9 apresenta os mesmos modelos anteriores com o acréscimo da variável escolaridade em quatro países (Brasil, México, Argentina e Venezuela) nos quais essa informação foi levantada. Após controlar-se pelo efeito da educação não houve modificação nas correlações observadas anteriormente, ou seja, os parâmetros das variáveis apresentados na Tabela 8 ficaram inalterados após a inclusão da educação. A aprovação aos presidentes Lula, Kirschner e Hugo Chávez está

relacionada com níveis mais baixos de escolaridade, influência não observada no apoio ao presidente mexicano.

Tabela 9
Modelos múltiplos (regressão logit) de aprovação aos presidentes, satisfação com o desempenho do presidente em 7 áreas (apoio específico), apoio a partidos políticos e personalismo (apoio difuso) e grau de escolaridade

está satisfeito com:	Lula		Calderón		Kirchner		Chavez	
	OR	sig	OR	sig	OR	sig	OR	sig
1.combate a pobreza	2,965	**	2,046	**	2,074	**	3,607	**
2.combate ao desemprego	1,611		1,573		2,727	**	3,869	**
3.política de segurança	2,152		1,407		1,276		1,318	
4.política de educação	1,439		1,663	*	1,328		2,150	**
5.combate à inflação	3,142	**	1,198		1,716		0,547	*
6.saúde	1,098		1,687	*	1,406		2,252	**
7.relações internacionais	1,178		1,306		3,142	**	2,210	**
Não confia em partidos e políticos tradicionais	0,742		2,139	**	0,994		2,037	**
Um líder forte precisa estar acima das leis para ajudar os pobres	2,030	**	0,866		1,168		2,029	**
Baixa Escolaridade	1,949	*	1,236		1,752	*	2,892	**
Média Escolaridade	1,867	*	0,809		1,515	*	1,455	
N	790		596		859		852	
log	-420,67		-330,193		-409,777		-305,485	
Pseudo R2	0,2016		0,1475		0,2112		0,4283	

*p<0,05 **P<0,001

Fonte: IPSOS Latin America Pulse - junho/julho 2007

A hipótese mais geral da tese estabelecia que deveria existir uma relação entre a estratégia política adotada pelo líder na sua busca pelo poder e o tipo de legitimidade conferida pelo público a esse líder. Presidentes neopopulistas, esperava-se, deveriam ter como base um público disposto a apoiá-los em função de atributos individuais, como a baixa confiança nas instituições e a preferência por uma liderança personalista. Este é o tipo de apoio difuso que confere ao líder uma legitimidade de tipo populista. Portanto, estabelecia a hipótese, tanto a estratégia quanto a

legitimidade conferida pelo público deveriam ser convergentes. Contudo, como podemos observar na síntese dos resultados apresentada no Quadro 4, há presidentes neopopulistas cujo apoio não está relacionado ao tipo de legitimidade esperado (o caso da Argentina) e há países em que o público legitima uma liderança populista e que, no entanto, não são liderados por presidentes neopopulistas (Brasil e México).

Quadro 4

Relação entre a Estratégia Política e o Tipo de Legitimidade

<i>Estratégia Política</i>	<i>Tipo de Legitimidade</i>	
	<i>Populista</i>	<i>Não-populista</i>
<i>Populista</i>	Chávez, Morales, Correia	Kirschner
<i>Não-populista</i>	Lula, Calderón	

Se o tipo de legitimidade apresentasse uma associação perfeita com a estratégia política dos líderes, como estabelecia a hipótese principal da tese, todos os casos deveriam estar na diagonal principal, ou seja Kirchner deveria estar na célula n_{11} e Lula e Calderón na célula n_{22} do Quadro 4. A pergunta que deixo para as considerações finais, portanto, é: - Que outros fatores precisam ser considerados para se entender a predominância da estratégia neopopulista nos seis casos da amostra?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentei uma dupla explicação da ascensão do neopopulismo. Na primeira parte da tese, nos capítulos 1 e 2, procurei enquadrar analiticamente o populismo e o neopopulismo em particular como uma estratégia política seguida por determinados líderes; no capítulo 3, apresentei um modelo sobre o problema da legitimidade conferida pelo público à esses líderes. Dei a isto a designação de demanda por populismo e descrevi a estratégia do líder como o componente da oferta.

Ao confrontar oferta e demanda constatei uma configuração particularmente interessante: há mais demanda por populismo do que oferta em alguns países, e há países onde há mais oferta do que demanda. Considero essa uma questão muito importante de ser enfrentada. Vejamos o que significa cada uma dessas assimetrias.

A oferta de populismo é determinada pela liderança política, que racionalmente, ao engajar-se no jogo eleitoral, opta por utilizar uma determinada estratégia política, a qual consiste de um estilo próprio de comunicação e um discurso polarizador e antissistema que chegam ao público amparados em organizações políticas as quais se pode reconhecer facilmente: são hierárquicas, centralizadas e quase que, exclusivamente, dedicadas à promover o projeto político de seus líderes.

A demanda por populismo, ao seu turno, é determinada pela confiança que o público deposita nas instituições e pela preferência por lideranças personalistas. A satisfação com as políticas de combate à pobreza, como demonstrei no capítulo 4, também é importante. A correlação que identifiquei entre essas variáveis e o apoio aos líderes continuou significativa mesmo após controlar-se pela educação. Em resumo, a preferência por líderes populistas aumenta quando a legitimidade do sistema político é baixa.

A ‘curva de demanda’ por populismo define, como nos modelos econômicos, o quanto o público está disposto a pagar para ter um líder populista no governo. A curva de oferta de populismo, por sua vez, define o quanto as lideranças irão oferecer em função do preço pago pelos eleitores (a moeda nesse mercado é a legitimidade). Como nos mercados de fato, o equilíbrio ocorrerá na interseção das curvas de oferta e demanda. Mas alguns mercados políticos não estão em equilíbrio: a quantidade demandada é maior do que a capacidade de oferta. Na minha leitura, o sistema político é o agente externo com o poder de regular esse mercado para que a demanda por populismo não seja suprida. Mais especificamente este papel é desempenhado pelo sistema partidário. Um sistema partidário forte, capilarizado e com alta legitimidade limita as escolhas dos agentes políticos relevantes. Isto significa que a adoção da estratégia populista torna-se menos provável neste contexto.

Este parece ser o caso do Brasil, caso onde a demanda por populismo é maior do que a oferta. No México ocorre o mesmo (Quadro 4). O que torna o caso brasileiro mais interessante, pelo menos para a análise sobre os fatores institucionais que podem servir de freio ao neopopulismo, é o fato de que no Brasil, 97% dos votos válidos na última eleição presidencial foram dados a candidatos não populistas, enquanto que no México o candidato Obrador, um candidato classificado nesse estudo como neopopulista, foi derrotado por Calderón por uma diferença de menos de um ponto percentual. Os dados do Latin American Pulse que foram analisados mostram que há uma maioria naquele país disposta a legitimar as lideranças populistas. Esta maioria estaria inserida em um sistema político que tem sido capaz de **atender** a essa demanda.

A pergunta que se coloca é por que no Brasil é diferente? Por que não há uma oferta compatível com uma demanda tão elevada? A análise empírica das pesquisas

de opinião indicaram que o público confere uma baixa legitimidade aos partidos e prefere um líder personalista no comando, no entanto, uma série de fatores institucionais parecem frear essa demanda, principalmente o sistema partidário, como indiquei um pouco acima. O problema é que nos estudos comparados sobre o sistema partidário na América Latina, o Brasil é quase sempre descrito como um sistema de baixíssima institucionalização (MAINWARING, 1991, 2001). Que outra característica institucional, portanto, poderia explicar essa configuração? A minha aposta é que o caráter consensual de nosso modelo democrático (no acepção de Lijphart) desempenha um papel relevante no freio ao neopopulismo; ele modera o poder executivo em função da presença de mecanismos constitucionais de controle que são atribuídos ao judiciário e ao legislativo, garante poder de veto às minorias e articula um sistema multipartidário à um governo formado por uma ampla coalização de forças. Em poucas palavras: este é um desenho constitucional que limita o poder da maioria. O que é uma característica extremamente desejável quando se tem que lidar com um movimento de maioria que parece ter se cansado do argumento de que a minoria precisa ter os seus direitos respeitados.

Vejamos então como essa ideia pode ajudar a responder as perguntas que foram formuladas no capítulo 4, na parte em que analisei o desempenho de Lula e o papel do PT no novo ciclo democrático pós-1982. Algumas perguntas ficaram no caminho. Vou escolher algumas que, acredito, possam ajudar a entender o papel do modelo consensual como fator de freio ao populismo.

Diante de um eventual cenário de crise política ou econômica, não seria possível que o presidente Lula optasse por uma estratégia neopopulista de mobilização? Como Chávez e Morales, poderia Lula usar o poder do estado para organizar um novo movimento político de apoio ao seu governo, convocar plebiscitos

e polarizar a sociedade? Optaria por fazer do seu carisma o principal instrumento de seu exercício do poder?

Ofereço uma resposta comum a essas três perguntas. A grande vantagem da definição política do populismo que utilizei, e de sua interpretação como uma estratégia política, é que esta não supõe que os agentes individuais sejam entidades inertes que têm suas ações determinadas pelas engrenagens da estrutura socioeconômica ou institucional.

Há uma clara oportunidade não explorada no mercado eleitoral brasileiro. A legitimidade de instituições fundamentais do nosso sistema político, como os partidos, é baixa, e o público ainda espera majoritariamente que o líder seja capaz de se sobrepor ao status-quo para promover políticas de combate à pobreza. A pior notícia é que essas variáveis estão positivamente correlacionadas com o apoio do público ao atual presidente. Portanto, o equilíbrio político é frágil. O apelo carismático e o discurso polarizador do tipo “primeiro os pobres”, estão, por assim dizer, ao alcance da mão. O seu carisma foi cuidadosamente polido ao longo de sua carreira e este lhe foi e é útil em vários momentos; já a radicalização do discurso é puro contexto. O custo da cooperação com a estabilidade pode ser, em algumas situações, maior do que o custo da radicalização. Basta que se apresente a oportunidade e a radicalização será uma alternativa viável. O PT representará provavelmente um freio importante a qualquer movimento desse tipo, seja por sua forte institucionalização, seja devido a sua estrutura organizacional interna mais democrática. Um freio, entretanto, longe de ser intransponível uma vez que a força eleitoral de Lula é consideravelmente maior do que a do PT.

É importante alargar um pouco o escopo dessa análise para além do caso brasileiro. O que os dados reunidos nesse estudo permitem dizer sobre os presidentes

que efetivamente são neopopulistas? Como esses se relacionam com os sistemas democráticos no qual ganharam as eleições? Os líderes neopopulistas destruirão a democracia representativa?

Vamos começar a análise pelo núcleo duro do neopopulismo latino-americano, Chávez, Correa e Morales. Todos se empenharam em construir formas institucionalmente inovadoras, desenhadas com o objetivo de maximizar os mecanismos plebiscitários de poder. A aparição desses líderes foi precedida (Chávez e Correa) ou ocasionou a destruição (Morales) dos sistemas partidários de seus respectivos países. Os partidos políticos tradicionais eram ou tornaram-se, portanto, agentes com pouca ou nenhuma influência na estruturação das preferências dos eleitores. Não surpreendentemente encontramos uma enorme semelhança na retórica desses políticos quanto a necessidade de se derrubar as instituições consideradas corruptas que antes exerciam o monopólio da representação.

Chávez é, obviamente, o líder neopopulista que melhor representa o sucesso desta estratégia. Ele foi capaz de mobilizar o apoio da maioria dos eleitores venezuelanos para modificar sucessivamente a Constituição e também em sua iniciativa de confrontação aos meios de comunicação independentes. Com a justificativa de combate à corrupção que abatia a “partidocracia” venezuelana e promessas de promoção de justiça social, fez seu projeto político prevalecer na Assembleia Constituinte e obteve controle total sobre praticamente todas as instituições do Estado. A ação para modificar 33 artigos da Constituição venezuelana entre eles, o projeto de acabar com o fim do limite à reeleição, não foi aprovada no referendo popular, mas mostrou a importância das atitudes do público no destino de uma democracia. Um novo referendo está prestes a acontecer, e apoiado neste

resultado, Chávez novamente irá tentar prorrogar sua permanência como presidente da Venezuela até 2019.

A estratégia de Morales e Correa foi muito semelhante a de Chávez. O primeiro prometeu “refundar” a democracia boliviana com uma nova Constituição, finalmente aprovada em janeiro de 2009. E Correa obteve sua grande conquista no final de setembro de 2008, com a aprovação popular da nova Constituição no Equador.

Um olhar mais detido sobre as mudanças operadas por esses líderes mostra que estão sendo eliminados das novas Constituições justamente os mecanismos de partilha do poder executivo, um dos traços do modelo consensual que apontamos como uma das características institucionais que contribui para controlar a oferta de populismo.

Com o intuito de verificar se há um movimento em direção à concentração de poder no Executivo, Lameirão (2008) analisa comparativamente as propostas de reforma de Chávez, Morales e Correa e as atuais Constituições presentes em seus respectivos países.

Na Constituição promulgada no primeiro ano de Chávez destacam-se a) a extinção do Senado, tornando o Legislativo unicameral – medida que retirou do âmbito do Legislativo o encaminhamento de processo de destituição presidencial e b) a extensão do período presidencial do período de cinco para seis anos, com possibilidade de reeleição consecutiva para mais um mandato. Na proposta de 2007, a autora ressalta duas novas atribuições presidenciais que reforçam os recursos de poder do Executivo: a) ordenamento e gestão do território do Distrito Federal, Estados e municípios e demais dependências federais e subnacionais de acordo com as leis nacionais e 2) criação ou extinção de províncias, territórios e cidades federais e

demais dependências federais e regiões estratégicas de defesa, assim como o o desígnio ou remoção de suas autoridades conforme a lei. Na Bolívia o processo de mudança da Carta de 1967 prevê 3 itens de destaque a) a possibilidade de reeleição consecutiva, por apenas uma vez ; b) a capacidade do chefe do executivo de ditar decretos supremos e resoluções e c) de apresentar projetos de lei de urgência econômica, para consideração da Assembleia Legislativa, a qual deverá tratá-los com prioridade. No Equador, com relação ao Executivo destaca-se a inclusão do art. 150, no qual o presidente passa a contar com a prerrogativa de dissolver o Legislativo.

Há algumas diferenças importantes entretanto entre o projeto de construção de um hiper poder executivo de Chávez e o projeto de Morales para a Constituição da Bolívia. Até o momento está mantido o bicameralismo com uma Câmara de Deputados e outra de “Representante Departamentais”. Lameirão (2008) avalia que no caso Boliviano não se verifica uma tendência de enfraquecimento das atribuições legislativas que possa ser comparada ao que foi realizado na Venezuela. Não obstante sejam mais fracos, estão em marcha mudanças que darão ao presidencialismo boliviano um aspecto muito mais majoritário e plebiscitário do que o atual.

Uma última palavra sobre o futuro do neopopulismo.

Os populistas mortos, aqueles que governaram o continente nas décadas de 30 a 60, defenderam seus governos e movimentos de uma forma muito parecida com o que fazem os populistas vivos. Justificaram seu discurso e seus apelos de mobilização como uma necessidade política imediata e como a única forma eficaz de articular as demandas dos pobres a um proceso de participação direta que iria produzir uma agenda de mudanças. As “forças conservadoras” aquarteladas no poder legislativo, e no judiciário, certamente tentariam resistir. No entanto, esperava-se que a participação dos ‘de baixo’ fosse capaz de criar um novo senso de pertencimento à

comunidade política. Não eram políticos que desejavam exatamente transcender a sociedade de classes, mas reformar-lhe os fundamentos que pareciam inevitavelmente ligados à pobreza e à desigualdade, pretendiam promover novas formas de solidariedade e produzir um novo ciclo de prosperidade e crescimento. Ocuparam os balcões, encheram as praças; e o que parecia uma promessa de futuro foi na verdade uma despedida.

BIBLIOGRAFIA

- Abranches, Sérgio. 1988. "Presidencialismo De Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 31 (1): 5-34.
- Amorim Neto, Octavio. 2002. "De João Goulart a Hugo Chávez: A Política Venezuelana à Luz Da Experiência Brasileira." *Opinião Pública* 8 (2): 251-74.
- Anderson, Christopher, and Christine A. Guilory. 1997. "Political Institutions and Satisfaction with Democracy." *American Political Science Review*, 91 (1): 66-81.
- Basurto, Jorge. 1999. "Populism in Mexico: From Cárdenas to Cuauhtémoc." In *Populism in Latin America*, ed. Michael L. Conniff. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press.
- Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci, and Gianfranco Pasquino. 1986. *Dicionário de Política*. 2th ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Borba, Julian. 2005. "Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: Alguns Apontamentos Teóricos Sobre o Caso Brasileiro." *Opinião Pública* 11 (1): 147-68.
- Campello de Souza, Maria do Carmo. 1989. "A Nova República Brasileira: Sob a Espada De Dâmocles." In *Democratizando o Brasil*, ed. Alfred Stepan. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Campello de Souza, Maria do Carmo. 1990. *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.
- Canovan, Margaret. 1999. "Trust the People! Populism and Two Faces of Democracy." *Political Studies* 47 (1).
- Capelato, Maria Helena Rolim. 2001. "Populismo Latino Americano Em Discussão." In *Populismo e Sua História: Debate e Crítica*, ed. Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, Fernando H., and Enzo Faletto. 2004. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina : Ensaio de Interpretação Sociológica*. 8th ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carranza, Romero, and Rodrigues Varela Ventura. 1993. *Historia Política y Constitucional de la Argentina: Las Presidencias*. Buenos Aires: AZ Editora.
- Carreirão, Yan de Souza. 2002. *A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras*. Florianópolis/ Rio de Janeiro: Editora da UFSC/ Editora FGV.
- Castro, Monica M. 1994. "Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Tese da Sofisticação Política." Tese de Doutorado.
- Castro, Monica M. 1997. "O Comportamento Eleitoral no Brasil: Diagnóstico e Interpretações." *Revista Teoria e Sociedade* 1 : 126-68.
- Conniff, Michael L. 1999. "Introduction." In *Populism in Latin America*, ed. Michael L. Conniff. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press.
- Converse, Phillipe. 1964. "The Nature of Belief Systems in Mass Publics." In *Ideology and Discontent*, ed. D. E. Apter. New York: The Frie Press.

- Dalton, Russell. J. 2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices: the Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Dalton, Russell J. 1999. "Political Support in Advanced Industrial Democracies." In *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, ed. Pippa Norris. New York: Oxford University Press.
- D'Araújo, Maria Celina. 2000. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Della Porta, Donatella. 2000. "Social Capital, Beliefs in Government, and Political Corruption." In *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?*, ed. Susan J. Pharr and Robert D. Putnam. Princeton: Princeton University Press.
- Di Tella, Torcuato S. 1977. "Populismo y Reformismo." In *Populismo y Contradicciones de Clase en Latinoamérica*, ed. Gino Germani, Torcuato S. Di Tella and Octavio Ianni. México: Ediciones Era.
- Dietz, Henry A. 1987. "Republic of Peru." In *World Encyclopedia of Political Systems & Parties*, ed. George E. Delury. Second Edition. New York and Oxford: Facts on File Publications.
- Dix, Robert H. 1985. "Populism: Authoritarian and Democratic." *Latin American Research Review* 20 (2): 29-52
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0023-8791%281985%2920%3A2%3C29%3APAAD%3E2.0.CO%3B2-V>.
- Dornbusch, Rudiger, and Sebastian Edwards. 1991. "The Macroeconomics of Populism." In *The Macroeconomics of Populism in Latin America*, ed. Rudiger Dornbusch and Sebastian Edwards. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Drake, Paul W. 1982. "Populism in South America." *Latin American Research Review* 17 (1): 190-9 <http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0023-8791%281982%2917%3A1%3C190%3APISA%3E2.0.CO%3B2-0>.
- Easton, David. 1965. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: Wiley.
- Easton, David. 1975. "A Re-Assessment of the Concept of Political Support." *British Journal of Political Science* 5 : 435-57.
- Fausto, Boris. 2006. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Ferreira, Jorge. 2001. "O Nome e a Coisa: O Populismo na Política Brasileira." In *O Populismo e Sua História: Debate e Crítica*, ed. Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.
- Figueiredo, Marcus. 1991. *A Decisão do Voto*. São Paulo: Sumaré.
- Germani, Gino. 1973. *Política e Sociedade Numa Época de Transição : da Sociedade Tradicional a Sociedade de Massa*. São Paulo: Mestre Jou.
- Germani, Gino. 1977. "Democracia Representativa y Clases Populares." In *Populismo y Contradicciones de Clase En Latinoamérica*, ed. Gino Germani, Torcuato S. Di Tella and Octavio Ianni. México: Ediciones Era.
- Germani, Gino, Torcuato S. Di Tella, and Octavio Ianni. 1977. *Populismo y Contradicciones de Clase en Latinoamérica*. México: Ediciones Era, S.A.

- Gilbert, Jonathan. 2007. *Populism: Archival Concept or 21 Century Reality?* Chicago: ISA Annual Convention.
- Guedes, Barbara. 1991. "A Game Theoretic Model of Reform in Latin America Democracies." *American Political Science Review* 85 : 371-92.
- Guedes, Barbara. 1994. "Uses and Limitations of Rational Choice in the Study of Developing Countries." In *Comparative Perspectives on Latin America: Methods and Analysis*, ed. Peter Smith. Boulder: Westview.
- Gunther, José R., and Richard, Monteiro. 2003. "Legitimidade Política Em Novas Democracias." *Opinião Pública* 9 (1): 1-43.
- Phil Gunson, "Mexico's most Reviled President," *The Guardian*, sec. Obituary. <http://www.guardian.co.uk/news/2004/feb/20/guardianobituaries>.
- Hall, Peter, and Rosemary Taylor. 2003. "As Três Versões do Neo-Institucionalismo." *Lua Nova* 58 : 193-223.
- Hawkins, Kirk A., and David R. Hansen. 2006. "Dependent Civil Society: The Circulos Bolivarianos in Venezuela." *Latin American Research Review* 41 (1): 102-32.
- Holmberg, Soren. 1999. "Down and Down we Go: Political Trust in Sweden." In *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, ed. Pippa Norris. New York: Oxford University Press.
- Horowitz, Joel. 1999. "Populism and its Legacies in Argentina." In *Populism in Latin America*, ed. Michael L. Conniff. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press.
- Ianni, Octavio. 1975. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 3rd ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ianni, Octavio. 1977. "Populismo y Relaciones De Clase." In *Populismo y Contradicciones de Clase en Latinoamerica*, ed. Gino Germani, Torcuato S. Di Tella and Octavio Ianni. México: Ediciones Era.
- Ianni, Octavio. 1989. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2nd ed. São Paulo: Editora Ática S. A.
- Kaufman, Robert, R., and Barbara Stallings. 1991. "The Political Economy of Latin America Populism." In *The Macroeconomics of Populism in Latin America*, ed. Rudiger Dornbusch and Sebastian Edwards. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- King, A. 2002. "Conclusions and Implications." In *Leaders' Personalities and the Outcomes of Democratic Elections*, ed. A. King. Oxford: Oxford University Press.
- King, A. 2002. "do Leaders' Personalities really Matter?" In *Leaders' Personalities and the Outcomes of Democratic Elections*, ed. A. King. Oxford: Oxford University Press.
- Kinzo, Maria D'Alva G. 1988. *Oposição e autoritarismo : gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo: Vertice, Editora Revista dos Tribunais.
- Kinzo, Maria D'Alva G. 1993. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung.

- Knight, Alan. 1998. "Populism and Neo-Populism in Latin America, especially Mexico." *Journal of Latin American Studies* 30 (2): 223-48
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0022-216X%28199805%2930%3A2%3C223%3APANILA%3E2.0.CO%3B2-F>.
- Konberg, A., and H. D. Clarke. 1992. *Citizens and Community: Political Support in a Representative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lameirão, Camila Romero. 2008. *Reformas Constitucionais e Presidencialismo: o Caso da Venezuela, Bolívia e Equador*. Caxambu: 32º. Encontro Anual da ANPOCS.
- Lamounier, Bolivar. 1989. *Partidos e Utopias: O Brasil no Limiar dos Anos 90*. São Paulo: Loyola.
- Lamounier, Bolivar. 2005. *Da Independência a Lula: Dois Séculos de Política Brasileira*. São Paulo: Augurium Editora.
- Lamounier, Bolivar, and Rachel Meneguello. 1986. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática - O Caso Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- Lamounier, Bolivar, and Amaury Souza. 1991. "Democracia e Reforma Institucional no Brasil: Uma Cultura Política Em Mudança." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 34 (3).
- Legler, Thomas. 2006. "Bridging Divides, Breaking Impasses: Civil Society in the Promotion and Protection of Democracy in the Americas." *FOCAL Policy Paper*
<http://www.focal.ca/pdf/Legler.pdf>.
- Lima Jr., Olavo Brasil. 1983. *Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Federal e Regional (1945/64)*. Rio de Janeiro: Graal.
- Lima Jr., Olavo Brasil. 1997. *O Sistema Partidário Brasileiro*. 1st ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Linz, Juan J., and Alfred Stepan. 1996. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press
- Liphart, Arend. 1984. *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Heaven: Yale University Press.
- López Maya, Margarita. 2004. "Hugo Chávez Frías: His Movement and His Presidency." In *Venezuelan Politics in the Chávez Era*, ed. Steve Ellner and Daniel Hellinger. Colorado: Rienner.
- Lynch, Nicolás. 1999. "Neopopulismo, Un Concepto Vacío " *Socialismo y Participación* 86 : 63-80.
- Mackinnon, Maria Moira, and Mario Alberto Petrone, eds. 1998. *Populismo y Neopopulismo en America Latina: El Problema de la Cenicienta*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Mainwaring, Scott. *Sistemas Partidários em Novas Democracias. O Caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Mainwaring, Scott. 1991. "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil Numa Perspectiva Comparada." *Novos Estudos Cebrap* 29 .

- Mainwaring, Scott. 1993. "Democracia Presidencialista Multipartidária: O Caso do Brasil." *Lua Nova - Revista de Cultura Política* 23 (24).
- Mainwaring, Scott. 1999. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Mainwaring, Scott, Daniel Brinks, and Aníbal Pérez-Liñán. 2001. "Classificando Regimes Políticos Na América Latina, 1945-1999." *Dados - Revista de Ciências Sociais* 44 (4): 645-87.
- Mainwaring, Scott, and Timothy R. Scully. 1994. "A Institucionalização Dos Sistemas Partidários Na América Latina." *Revista Dados* 37 (1).
- Mainwaring, Scott, and Timothy R. Scully. 1995. "Party Systems in Latin America." In *Building democratic institutions: party systems in Latin America*, ed. Scott Mainwaring and Timothy R. Scully. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Mainwaring, Scott, and Mariano Torcal. 2005. "Teoria e Institucionalização Dos Sistemas Partidários Após a Terceira Onda De Democratização." *Opinião Pública* 11 (2): 249-86.
- Mainwaring, Scott, and Edurne Zoco. 2007. "Political Sequences and Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies." *Party Politics* 13 (2): 155-78.
- March, James, and Johan Olsen. 1984. "The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life." *American Political Science Review* 78 : 734-49.
- Meneguello, Rachel. "Partidos e Tendências do Comportamento: O Cenário Político Em 1994." In *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, ed. Dagnino. São Paulo: Brasiliense.
- Meneguello, Rachel. 1998. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Meneguello, Rachel. 2007. *Trust in Government and Democratic Adherence: Brazil, 2002-2006*. Oxford University.
- Mény, Y. 1990. *Government and Politics in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Moisés, José Álvaro. 1995. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Ática.
- Moisés, José Álvaro. 2005a. "Cidadania, Confiança e Instituições Democráticas." *Lua Nova - Revista de Cultura Política* 65 : 71-94.
- Moisés, José Álvaro. 2005b. "A Desconfiança Nas Instituições Democráticas." *Opinião Pública* 11 (1): 33-63.
- Moisés, José Álvaro. 2006. "Citizen's Distrust in Democratic Institutions." *International Review of Sociology* 16 (3): 593-616.
- Moisés, José Álvaro. 2006. "The Effect of Trust for Democratic Institutions." *Revue Internationale de Sociologie*, v. 16, p. 591-592, 2006. 16 : 591-2.
- Moisés, José Álvaro, and Gabriela Piquet Carneiro. 2008. "Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – o Caso do Brasil." *Opinião Pública* 14 (1): 1-42.

- Murillo, M. Victoria. 2000. "From Populism to Neoliberalism: Labor Unions and Market Reforms in Latin America." *World Politics* 52 (2): 135-74.
- Navia, Patricio. 2003. "Partidos Políticos Como Antídoto Contra El Populismo En América Latina." *Revista de Ciência Política* 23 (1): 19-30.
- Neves, Lucília de Almeida. 2001. "Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: Um Projeto Para o Brasil." In *O Populismo e Sua História: Debate e Crítica*, ed. Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Norgaard, Soone. 1996. "Rediscovering Reasonable Rationality in Institutional Analysis." *European Journal of Political Research* 29 .
- Norris, Pippa. 1999. *Critical Citizens*. New York: Oxford University Press.
- Norris, Pippa. 1999. "Introdução." In *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, ed. Pippa Norris. New York: Oxford University Press.
- Nye, Jr J., P. D. Zelikow, and D. C. King, eds. 1997. *Why People Don't Trust in Government*. Cambridge: Harvard University Press.
- O'Donnell, Guillermo. 1973. *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Berkeley: Institute of International Studies.
- O'Donnell, Guillermo. 1990. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- O'Donnell, Guillermo. 1991. "Democracia Delegativa ?" *Novos Estudos Cebrap* 31 : 25-40.
- Pereira, Luiz Carlos Bresser. 1991. "Populism and Economic Policy in Brazil." *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 33 (2): 1-21
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0022-1937%28199122%2933%3A2%3C1%3APAEP%3E2.0.CO%3B2-V>.
- Pharr, S. J., R. D. Putnam, and R. J. Dalton. 2000. "A Quarter Century of Declining Confidence." *Journal of Democracy* 11 (2): 5-25.
- Quijano, Aníbal. 1998. "Populismo y Fujimorismo." In *El Fantasma del Populismo: Aproximación a un Tema (Siempre) Actual*, ed. Felipe Burbano de Lara. Caracas: Editorial Nueva Sociedad.
- Reis, Fábio W. 2000. *Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Edusp.
- Resende-Santos, João. 2001. "Democracy, Equity, and Governance in Brazil." *Latin American Research Review* 36 (1): 207-37
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0023-8791%282001%2936%3A1%3C207%3ADEAGIB%3E2.0.CO%3B2-O>.
- Roberts, Kenneth M. 1996. "Economic Crisis and the Demise of the Legal Left in Peru." *Comparative Politics* 29 (1): 69-92
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0010-4159%28199610%2929%3A1%3C69%3AECATDO%3E2.0.CO%3B2-G>.
- Roberts, Kenneth M. 2003. "Social Correlates of Party System Demise and Populist Resurgence in Venezuela." *Latin American Politics and Society* 45 (3): 35-57
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=1531-426X%28200323%2945%3A3%3C35%3ASCOPSD%3E2.0.CO%3B2-B>.

- Roberts, Kenneth M. 2006. "Populism, Political Conflict and Grass-Roots Organization in Latin America: A Comparison of Fujimori and Chavez." *Comparative Politics* 38 (2): 127-48.
- Roberts, Kenneth M. 2007. *Latin America's Populist Revival*. <http://www.einaudi.cornell.edu/LatinAmerica/conference/leftturn/pdf/Roberts.pdf>.
- Roberts, Kenneth M., and Erik Wibbels. 1999. "Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations." *The American Political Science Review* 93 (3): 575-90
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0003-0554%28199909%2993%3A3%3C575%3APSAEVI%3E2.0.CO%3B2-2>.
- Sachs, Jeffrey, Y. 1990. *Social Conflict and Populist Politics in Latin America*. San Francisco: ICS Press.
- Santos, W. G. dos. 1985. *Brasil: Sociedade Democrática*. São Paulo: Vertice.
- Santos, W. G. dos. 1986. *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vertice.
- Sartori, Giovanni. 1968. "Political Development and Political Engineering." In *Public Police*, ed. John Montgomery and Albert Hirshman. Cambridge: Harvard University Press.
- Sartori, Giovanni. 1972. "European Political Parties: The Case of Polarized Pluralism." In *Political Parties and Political Development*, ed. Joseph Lapalombara and Myron Weiner. Princeton: Princeton University Press.
- Seligson, Mitchell A. 2007. "The Rise of Populism and the Left in Latin America." *Journal of Democracy* 18 (3).
- Seligson, Mitchell A., John Booth A., and Miguel B. Gómez. 2006. "Os Contornos Da Cidadania Crítica: Explorando a Legitimidade Democrática." *Opinião Pública* 12 (1): 1-37.
- Silveira, F. 1998. *A decisão do voto no Brasil*. Edipucrs: Edipucrs.
- Singer, André. 2002. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- Sosa de Leon, Mireya. 2004. "Populism and Getulism in the Brazil of Getulio Vargas, 1930-1945/1950-1954." *Tierra Firme* 22 (88): 469-86.
- Stanley, R. Ross. 1975. *Is the Mexican Revolution Dead?* 2nd ed. Philadelphia: Temple Univ. Press.
- Stein, Steve. 1999. "The Paths to Populism in Peru." In *Populism in Latin America* Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press.
- Tello, Manuel, ed. 1975. *La política exterior de México: 1970-1976*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- Torre, Carlos De La. 2003. "Masas, Pueblo y Democracia: Un Balance Crítico De Los Debates Sobre El Nuevo Populismo." *Revista de Ciência Política* 23 (1): 55-66.
- Torre, Carlos De La. 2000. *Populist seduction in Latin America: the Ecuadorian experience*. Athens: Ohio Univ. Center for International Studies.
- Torre, Carlos De La. 1997. "Populism and Democracy: Political Discourses and Cultures in Contemporary Ecuador." *Latin American Perspectives* 24 (3,

- Ecuador, Part 1: Politics and Rural Issues): 12-24
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0094-582X%28199705%2924%3A3%3C12%3APADPDA%3E2.0.CO%3B2-8>
- Torre, Carlos De La. 1993. *La seducción velasquista* Torre, Carlos de la. Quito: Flacso - Ediciones Libri Mundi.
- Vilas, Carlos M. 2003. "Populismos Reciclados o Neoliberalismo a Secas? El Mito Del Neopopulismo Latino-americano." *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* 9 (3): 13-36.
- Villa, Rafael Duarte, and Vivian Dávila Urquidi. 2006. "Venezuela e Bolívia: Legitimidade, Petróleo e Neopopulismo." *Política Externa* 14 (4).
- Weber, Max. 1994. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: UNB.
- Weffort, Francisco C. 1965. "Raízes Sociais do Populismo Em São Paulo." *Revista Civilização Brasileira*: 39-60.
- Weffort, Francisco C. 1967. "Estado e Massas no Brasil." *Revista Civilização Brasileira*: 137-58.
- Weffort, Francisco C. 2003. *O Populismo na Política Brasileira*. 5th ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Weyland, Kurt. 1993. "The Rise and Fall of President Collor and its Impact on Brazilian Democracy." *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 35 (1): 1-37 <http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0022-1937%281993%2935%3A1%3C1%3ATRAFOP%3E2.0.CO%3B2-0>.
- Weyland, Kurt. 1996. "Development, Democracy, and Inequity: New Contributions on the Brazilian Political Economy." *Latin American Research Review* 31 (3): 189-202 <http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0023-8791%281996%2931%3A3%3C189%3ADDAINC%3E2.0.CO%3B2-F>.
- Weyland, Kurt. 1996. "Risk Taking in Latin American Economic Restructuring: Lessons from Prospect Theory." *International Studies Quarterly* 40 (2): 185-207 <http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0020-8833%28199606%2940%3A2%3C185%3ARTILAE%3E2.0.CO%3B2-Q>.
- Weyland, Kurt. 1997. "'Growth with Equity' in Chile's New Democracy?" *Latin American Research Review* 32 (1): 37-67 <http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0023-8791%281997%2932%3A1%3C37%3A%22WEICN%3E2.0.CO%3B2-T>.
- Weyland, Kurt. 1998. "Peasants Or Bankers in Venezuela? Presidential Popularity and Economic Reform Approval, 1989-1993." *Political Research Quarterly* 51 (2): 341-62 <http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=1065-9129%28199806%2951%3A2%3C341%3APOBIVP%3E2.0.CO%3B2-R>.
- Weyland, Kurt. 1998. "The Political Fate of Market Reform in Latin America, Africa, and Eastern Europe." *International Studies Quarterly* 42 (4): 645-73 <http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0020-8833%28199812%2942%3A4%3C645%3ATPFOMR%3E2.0.CO%3B2-O>.
- Weyland, Kurt. 1999a. "Neoliberal Populism in Latin America and Eastern Europe." *Comparative Politics* 31 (4): 379-401

<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0010-4159%28199907%2931%3A4%3C379%3ANPILAA%3E2.0.CO%3B2-A>.

Weyland, Kurt. 1999b. "Populism in the Age of Neoliberalism." In *Populism in Latin America*, ed. Michael L. Conniff. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press.

Weyland, Kurt. 1999c. "Economic Policy in Chile's New Democracy." *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 41 (3): 67-96
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0022-1937%28199923%2941%3A3%3Cv%3AEPICND%3E2.0.CO%3B2-%23>.

Weyland, Kurt. 2000. "A Paradox of Success? Determinants of Political Support for President Fujimori." *International Studies Quarterly* 44 (3): 481-502
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0020-8833%28200009%2944%3A3%3C481%3AAPOSDO%3E2.0.CO%3B2-Z>.

Weyland, Kurt. 2001. "Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics." *Comparative Politics* 34 (1): 1-22
<http://links.jstor.org.ezp2.harvard.edu/sici?sici=0010-4159%28200110%2934%3A1%3C1%3ACACCPI%3E2.0.CO%3B2-N>.

Wolff, Jonas. 2005. "Ambivalent Consequences of Social Exclusion for Real-Existing Democracy in Latin America: The Example of the Argentine Crisis." *Journal of International Relations and Development* 8 (1): 58-87.

ANEXOS

Tabela 1: Validação dos níveis de análise a partir da análise fatorial com Rotação Varimax.

Rotated Component Matrix(a)

	Component		
	1	2	3
lider forte pode proteger os pobres contra os ricos	.058	.852	.007
lider forte pode não cumprir as regras	.092	.844	.003
partidos não são confiáveis	.004	.010	.998
ajuda população pobre	.731	.111	.006
combate desemprego	.659	-.032	.055
garante segurança	.672	-.014	-.045
melhora educação	.773	.117	-.008
combate a inflação	.703	.061	.010
satisfação com a saúde	.763	.075	-.027
satisfação com relações internacionais	.671	.088	.016

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a Rotation converged in 3 iterations.

Source: IPSOS - Latin America Pulse, 2007.

Tabela 2

Tabela 1: Distribuição percentual das variáveis utilizadas na análise.							
	Média	Brasil	México	Argentina	Bolívia	Venezuela	Equador
variáveis de apoio específico (1)							
aprova o desempenho do presidente (a)	67	62	64	71	53	68	76
aprova o desempenho do governo em geral (b)	62	49	58	69	49	65	72
variáveis de apoio específico (2)							
combate a pobreza	47	39	37	32	41	64	69
combate ao desemprego	34	20	31	39	25	38	46
política de segurança	26	13	34	11	22	31	49
política de educação	46	32	45	32	37	63	66
combate à inflação	38	37	28	21	28	56	56
saúde	45	19	46	32	38	68	67
relações internacionais	50	39	41	56	33	59	61
variáveis de apoio difuso (3)							
Não confia em partidos e políticos tradicionais (a)	81	79	74	85	79	75	90
Um líder forte precisa estar acima das leis para ajudar os pobres (b)	69	83	60	51	69	67	84
Não confia em partidos (c)	83	82	76	84	88	81	89
Um líder forte precisa estar acima das leis para ajudar os pobres (d)	43	60	33	31	45	32	61
Presidente deve deixar de lado partidos e Congresso Nacional (e)	41	52	24	36	47	30	60
Apoia Democracia sem Congresso Nacional (f)	43	43	35	29	37	50	65
escolaridade (4)							
baixa escolaridade (analfabeto + primário incompleto/completo)	27	39	31	23		17	
média escolaridade (ginásio incompleto/completo e colegial incompleto/completo)	55	51	55	58		57	
alta escolaridade (superior incompleto/completo)	18	10	13	18		25	
<p>(1) Percentuais de aprovação foram tomados da seguinte questão (IPSOS, Latin America Pulse, 2007): (a) PENSANDO NO PRESIDENTE (...) EM GERAL, VOCÊ APROVA MUITO, APROVA UM POUCO, DESAPROVA MUITO, DESAPROVA UM POUCO OU NÃO APROVA NEM DESAPROVA A MANEIRA EM QUE O PRESIDENTE TEM SE DESEMPENHADO? Percentuais indicam apenas respostas relativas à APROVA MUITO E APROVA UM POUCO.</p> <p>(b) EM GERAL, VOCÊ APROVA MUITO, APROVA UM POUCO, DESAPROVA MUITO, DESAPROVA UM POUCO OU NÃO APROVA NEM DESAPROVA A ATUAÇÃO DO GOVERNO NACIONAL? Percentuais indicam apenas respostas relativas à APROVA MUITO E APROVA UM POUCO.</p> <p>(2) Os percentuais se referem aos entrevistados que responderam estarem SATISFEITOS e MUITO SATISFEITOS com os resultados que o governo tem conseguido nas áreas mencionadas. (IPSOS: Latin America Pulse, 2007):</p> <p>(3) Os percentuais foram elaborados a partir dos respondentes que CONCORDARAM com as seguintes afirmações (IPSOS: Latin America Pulse, 2007) :</p> <p>(a) Os partidos e políticos tradicionais não são confiáveis. (b) Às vezes um líder forte precisa desrespeitar as leis para ajudar os pobres.</p> <p>(c) QUANTA CONFIANÇA VOCÊ POSSUI... NOS PARTIDOS POLÍTICOS? VOCÊ DIRIA QUE TEM MUITA CONFIANÇA, ALGUMA CONFIANÇA, POUCA CONFIANÇA OU NENHUMA CONFIANÇA? Resultados indicam a média da soma de POUCA CONFIANÇA E NENHUMA CONFIANÇA (Latinobarômetro, 96-2004)</p> <p>VOCÊ CONCORDA MUITO, CONCORDA, DISCORDA OU DISCORDA MUITO DAS SEGUINTE AFIRMAÇÕES: (d) EM CASO DE DIFICULDADES QUE O PRESIDENTE NÃO SE LIMITE ÀS LEIS (percentuais indicam aqueles que CONCORDAM MUITO E CONCORDAM) (Latinobarômetro, 2002)</p> <p>(e) QUE O PRESIDENTE DEIXE DE LADO OS PARTIDOS E O CONGRESSO EM CASO DE DIFICULDADES (Percentuais indicam aqueles respondentes que CONCORDAM MUITO E CONCORDAM) (Latinobarômetro, 2002)</p> <p>(f) Percentuais indicam escolha pela seguinte afirmação: A DEMOCRACIA PODE FUNCIONAR SEM CONGRESSO NACIONAL (Latinobarômetro, 1997, 2000, 2001, 2002).</p>							